

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**DANIELE BONAPACE DOS SANTOS LENCINA**

**ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA A  
ZONA RIBEIRINHA NO MUNICÍPIO DE ITAQUI-RS FRENTE À  
VULNERABILIDADE DOS ATINGIDOS PELAS CHEIAS DO RIO URUGUAI**

**São Borja - RS  
2022**

**DANIELE BONAPACE DOS SANTOS LENCINA**

**ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA A  
ZONA RIBEIRINHA NO MUNICÍPIO DE ITAQUI-RS FRENTE À  
VULNERABILIDADE DOS ATINGIDOS PELAS CHEIAS DO RIO URUGUAI**

Dissertação de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline Carvalho Quadrado

**São Borja - RS  
2022**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

L563a Lencina, Daniele Bonapace dos Santos  
Análise da política pública de assistência social para a  
zona ribeirinha no município de Itaqui-RS frente à  
vulnerabilidade dos atingidos pelas cheias do rio Uruguai /  
Daniele Bonapace dos Santos Lencina.  
117 p.  
  
Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,  
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 2022.  
"Orientação: Jaqueline Carvalho Quadrado".  
  
1. Enchentes. 2. Ribeirinhos. 3. Vulnerabilidade. 4.  
Políticas Públicas. I. Título.

**DANIELE BONAPACE DOS SANTOS LENCINA**

**ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA A ZONA RIBEIRINHA  
NO MUNICÍPIO DE ITAQUI-RS FRENTE À VULNERABILIDADE DOS ATINGIDOS PELAS  
CHEIAS DO RIO URUGUAI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Dissertação defendida e aprovada em: 17 de agosto de 2022.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Jaqueline Carvalho Quadrado  
Orientadora  
(Unipampa/PPGPP)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Carmen Regina Dorneles Nogueira  
(Unipampa/PPGPP)

---

Prof. Dr. Muriel Pinto

(Unipampa/PPGPP)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Solange Emilene Berwig

(Unipampa/PPGPP)

---

Prof. Dr. Rogério Rodrigues de Vargas

(Unipampa)



Assinado eletronicamente por **MURIEL PINTO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/08/2022, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SOLANGE EMILENE BERWIG, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/08/2022, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ROGERIO RODRIGUES DE VARGAS, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 23/08/2022, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **CARMEN REGINA DORNELES NOGUEIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 24/08/2022, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JAQUELINE CARVALHO QUADRADO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 25/08/2022, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0901956** e o código CRC **8B97BF94**.

***Dedicatória:***

*Dedico este trabalho ao meu esposo Alex, meu companheiro de vida, que sempre me motivou e auxiliou nos cuidados com nossa família nos momentos em que precisei me ausentar. Aos meus filhos, Laura e Alexsandro, que deixam meus dias mais alegres e são a razão de tudo que faço.*

## **AGRADECIMENTOS:**

Gratidão eterna a Deus por me permitir chegar até aqui. Sem a presença Dele em minha vida e o apoio de pessoas especiais nada seria possível.

Gostaria de agradecer a toda minha família, amigas e amigos pela torcida desde as seleções para ingresso no mestrado e em especial as minhas irmãs, a minha sogra e meu sogro pelo suporte, pois sabiam que a realização deste sonho seria também uma superação para mim.

Aos meus pais e minha irmã que hoje habitam no plano espiritual, minha gratidão pela luz e proteção. Sempre pude sentir a presença e o carinho de vocês, assim como sinto o quanto se alegram com esta conquista. Ela também é para vocês.

Aos meus colegas de estrada pelo incentivo, conversas e muitas risadas enquanto dividíamos alguns quilômetros entre Itaqui e São Borja, tornando o momento mais leve e divertido. Aos colegas de turma, minha gratidão pelo carinho, pela troca e apoio quando o peso da responsabilidade parecia demais para nós. Nem a inevitável distância física ocasionada pela terrível pandemia nos fez distantes.

A minha querida orientadora Professora Doutora Jaqueline Carvalho Quadrado, pela confiança e incentivo no decorrer de nossas orientações mostrando-me do que eu era capaz. Certamente é uma grande inspiração para mim.

Aos ribeirinhos do município de Itaqui pela acolhida e compreensão durante a pesquisa de campo onde gentilmente compartilharam comigo suas experiências e seus anseios por dias melhores. E a todos (as) profissionais de Itaqui, São Borja, Uruguaiana e Alvear que me ofereceram subsídios para esta pesquisa.

Aos professores da banca de qualificação pelas pontuais considerações que tanto contribuíram para o êxito deste trabalho. E a Unipampa Campus São Borja por oportunizar um ensino público e de qualidade, incentivando a produção científica, auxiliando no desenvolvimento da região fronteiriça, buscando sempre romper as barreiras entre a universidade e a comunidade.

E por fim, àqueles que por algum motivo não acreditavam que este momento chegaria, obrigada pela paciência em me acompanhar até aqui. Hoje podem testemunhar mais esta conquista.

*“Momento de crise é momento de um passo adiante. Retroceder, rebelar ou estacionar, nunca. A crise pede avanço. E se a crise chegou para cada um de nós, é hora de levantar, mudar e seguir em frente na construção de um novo tempo de amor e paz”.*

***Bezerra de Menezes***



**RESUMO:** O município de Itaqui, na Fronteira Oeste do Estado está entre os mais atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul, localizado no trecho onde há precipitações de longa duração e significativa abrangência espacial, associado a fenômenos meteorológicos, como El Niño, por exemplo, sofre com inúmeras residências submersas afetando diversas famílias ribeirinhas. Este fato pode ser compreendido como resultado da recorrente ocupação de áreas impróprias para moradias, reflexo da atual crise socioambiental que por diversas vezes se evidencia na região, enfatizando a inquestionável importância da educação ambiental como ferramenta e estratégia no enfrentamento a momentos de caos. O presente trabalho buscou reunir evidências sobre a carência de Políticas Públicas voltadas às comunidades ribeirinhas, bem como as peculiaridades identitárias destes atores sociais advindos do processo de formação social da região de fronteira e das encostas do Rio Uruguai, pela síntese de dados pré-existentes, através de uma revisão bibliográfica usando a metodologia de revisão sistemática de estudos publicados nas bases de dados (Scopus/Capes), através da combinação dos termos: “*Public policy*”, “*Riverside*”, “*Social assistance*” e “*Social vulnerability*”. Foi feito ainda um levantamento histórico e documental dos eventos de inundações no município entre 2010 a 2020 e uma análise sobre esses episódios que atingem áreas urbanas e rurais do município, analisando as políticas públicas de maior relevância idealizadas e executadas no município e em municípios vizinhos como São Borja, Uruguai e Alvear-Argentina, pelos atores sociais, como soluções para amenizar fenômenos dessa magnitude. Objetivou-se ainda diagnosticar qual a real necessidade dos moradores da zona ribeirinha de Itaqui, buscando uma aproximação da realidade vivenciada pela população ribeirinha, através de uma análise conjuntural da mesma, evidenciando a importância da política de assistência social no município. O plano de ação específico para situações de enchentes, produto técnico oriundo deste trabalho, busca subsidiar os órgãos públicos responsáveis pelo planejamento e gerenciamento de crises na execução de programas e projetos, possibilitando a redução dos transtornos decorrentes das cheias do Rio Uruguai. A metodologia utilizada trouxe reflexões que propiciaram a percepção sobre as potenciais situações de risco dessa comunidade tradicional que muitas vezes encontra dificuldades por ter na zona ribeirinha a principal forma de subsistência, devido a fatores, tais como, períodos longos de estiagem, períodos de cheias do rio, carência de políticas públicas e ainda questões que envolvem alguns aspectos acerca do relativismo cultural, evidenciando a necessidade de um planejamento social e comunitário com ações que possam contribuir na redução de vulnerabilidade e construção da resiliência local.

**Palavras-chave:** Enchentes; Ribeirinhos; Vulnerabilidade; Políticas Públicas.

**ABSTRACT:** The municipality of Itaqui, on the western border of the state, is among the most affected by floods in Rio Grande do Sul, located in the stretch where there is long-term rainfall and significant spatial coverage, associated with meteorological phenomena, such as El Niño, for example, it suffers from numerous submerged homes affecting several riverside families. This fact can be understood as a result of the recurrent occupation of areas unsuitable for housing, a reflection of the current socio-environmental crisis that is evident in the region several times, emphasizing the unquestionable importance of environmental education as a tool and strategy in facing moments of chaos. The present work sought to gather evidence on the lack of Public Policies aimed at riverside communities, as well as the identity peculiarities of these social actors arising from the process of social formation of the border region and the slopes of the Uruguay River, through the synthesis of pre-existing data, through a literature review using the methodology of systematic review of studies published in the databases (Scopus/Capes), through the combination of the terms: “Public Policy”, “Riverside”, “Social Assistance” and “Social vulnerability”. There was also a historical and documentary survey of flood events in the municipality between 2010 and 2020 and an analysis of these episodes that affect urban and rural areas of the municipality, analyzing the most relevant public policies designed and implemented in the municipality and in neighboring municipalities as São Borja, Uruguiana and Alvear-Argentina, by the social actors, as solutions to alleviate phenomena of this magnitude. It was also aimed to diagnose the real need of the residents of the riverside area of Itaqui, seeking an approximation of the reality experienced by the riverside population, through a conjunctural analysis of the same, evidencing the importance of the social assistance policy in the municipality. The specific action plan for flooding situations, a technical product from this work, seeks to support public agencies responsible for planning and crisis management in the execution of programs and projects, enabling the reduction of disturbances resulting from the floods of the Uruguay River. The methodology used brought reflections that provided the perception about the potential risk situations of this traditional community that often finds it difficult to have the main form of subsistence in the riverside area, due to several factors, such as long periods of drought, periods of floods of the river, lack of public policies and even issues that involve some aspects of cultural relativism, highlighting the need for social and community planning with actions that can contribute to reducing vulnerability and building local resilience.

**Keywords:** Floods; Riverside; Vulnerability; Public policy.

**RESUMEN:** El municipio de Itaqui, en el límite occidental del estado, se encuentra entre los más afectados por inundaciones en Rio Grande do Sul, ubicado en el tramo donde hay lluvias de larga duración y cobertura espacial importante, asociadas fenómenos meteorológicos, como El Niño, por ejemplo, sufre numerosas viviendas sumergidas afectando a varias familias ribereñas. Este hecho puede entenderse como resultado de la ocupación recurrente de áreas no aptas para vivienda, reflejo de la actual crisis socioambiental que se evidencia en varias ocasiones en la región, destacando la indiscutible importancia de la educación ambiental como herramienta y estrategia para enfrentar momentos de caos. El presente trabajo buscó recopilar evidencias sobre la carencia de Políticas Públicas dirigidas a las comunidades ribereñas, así como las peculiaridades identitarias de estos actores sociales derivadas del proceso de formación social de la región fronteriza y las vertientes del Río Uruguay, a través de la síntesis de datos preexistentes, a través de una revisión bibliográfica utilizando la metodología de revisión sistemática de estudios publicados en las bases de datos (Scopus/Capes), a través de la combinación de los términos: “Políticas públicas”, “Riverside”, “Asistencia social” y “Vulnerabilidad social”. También se realizó un levantamiento histórico y documental de los eventos de inundaciones en el municipio entre 2010 y 2020 y un análisis de estos episodios que afectan las zonas urbanas y rurales del municipio, analizando las políticas públicas más relevantes diseñadas e implementadas en el municipio y en los municipios aledaños como São Borja, Uruguiana y Alvear-Argentina, por los actores sociales, como soluciones para paliar fenómenos de esta magnitud. También tuvo como objetivo diagnosticar la necesidad real de los habitantes de la zona ribereña de Itaqui, buscando una aproximación a la realidad que vive la población ribereña, a través de un análisis coyuntural de la misma, evidenciando la importancia de la política de asistencia social en la Municipalidad. El plan específico de acción a situaciones de inundación, producto técnico de este trabajo, busca apoyar a los organismos públicos responsables de la planificación y gestión de crisis en la ejecución de programas y proyectos, posibilitando la reducción de las perturbaciones derivadas de las crecidas del río Uruguay. La metodología utilizada trajo reflexiones que permitieron la percepción sobre las potenciales situaciones de riesgo de esta comunidad tradicional que muchas veces encuentra difícil tener la principal forma de subsistencia en la zona ribereña, debido a varios factores, como largos períodos de sequía, períodos de inundaciones del río, falta de políticas públicas e incluso temas que involucran algunos aspectos de relativismo cultural, destacando la necesidad de una planificación social y comunitaria con acciones que puedan contribuir a reducir la vulnerabilidad y construir resiliencia local.

**Palabras llave:** Inundaciones; Orilla; Vulnerabilidad; Políticas públicas.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Localização do município de Itaqui.....	20
FIGURA 2 - Mapa urbano de Itaqui.....	21
FIGURA 3 - Quadro metodológico.....	30
FIGURA 4 - Tipos de moradias.....	41
FIGURA 5 - Casas volantes.....	41
FIGURA 6 - Remoção dos ribeirinhos.....	42
FIGURA 7- Casas de alvenaria.....	42
FIGURA 8 - Tradicional formato de assentamento.....	43
FIGURA 9 - Interface inicial do App.....	46
FIGURA 10 - Interface de recursos do App.....	47
FIGURA 11 - Interface de simulação do App.....	48
FIGURA 12 - <i>Datum</i> altimétrico brasileiro.....	48
FIGURA 13 – Gráfico: conhecimento sobre políticas públicas voltadas aos ribeirinhos.....	51
FIGURA 14 - Nuvem de palavras: respostas dos moradores ribeirinhos entrevistados.....	51
FIGURA 15 - Nuvem de palavras: respostas profissionais entrevistados.....	52

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AVADAN** - AVALIAÇÃO DE DANOS

**CAPES** - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

**CRAS** - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**CREAS** - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**EIRD** - ESTRATÉGIA INTERNACIONAL DE REDUÇÃO DE DESASTRES

**IBGE** - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

**INPE** - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

**LDO** - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

**LOA** - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

**NASA** - ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DA AERONÁUTICA E ESPAÇO

**NOPRED** - NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR DE DESASTRE

**PNPDEC** - POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

**PNUD** - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

**PPA** - PLANO PLURIANUAL

**PR** - PARANÁ

**RS** – RIO GRANDE DO SUL

**SC** – SANTA CATARINA

**SINPDEC** - SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

**TS** - TECNOLOGIAS SOCIAIS

**UNIPAMPA** – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 CONTEXTO DA PESQUISA.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 Caracterização do Município de Itaqui.....</b>	<b>19</b>
<b>2.2 Comunidades Ribeirinhas, seu processo identitário e a necessidade de representatividade.....</b>	<b>22</b>
<b>2.3 Desastres socioambientais e sua relação com o desenvolvimento.....</b>	<b>24</b>
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMUNIDADES RIBEIRINHAS.....</b>	<b>28</b>
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>30</b>
<b>4.1 Coleta de dados documentais do município de Itaqui.....</b>	<b>31</b>
<b>4.2 Entrevistas com moradores, líderes comunitários e profissionais de Itaqui.....</b>	<b>31</b>
<b>4.3 Entrevistas com profissionais dos municípios vizinhos: São Borja, Uruguaiana e Alvear.....</b>	<b>32</b>
<b>5 A PRESENÇA DO ESTADO NO CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO ATRAVÉS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ÉPOCAS DE CHEIAS.....</b>	<b>34</b>
<b>5.1 As comunidades tradicionais ribeirinhas e a política de assistência social.....</b>	<b>37</b>
<b>6 A TECNOLOGIA SOCIAL COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO A SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE.....</b>	<b>44</b>
<b>6.1 Aplicativo desenvolvido no curso de engenharia cartográfica e de agrimensura da Universidade Federal do Pampa – Campus Itaqui.....</b>	<b>45</b>
<b>7 ANÁLISE E RESULTADOS.....</b>	<b>50</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>56</b>
<b>APÊNDICÊS.....</b>	<b>60</b>
<b>PRODUTO TÉCNICO.....</b>	<b>74</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a sociedade em geral desenvolveu-se, trazendo com isso uma série de benefícios, tais como o desenvolvimento econômico e a integração social e cultural. Porém, quando não há planejamento estratégico e controle social a urbanização, que é o resultado da sociedade se relacionar com seu meio, pode trazer mais impactos negativos que positivos, além de causar situações que podem desafiar qualquer administração pública e ainda comprometer a dignidade das pessoas, principalmente as de menor poder econômico.

Após leituras e vivências sobre os efeitos das últimas cheias do Rio Uruguai no município de Itaquí-RS, mostrou-se necessário desenvolver esta pesquisa que buscou fazer uma análise da gestão de riscos e as ações da política pública de assistência social da região da fronteira Brasil/Argentina, especificamente da cidade de Itaquí, e principalmente da região ribeirinha, bem como apontar novas perspectivas, quanto à condição de vida para as pessoas atingidas, de forma que seja possível identificar qual o tipo de ação pública necessária para amenizar esse momento de risco e vulnerabilidade, em que muitas delas ficam nos momentos de desastre socioambiental, propondo ainda reestruturação do atual plano de contingência do município, de forma que este sirva efetivamente de subsídio para a administração pública municipal.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2004), em seu documento *La Reducción de Riesgos de Desastres – Um Desafio para el Desarrollo*, Informe Mundial, cerca de 75% da população mundial vive em zonas que, ao menos uma vez, foram afetadas por um desastre natural: terremotos, ciclones tropicais, inundações e secas. Esses dados referem-se ao período compreendido entre 1980 e 2000, do qual resultaram mais de 184 mortes diárias e um significativo contingente de desabrigados em várias partes do globo.

Frente ao fenômeno entendido como desastre, a defesa civil tem a missão institucional de coordenar todas as ações no cenário, inclusive aquelas de assistência social. Contudo, a realidade nacional indica que, nos municípios brasileiros, a assistência social tem uma presença institucional significativamente maior em relação à defesa civil. Para ilustrar tal descompasso, atenta-se que 99,9% dos municípios possuem estrutura organizacional para tratar da política de assistência social, enquanto apenas 59,26% dos municípios possuem unidade de defesa civil (IBGE, 2010). Todavia, seja com a presença da defesa civil, seja com a presença da assistência social, o atendimento público àqueles grupos sociais que intensificam sua vulnerabilidade diante eventos ameaçantes tem se caracterizado pela precariedade.

Embora existam estudos sobre as políticas da defesa civil em cenário de desastres, há uma lacuna no debate quando se trata do atendimento estratégico da assistência social em desastre. Assim, este trabalho tem o intuito de analisar as razões pelas quais, no contexto de desastre, o atendimento às populações vulneráveis se mostra ainda ineficiente. Para isso, tem-se como principal objetivo uma análise sociológica da gestão de riscos, bem como dos discursos e práticas da assistência social em cenário de desastre, em contraponto com as necessidades dos ribeirinhos afetados pelas cheias do Rio Uruguai na cidade de Itaquí, ou seja, destacando os modos como a gestão de riscos (Defesa Civil), e ainda como a assistência social interpreta o contexto de desastre e, desde aí, identifica os grupos e sujeitos afetados junto aos quais realizará a sua atuação técnica.



## 2. CONTEXTO DA PESQUISA

Para se compreender o fenômeno do desastre, um conceito fundamental e preliminar é o de vulnerabilidade, pois esse é que define a identificação dos sujeitos na interação supracitada, isto é, o grupo social passível a sofrer danos (VALENCIO et al., 2006). Mas, não somente isso, o contexto sociopolítico também é importante nesta equação, pois a presença ou não deste grupo social nas arenas decisórias em que são produzidas as tentativas de minimização dos desastres, ou de proteção dos grupos afetados pode reduzir ou incrementar a vulnerabilidade do grupo social. Assim, o impacto dos agentes externos e eventualmente naturais, como as chuvas intensas, por exemplo, será um estressor maior ou menor dependendo dos contextos acima elencados (SIENA, 2012).

Pode-se justificar este trabalho de pesquisa na necessidade de identificar quais as políticas e programas sociais já foram colocados em prática e quais os resultados já obtidos com eles, e quais as Políticas Públicas ribeirinhas necessitam ser implementadas para que esta comunidade tradicional possa constituir sua dignidade diante das vulnerabilidades, riscos e perigos enfrentados pelas cheias e enchentes. Pois é fundamental toda discussão sobre as condições de vida desta comunidade tradicional ribeirinha além de se levantar uma reflexão acerca das Políticas Públicas voltadas a ela, como acesso à saúde, trabalho e moradia digna.

Nos estudos apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pode-se verificar que o risco ambiental não se distribui de forma aleatória entre os diferentes grupos sociais, mas obedece aos padrões de desigualdade e segregação social que marcam a estruturação das cidades. Assim, constata-se que as populações menos favorecidas, por características de renda, escolaridade, cor, gênero, que residem ou utilizam os territórios de maior vulnerabilidade ambiental, encontram-se mais expostas ao risco de desastres, já que se sobrepõem às vulnerabilidades sociais à exposição a riscos ambientais.

Para estas reflexões, observa-se que, quanto mais vulnerável uma população, maiores serão as consequências e a devastação no período posterior ao desastre. Essa realidade vem sendo profundamente sentida no município de Itaqui, no estado do Rio Grande do Sul, onde as ocorrências remontam ao século passado e acompanham o desenvolvimento socioeconômico da região.

É necessário repensar a assistência e remoção dos atingidos para uma área onde não sejam alvo de desqualificação social, marginalização ou da discriminação por boa parte da sociedade, que por muitas vezes se mostra incomodada em ver frente a sua casa ou estabelecimento comercial, casas volantes sem rede de esgoto, sem espaço para acomodar as

crianças que nelas residem, e que por muitas vezes se expõem dividindo lugar com os carros nas ruas e acostamentos.

Ao longo de muitas décadas o conceito de Políticas Públicas foi se ressignificando e a definição trazida por (DYE, T., 1984) é extremamente relevante quando abordamos temas como o que este trabalho se propõe quanto ao que seria uma Política Pública voltada a comunidades ribeirinhas, DYE diz que é aquilo que “o governo escolhe fazer ou não fazer”. Esta definição encontra fundamento no artigo de (BACHRACHIB; BARATAZ, 1962), publicado na *American Science Review*, e intitulado de *Two Faces of Power*. O artigo mostra que a decisão do governo de “não se fazer” algo mediante uma determinada situação, pode ser enxergado como uma forma de fazer Política Pública.

É possível ainda entender como Política Pública uma discussão ou uma prática de ações relacionadas a um caso ou conteúdo, concreto ou simbólico, de decisões reconhecidas como políticas, ou seja, um campo de construção e de tomada de decisões. Diferentemente do que se pode pensar, apontar a Política Pública como uma diretriz de enfrentamento de um problema, nem sempre transforma uma questão em um problema, apenas fomenta a solução do mesmo. Secchi (2012) complementa este entendimento quando diz que a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

Pode-se observar ao longo dos anos que algumas administrações municipais até tentaram construir moradias populares, mas a maioria dos moradores da zona ribeirinha de Itaquí acabou vendendo estas casas e voltando a morar à beira dos rios. O que faz pensar que retirá-los definitivamente dessas áreas é algo muito complexo e nem sempre viável a administração pública.

Muitas pessoas que moram na zona ribeirinha, de várzeas e encostas do Rio Uruguai, sobrevivem dali mesmo, seja da pesca ou da lenha. Então, o desalojamento e reassentamento dessa comunidade tradicional tornam-se complexos e exigem uma maior reflexão sobre o assunto, pois o que se percebe é que muitas destas pessoas não desejam deixar suas casas, seus vizinhos de anos, muito menos sua fonte de renda, o que acaba dificultando o trabalho da Defesa Civil e da administração pública. Como afirma (VELHO, G., 2002), quando se lida com pesquisas no universo urbano, tem-se a necessidade de considerar este como uma sociedade “complexa”, possuidora de características heterogêneas.

E essa complexidade é verdadeira, pois se percebe que a tendência dessas pessoas é geralmente retornar para a zona de risco, ainda que sujeitas a novas enchentes, reafirmando o que (KOWARICK, 2009) enfatiza como a marca dessas pessoas, o “Viver em Risco”, sob as circunstâncias da vulnerabilidade social. Para isso é necessário que se tome ciência de como

momentos como esses vêm sendo geridos no município. Quais as Políticas e programas sociais já foram colocados em prática e quais os resultados já obtidos com eles. E por fim, quais Políticas Públicas os ribeirinhos ainda necessitam para que possam constituir sua dignidade diante das vulnerabilidades, riscos e perigos enfrentados pelas cheias e enchentes.

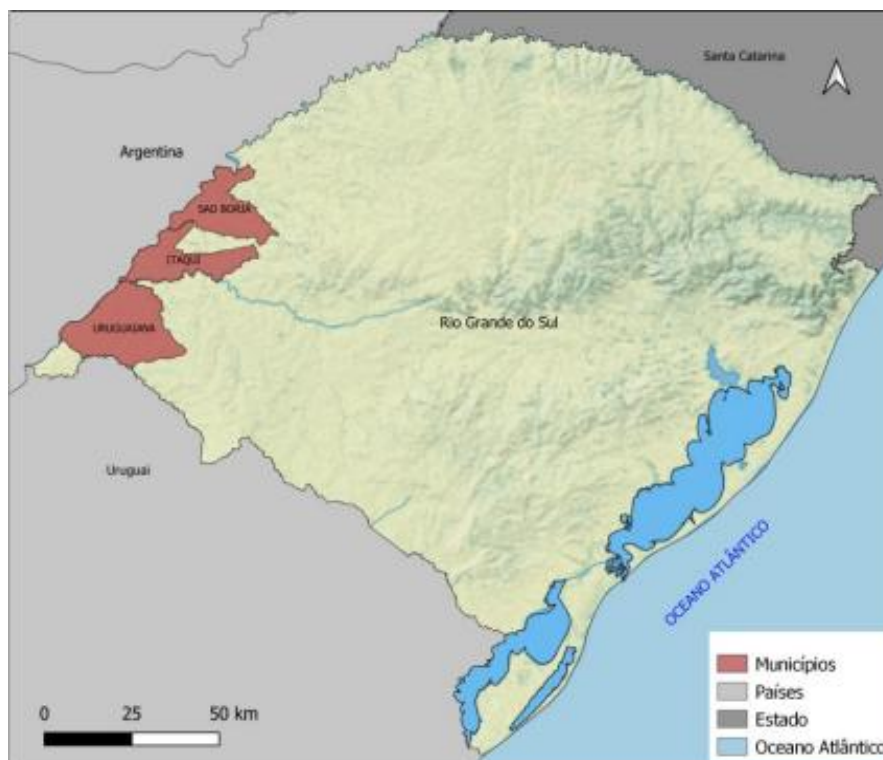
Além disso, a proposta desta pesquisa é também instigar uma reflexão acerca da vulnerabilidade social e apresentar as particularidades da vida das comunidades tradicionais ribeirinhas do Município de Itaqui, atores sociais distintos e advindos do processo de formação social da região de fronteira e das encostas do Rio Uruguai, que possuem traços muito singulares em relação às demais regiões. Povos tradicionais que muitas vezes encontram dificuldades por terem ali a principal forma de subsistência, devido a problemas, tais como, períodos longos de estiagem, períodos de cheias do rio, carência de Políticas Públicas de saúde e habitação.

## **2.1 Caracterização do Município de Itaqui**

Itaqui possui uma área de 3.406,606 km<sup>2</sup> e, atualmente, conforme censo realizado pelo IBGE em 2010, uma população estimada em cerca de 38.159 habitantes, sendo que destes, 33.301 pertencem a área urbana. O primeiro indício de vida civilizada nestas terras foi no ano de 1657, quando os Padres Jesuítas da cidade argentina de La Cruz atravessaram o Rio Uruguai para fundarem uma estância para criação de gado. Já no início do século XIX foi incorporado às terras portuguesas e em 1802 foram concedidas as primeiras sesmarias. Mais tarde, essa localidade passou a ser chamada de Rincão da Cruz, essa denominação pode ser considerada como marco inicial para o povoamento, formação e desenvolvimento de Itaqui (PINTO, 2015; COLVERO, 2012).

Esse povoamento foi se desenvolvendo ao mesmo tempo em que a atividade pecuária se expandiu, sendo até os dias atuais uma das marcas da economia da região, assim como a orizicultura.

Figura 1 – Localização do Município De Itaqui

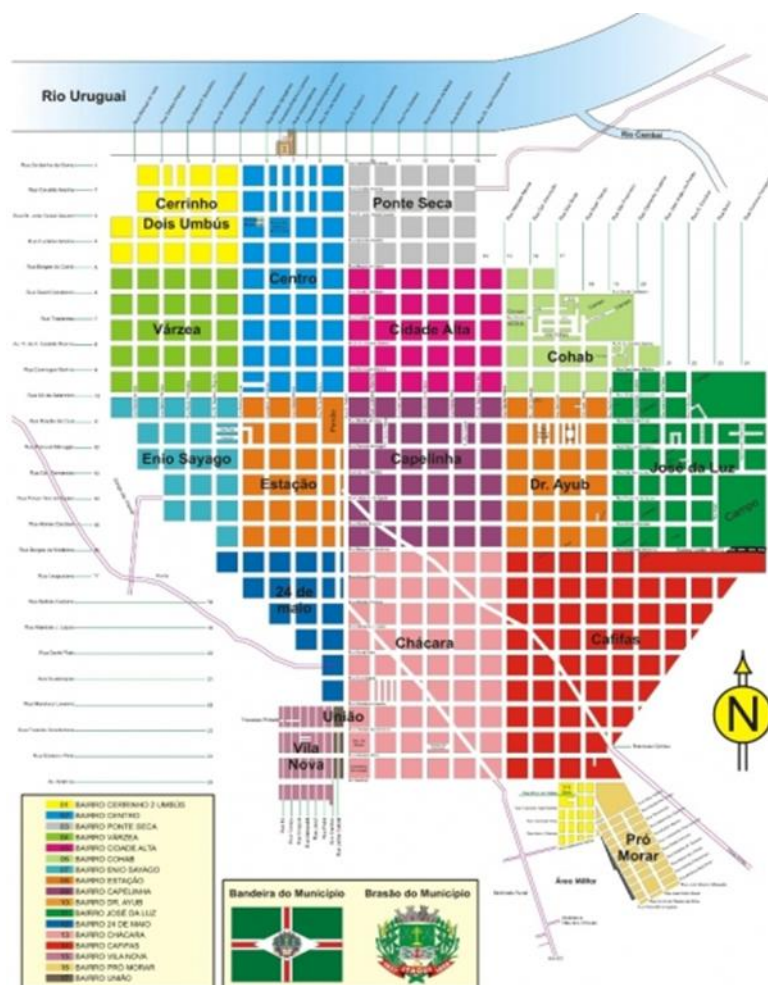


Fonte: GASS, Sidnei Luís Bohn et al., 2015.

A região de Itaqui foi constituída por espaços temporais relacionados ao Bioma Pampa, o Rio Uruguai e às antigas reduções jesuítico-indígenas. Lentamente foram sendo criadas nesses espaços diversas relações, culturais, econômicas e sociais que trouxeram importantes contribuições ao longo dos anos para a formação das diversidades nas formas de vida e práticas sociais fronteiriças, realidades essas constituídas a partir de vários momentos históricos na região. (PINTO, 2015)

Entre os dezessete bairros existentes no município (Figura 6), oito deles são suscetíveis a serem atingidos pelas inundações sendo que destes, os mais propensos são: Ponte Seca, Cerrinho Dois Umbus, Várzea, Ênio Sayago e Vinte e Quatro de Maio.

Figura 2 – Mapa Urbano de Itaquí



Fonte: Prefeitura Municipal de Itaquí

A inundação de maior expressão no município foi no ano de 1983, evento que atingiu a maior cota fluviométrica em um período de 30 anos, e foi quando o Rio Uruguai chegou à marca de 14,52m acima do seu leito normal, chegando até a Praça Marechal Deodoro da Fonseca. Porém, a cheia ocorrida em 2014 também foi considerada de proporção significativa pelas Defesas Civil de São Borja e de Itaquí, apesar do nível do rio ficar 1,32 metros abaixo do recorde de 1983 (ELY, 2014). Estimou-se que o número de pessoas que tiveram que deixar as suas casas durante a enchente de 2014 foi de 6.000 no município de Itaquí.

Silva (2014), em uma pesquisa sobre enchentes nas décadas de 1960, 1970 e 1980 no faz refletir quando diz que:

Os sujeitos desta pesquisa, afirmam que o momento mais difícil é o de sair de casa. É o tempo da resistência. É comum ouvir dos narradores o desejo de permanecer em suas casas e suas estratégias de permanência, até chegar o tempo do sofrimento, quando o risco de perder a vida alerta que já não é mais possível resistir.

Todos os eventos dessa natureza ocorridos no município foram tratados historicamente como fenômenos isolados, tanto pelos gestores quanto pela população ribeirinha atingida, entendendo assim que não há uma correlação de fato entre eles, a não ser fatores climáticos e meteorológicos. Porém, percebe-se que no município de Itaqui sempre houve um número expressivo de habitações às margens do rio, segundo o levantamento que só foi feito de forma mais dinâmica e efetiva a partir de 2017, quando a cheia daquele ano já era iminente.

É possível perceber que a forma de ver e interpretar as cheias do rio Uruguai mudou muito, na mesma proporção que a relação socioeconômica com o rio também foi mudando. A migração de pescadores que dependiam economicamente do rio, para outras fontes de renda e o fim de sua função de passagem de mercadorias são algumas das modificações socioeconômicas registradas no município. E assim, conseqüentemente, os registros também mudaram e as cheias do rio que antes mostravam imagens e dados associados ao transporte de pessoas e mercadorias, passaram a mostrar o caos causado e a desgraça para inúmeras pessoas que ainda não vislumbram outra possibilidade a não ser habitar a zona ribeirinha.

## **2.2 Comunidades Ribeirinhas, seu processo identitário e a necessidade de representatividade**

O conceito de Povos Tradicionais têm impactado ao longo do tempo as Políticas Públicas contemporâneas, essa conceituação se deu por meio de relevantes contribuições, tanto do mundo acadêmico como de movimentos sociais. Mas só após um amplo processo de debates, que contou com a participação do Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais instituído em 2005, gerou-se um produto final que foi publicizado por meio do Decreto 6040/2007 onde diz que:

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Decreto 6040/2007).

A definição de comunidades ribeirinhas como população tradicional remete inclusive aos conceitos e elementos do campo dos direitos consuetudinários, que vislumbram a ideia de que a presença de um indivíduo ou comunidade em um determinado território<sup>1</sup> por longo tempo pode gerar direitos àqueles que ali vivem e que o modo de vida é marcado por diferenças.

---

<sup>1</sup> O geógrafo Marcelo Lopes de Souza, cita que o processo de formação territorial nem sempre ocorre por meio de expressões concretas sobre o espaço. Ele evidencia a existência de múltiplas *territorialidades*.

Conforme (SILVA *et al.*, 2013):

O termo ribeirinho, não se refere ao simples fato de alguém morar às margens de um rio ou igarapé, mas se refere a uma população que possui um modo de vida peculiar, que a diferencia das demais populações do meio rural ou urbano, possuindo uma dinâmica marcada pela presença do rio, o qual não é apenas um elemento do cenário ou da paisagem, mas algo constitutivo do modo de ser e de viver.

Uma sociedade não pode ser compreendida fora de um contexto espacial e de um determinado tempo. Esses são dois parâmetros que permitem traçar o “quadro global”, ou o contexto particular de cada sociedade, um contexto que se articula em longos e curtos períodos. (GUY DI MÉO, 2005)

As comunidades ribeirinhas desenvolvem suas práticas diárias do cotidiano voltadas à subsistência de sua família, não demonstrando grande preocupação acerca da acumulação de bens materiais, a grande maioria busca apenas a sua subsistência, e usam do trabalho informal para isso (PINTO, M., 2015).

Quem vive nessas comunidades depende tanto da terra quanto da água para seu sustento, que é baseado na pesca, na caça, na criação de pequenos animais, na extração e comércio de lenhas, todas estas atividades dependem muito do ciclo da natureza, pois é este que dita quando pescar, plantar e colher, em momentos de cheias ou enchente, por exemplo, parte de suas atividades ficam prejudicadas. Essa ambiguidade pode ser vista como o “viver da água e fugir das águas”, pois a água ao mesmo tempo em que é sustento, também pode se tornar motivo de perdas, medo, riscos e vulnerabilidades.

Segundo as considerações de Brandão e Leal (2012, p. 82) a respeito das características das comunidades ribeirinhas podemos dizer então que elas se dão:

- pela dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais com os quais se constrói um modo de vida;
- pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração;
- pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- pela moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa ser mais ou menos desenvolvida, o que implicaria uma relação com o mercado;
- pela reduzida acumulação de capital;
- pela importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e as relações de parentesco e compadrio;
- para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas;

- pela tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente; há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam todo o processo até o produto final;
- pelo fraco poder político, que em geral reside nos grupos de poder dos centros urbanos; pela auto identificação ou identificação por outros de pertencer a uma cultura distinta.

No município de Itaqui, as comunidades ribeirinhas historicamente já residiam naquele local, pois o processo de formação territorial que deu origem ao município de Itaqui surgiu nas proximidades do Rio Uruguai, seja pela facilidade de acesso fluvial ou pelo comércio existente na época. Diferentemente da realidade dos ribeirinhos de outras partes do país, as comunidades ribeirinhas de Itaqui, também mantêm proximidade territorial com o centro da cidade e com a principal área de comércio local.

Atualmente escuta-se muito falar em representatividades e na sua importância dentro do contexto social e na formação da característica de indivíduos e comunidades, neste contexto, significa o ato de ser representado ou de se identificar dentro de uma sociedade, por meio de exemplos de atores sociais que tenham poder de dar voz e vez como meio de fortalecimento da comunidade e de retomada da democracia e da cidadania da mesma.

Grupos sofrem até hoje com medidas associadas a fatos opressores, seja social, econômico, político ou cultural. Os povos tradicionais ribeirinhos, por vezes não se associam a padrões preestabelecidos pela nossa atual sociedade, e acabam sendo excluídos de programas e Políticas Públicas por grupos dominantes ou gestores, implicando sutilmente no descarte desses grupos que não pertencem ao contexto social desejado. Desta forma, a ausência de representantes destes grupos ditos como minoria, faz com que os mesmos participem de um processo de desqualificação social de forma que não consigam desenvolver a construção do seu empoderamento.

Já o ato de ser representado de maneira que qualifique o indivíduo sem estereótipos é algo empoderador e que enaltece a existência humana, assim como proporciona o desejo de buscar algo maior e melhor para si, como também para a sua comunidade. A representatividade como uma função social e humana, proporciona voz a todos indivíduos e grupos presentes no corpo social, fazendo com que os mesmos percebam seu potencial no processo identitário.

### **2.3 Desastres socioambientais e sua relação com o desenvolvimento**

Desastres constituem-se na suspensão do fluxo normal de funcionamento de uma comunidade ou região, causando perdas humanas, materiais, econômicas ou ambientais que excedem a capacidade da comunidade afetada de lidar com tal situação utilizando seus próprios



recursos (UNISDR, 2009). Evidenciando assim a relação que há entre um evento complexo e destrutivo, mas também um contexto social sem capacidade de reação (Favero e Diesel, 2008). Para Britton (1986) pode-se entender os desastres também como um processo de construção social e expressão da vulnerabilidade humana, ou seja, um desastre não se caracteriza por um evento isolado que incide sobre a realidade, mas é fruto da interação entre os seres humanos e o ambiente em que vivem.

Nos últimos anos o interesse em estudos que relacionassem desastres e desenvolvimento social aumentaram significativamente. Inicialmente tais estudos buscavam analisar o impacto de eventos dessa natureza na sociedade, bem como o impacto desses no meio ambiente e na economia. Hoje já se percebe um novo olhar quanto aos efeitos desses eventos e a magnitude dos danos ocasionados (EIRD, 2004). De acordo com o PNUD (2004), são dois os principais fatores aliados ao desenvolvimento que se tornam geradores de desastres, a urbanização acelerada e os meios de subsistência em áreas não apropriadas.

A urbanização acelerada e o desenvolvimento urbano desordenado, como também socialmente segregado, inevitavelmente resultam em concentrações populacionais em zonas inseguras ou impróprias, tais como barrancos e zonas de inundação, condições de vulnerabilidade social, exposição a eventos físicos, transformação espacial e dificuldade de acesso a meios de controle de perdas. A relação que há entre todos esses fatores, inevitavelmente, resulta em novos moldes de risco de desastres que muitas vezes não são considerados no planejamento urbano e regional.

Esses desastres afetam de forma negativa o desenvolvimento de uma região e conseqüentemente o crescimento econômico, na medida em que causa perdas e danos às pessoas, destruição total ou parcial a moradias, fontes de subsistência e meio ambiente. Segundo Mattedi (1999) a ideia de que pobreza e desastres são variáveis intrínsecas, o que os leva a perceber que as situações de emergência manifestam-se em todas as regiões de maneira semelhante e que todos os setores da sociedade são atingidos da mesma forma.

Mais de 95% das vítimas e 75% das perdas econômicas provocadas por essas situações encontram-se em países menos desenvolvidos. Para o autor, os dados disponíveis atualmente indicam que determinados grupos sociais são mais vulneráveis que outros e, por isso, os desastres não podem ser examinados isoladamente, mas sim nos contextos que definem como as populações compreendem e reagem a esses fenômenos.

As ações parciais como resposta aos desastres contribuem para a ocupação das áreas de risco, também descritas pelo autor como ciclo do desastre: desastres-dano-reparação-desastres, tornando os indivíduos e as comunidades marginalizadas incapazes de gerar mudanças em suas condições de vida. Para ele, a vulnerabilidade define-se por aumento da

população, desigualdades na distribuição dos recursos, marginalização de grupos específicos e a crescente interdependência global.

A combinação de fatores naturais e sociais é que definem o desastre, mais precisamente, são as características físicas do evento que determinam a probabilidade de ocorrência do fenômeno e são as condições sociais de vulnerabilidade que determinam a severidade do impacto. Desta forma, além de considerar as ameaças que incidem em determinado território, é necessário compreender as características que tornam a sociedade suscetível aos danos, ou seja, sua vulnerabilidade.

O Brasil em 2008 ocupava a décima terceira colocação entre os países mais afetados por catástrofes naturais, com pelo menos dois milhões de pessoas atingidas. Os fenômenos mais recorrentes encontram-se atrelados, principalmente, aos processos atmosféricos, como as precipitações pluviométricas. Todavia, sendo o Brasil um dos países mais atingidos por esses fenômenos.

[...] por que ainda persiste certa leniência quanto às ações do poder público no que concerne à gestão dos riscos naturais? Ainda persiste um mito de que no Brasil não ocorrem desastres naturais? Aliás, existe gestão de riscos naturais no Brasil? (ALMEIDA; PASCOALINO, 2009, p. 2).

A prática da gestão de risco é inerente ao surgimento dos povos que desenvolveram formas de conviver com a natureza e seus eventos naturais. No entanto, os impactos destrutivos gerados pela ação antrópica sobre o funcionamento dos sistemas eco sociais, ao longo da história, desencadearam uma crise socioambiental planetária vivenciada na contemporaneidade. Atualmente, nos países desenvolvidos, a gestão de risco de desastres socioambientais recobre uma série de políticas e medidas, incluindo de forma genérica a proteção, a prevenção ou a previsão dos riscos.

De acordo com Almeida e Pascoalino (2009), no século 19, a proteção “ativa”, baseada no princípio da gestão integrada na escala da bacia hidrográfica, presumia uma erradicação de riscos naturais. Já no século 20, onde os bens ameaçados cresceram tanto em volume quanto em valor e os impactos sociais foram mais evidenciados, houve uma tomada de consciência da ineficácia e insuficiência das formas de proteção, possibilitando-se, assim, a incorporação de novas medidas de gestão, tais como: a) prevenção e regulamentação da ocupação do solo, informações das comunidades em risco, retornos de experiência; b) previsão com sistemas de monitoramento e alerta, mitigação, organização de emergência e gestão de crise, reparações e cobertura de seguros (SANTOS, 2012).

No que tange à gestão de risco no Brasil, apenas nos últimos cinco anos percebe-se maiores preocupações com o tripé proteção, previsão e prevenção. No entanto, o que

efetivamente ocorreu foi uma urgente gestão de crise, ou seja, ações produzidas após a ocorrência dos impactos. Pouco se avançou no sentido de criar uma cultura de risco pautada no conhecimento, na consciência e na memória do risco (ALMEIDA; PASCOALINO, 2009).

Mesmo considerando os esforços para difundir uma cultura dos desastres no Brasil a partir da criação da Política Nacional de Defesa Civil, constatasse que não há uma gestão de risco e sim uma gestão de crise, evidenciada pelos desastres socioambientais cada vez mais recorrentes e devastadores, especialmente nas comunidades mais vulneráveis ao risco, o que denota o colapso desta forma de gestão.

As coxilhas e planícies verdes que compõem o pampa gaúcho, um dos seis biomas brasileiros, também são exemplos de áreas ameaçadas e com risco de desastres socioambientais. Dados coletados por satélite em estudo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) nos mostram que, em 2016, 43,7% da vegetação nativa estava desmatada. Essa pesquisa ainda mostra que apenas 47,3% da vegetação natural está preservada e os outros 9% são relativos à hidrografia. Este levantamento é possível através de imagens feitas por dois satélites: o Landsat-8, operado pela NASA, e o CBERS-4a, montado no Brasil pelo INPE e lançado pela China.

### 3. REVISÃO DE LITERATURA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMUNIDADES RIBEIRINHAS

A análise da produção científica, em todas as áreas de conhecimento é fundamental, pois permite a identificação e sistematização dos temas já estudados, fornecendo as implicações destes estudos para novas necessidades científicas. Além disso, foi possível analisar também os pontos de vista metodológicos, a fim de que novos aspectos teóricos emergjam e auxiliem na compreensão da realidade. Para isso reuniu-se evidências sobre a carência de Políticas Públicas voltadas às comunidades ribeirinhas localizadas nesta da Região da Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, bem como as peculiaridades identitárias destas comunidades, pela síntese de dados pré-existentes.

Para o êxito desta pesquisa foi fundamental que fizéssemos uma revisão bibliográfica sistemática de estudos já publicados nas bases de dados (Scopus/Capes), através da combinação dos termos: “*Public policy*”, “*Riverside*”, “*Social assistance*” e “*Social vulnerability*” em artigos publicados em formato de texto completo, disponíveis on-line. Os resultados identificaram 110 artigos, dos quais 21 corresponderam relativamente aos critérios definidos e 5 de forma objetiva. Dentre eles, CESCO (2017) que entende que a questão das inundações na fronteira Oeste do RS consiste em matéria que merece ser tratada entre as prioritárias, dada a sua ocorrência frequente e os danos dela advindos.

Da Silva (2016) em sua reflexão diz que o ribeirinho cria e institui seu próprio modo de vida, expandindo ou limitando seus espaços, originando uma população distinta por seus traços físicos, culturais, alimentares, de crenças e organizações para o trabalho tendo o rio e a floresta como importantes símbolos de seu universo, uma vez que, ambos são para esses sujeitos objetos de uso material e imaterial. Nestes termos, percebe-se que é a relação homem/natureza que ilumina e reflete a cultura do povo ribeirinho, que tem nas matas e nas águas toda uma simbologia expressa, diante de um espaço único, místico e de muitas interpretações.

É a partir desta perspectiva que se pode considerar a cultura baseada em uma racionalidade específica, ou seja, em uma identidade única que só o ribeirinho possui. Dessa maneira, reconhece-se que o ribeirinho possui sua identidade própria, munido de valores sociais e ambientais como a solidariedade, bem como a preocupação com o ambiente que vive além dos costumes, mitos e crenças que o tornam um ser exclusivo de seu meio.

Aponta ainda que, o ribeirinho pouco tem participado das discussões de políticas públicas, uma vez que, o mesmo, por falta de informações e conhecimento das leis encontra-se excluído, social e economicamente. Desse modo, é necessário que haja uma tomada de consciência por parte desses sujeitos de que esta realidade necessita ser alterada, tendo em vista,

a crescente pobreza, o desemprego, as desigualdades sociais e as dificuldades de acesso às políticas públicas como moradia, saúde, educação, transporte, infraestrutura, saneamento básico.

Furlan (2017) enfatiza que as comunidades ribeirinhas são marginalizadas juridicamente, onde moradores encontram-se excluídos do direito à tutela jurisdicional. E que a ação direta do Estado para concretizar, ou tentar concretizar, o direito de acesso à justiça, deve passar pela ideia de reconhecimento de identidades, uma vez que será inútil disponibilizar o mesmo serviço público que é oferecido para os centros, a uma população que tem visão de mundo diferente, conflitos diferentes, localidades diferentes das tradicionais, especificamente as ribeirinhas. Faz-se necessária, portanto, a democratização do conhecimento e da conformação do direito para, não somente a efetividade do acesso à justiça em outros locais, como o desenvolvimento da cidadania.

Mariosa (2018) esclarece que o estilo de vida diz respeito ao conjunto de hábitos e condutas que modulam a atividade cotidiana das pessoas e regem a forma de enfrentar as necessidades, exigências e desafios que lhes são colocados nas sucessivas etapas de vida diferentes estilos de vida correspondem às diferentes posições que os indivíduos ocupam no espaço social. De onde cada qual traduz para seu universo sociocultural as crenças, hábitos e valores que correspondem igualmente às diferenças das condições de existência.

Silva (2014) diz que os momentos de uma enchente seguem sempre um denotado fio condutor e que a ação de observar as águas do rio, que por ocasião das chuvas, sobem sem cessar, é contada, respeitando a seguinte ordem: acompanhar o nível das águas preparar-se para deixar a casa, mudar-se temporariamente ou em definitivo, nunca se sabe, e retornar para as coisas que a cheia não levou

#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A escolha do procedimento metodológico para este trabalho exigiu algumas delimitações e critérios que foram sendo definidos de acordo com o desenho da pesquisa e com as pertinentes considerações da banca de qualificação. Para isto se fez necessário a elaboração do quadro metodológico a seguir:

Figura 3 – Quadro metodológico

CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA		ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	
<b>MÉTODO</b>	- Qualitativo (com procedimentos quantitativos) - Dedutivo	<b>UNIDADE DE OBSERVAÇÃO</b>	- Município de Itaqui
<b>TIPO DE PESQUISA</b>	- Documental e de campo do tipo etnográfica.	<b>UNIDADE DE ANÁLISE</b>	- Ribeirinhos do município de Itaqui.
<b>ANÁLISE DE DADOS</b>	- Descritiva - Avaliativa	<b>OBJETO DE PESQUISA</b>	- Políticas Públicas para a região ribeirinha do município de Itaqui.
<b>PERSPECTIVA TEMPORAL</b>	- 10 ANOS (2011-2021)	<b>OBJETO EMPÍRICO</b>	- Relatos de profissionais que trabalham ou já trabalharam no CRAS, Defesa Civil, STMAS e moradores ribeirinhos.
<b>TIPO DE AMOSTRA</b>	- Intencional - Não probabilística	<b>CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS</b>	- Profissionais: Áreas de atuação; - Ribeirinhos: Região onde reside.
<b>INSTRUMENTOS DE COLETA</b>	- Roteiro de coleta de documentos. - Roteiro de entrevistas semiestruturadas.	<b>QUANTIDADE DE ENTREVISTADOS</b>	- Profissionais: 15 - Ribeirinhos: 15

Fonte: Elaborado pela autora.

Uma das mais importantes delimitações feitas neste trabalho diz respeito ao tipo de abordagem, optou-se por uma pesquisa com abordagem qualitativa por perceber sua coerência com o referencial teórico adotado. Entende-se que abordagens qualitativas trazem contribuições fundamentais para a pesquisa na área social, tendo em vista seu caráter investigativo, descritivo e com ênfase nos processos de gestão (DE SOUZA MARTINS, 2004). E sobre pesquisas neste formato Secchi, 2008 nos diz que:

Estudos descritivos são aqueles que têm como objetivo mostrar as características processuais de um fenômeno, desmascarar reducionismos, e clarificar como estes fenômenos se desenvolvem na sua complexidade. Estudos de cunho explicativo por sua vez são aqueles que pretendem entender as causas, os porquês de certos fenômenos. As informações produzidas por este tipo de pesquisa podem ter utilidade teórica e também servir como subsídio para a ação prática política.

Para o alcance dos objetivos propostos também se fez necessário um levantamento bibliográfico e documental bem como uma pesquisa de campo com representantes das comunidades ribeirinhas e profissionais ligadas a elas. No que concerne à revisão bibliográfica, buscou-se aprimorar a compreensão de gestão de riscos, desastres e quanto à política pública de assistência social. Assim como, a análise de estudos já existentes, teses, dissertações e artigos de revistas relacionados à temática abordada e aos sujeitos envolvidos, sobre as enchentes em Itaqui e nas cidades da região fronteira oeste, banhadas pelo rio Uruguai, que identificassem o tratamento político, econômico e social dado às situações de emergência nesses municípios.

#### **4.1 Coleta de dados documentais do município de Itaqui**

A coleta de dados foi realizada através de uma análise de documentos públicos relevantes para esta pesquisa. Tais como planos e relatórios de gestão da Assistência social e da Defesa Civil do município, como também diversas bibliografias relacionadas ao contexto histórico e conceitual das comunidades tradicionais bem como da população ribeirinha de Itaqui e região.

A pesquisa documental foi baseada em registros jornalísticos (impressos e digitais) publicados durante momentos de cheias do Rio Uruguai em Itaqui, identificando o número de desabrigados, número de abrigos existentes, abrangência da inundação e medidas adotadas, assim como em registros oficiais da Defesa Civil, publicadas no *site* institucional estadual e da SMTHAS (Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social do município de Itaqui).

#### **4.2 Entrevistas com moradores, líderes comunitários e profissionais de Itaqui**

Para chegar a dados concretos e relatos reais, foi necessário ainda a coleta de dados empíricos realizada com entrevista semiestruturada, aplicada primeiramente a dois líderes comunitários ribeirinhos, objetivando priorizar e aprofundar a dimensão territorial e as percepções da comunidade acerca das suas condições de vida e daquilo que pode ser melhorado ou amenizado. Desmistificando as vivências desta comunidade foi realizada a entrevista também com treze moradores de áreas da encosta do Rio Uruguai, onde com a escuta dessas

histórias e o registro fotográfico foi possível absorver um pouco daquilo que rotineiramente faz parte da vida dos que ali vivem, capturando elementos fundamentais para este estudo.

Ainda usando o mesmo instrumento de coleta, porém com uma abordagem voltada a suas experiências profissionais no que se refere a períodos de cheias e enchentes, executou-se um entrevista semiestruturada a três profissionais do Município de Itaqui de setores voltados à Assistência Social, a conversa foi direcionada a sua vivência. As entrevistas foram realizadas com a secretária adjunta do Trabalho, Habitação e Assistência Social, e com o psicólogo responsável pela Vigilância Socioassistencial do município e do CRAS Acolher (Centro de Referência de Assistência Social).

Em outro momento e local, este mesmo formato de entrevista foi realizada com o atual Coordenador da Defesa Civil do município, o qual forneceu como subsídio para esta pesquisa o atual Plano de Contingência do município para situação de enchentes e inundações, protocolado junto ao Ministério Público em agosto de 2021, além de dialogar sobre ocorrências de enchentes na região ao longo das últimas décadas.

Contribuíram com a pesquisa também, servidores da contadoria do município, auxiliando no direcionamento das buscas por informações quanto ao PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual). E ainda, uma vereadora do município que já exerceu o cargo de secretária de Assistência Social na gestão passada, bem uma assistente social que trabalhou em épocas de cheias em outra gestão.

Para que os aspectos éticos pudessem ser mantidos foi utilizado ainda o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com todos os participantes da pesquisa, como instrumento de autorização da participação voluntária dos indivíduos na pesquisa garantindo o direito à privacidade acerca dos dados fornecidos.

### **4.3 Entrevistas com profissionais dos municípios vizinhos: São Borja, Uruguaiiana e Alvear**

Ao planejar as entrevistas com os profissionais de cidades vizinhas como São Borja, Uruguaiiana e Alvear/Argentina, o instrumento de coleta sofreu alterações julgadas pertinentes pela autora, com a finalidade de verificar a situação desses municípios no que tange a políticas públicas já aplicadas por eles e seus reais impactos voltados aos ribeirinhos.

Para realização das entrevistas com profissionais de outros municípios optou-se pelo formato on-line tendo em vista o atual cenário em que vivemos devido a pandemia Covid-19, onde seguir os protocolos de prevenção é fundamental. Foram feitas reuniões via Google Meet, e a aplicação de questionários enviados por e-mails e WhatsApp. Participaram desses



momentos a secretária da Assistência Social do Município de São Borja, o coordenador da Defesa Civil do Município de Uruguaiana, e a Vice Intendente de Alvear - Argentina. Também responderam o questionário uma assistente social de São Borja e uma de Uruguaiana que já exerceram trabalhos em momentos de cheias.

Ao traçar um comparativo entre as cidades vizinhas se percebe que a gestão de um município pode ser compreendida como algo muito peculiar, no qual convivem, ao mesmo tempo, leis modernas, discursos tradicionais, carência técnica, burocratização dos instrumentos de gestão e o clientelismo, muitas vezes disfarçado de ação pública. Dos municípios constantes neste estudo, todos possuem moradores ribeirinhos com as mesmas características, ou seja, pescadores artesanais, famílias pertencentes à comunidade de terreiro, pequenos agricultores familiares e catadores de material reciclável. Com exceção de Alvear que além dessas categorias já citadas, também possui ribeirinhos que trabalham nas olarias à beira do rio. E todos já tentaram, sem sucesso, retirar suas comunidades ribeirinhas da margem do Rio Uruguai. O fato de realocá-los em uma área muito distante da zona ribeirinha, sem oferecer meios para que sobrevivam sem o vínculo com o rio é sem dúvida o fator determinante do fracasso desta política.

## 5. A PRESENÇA DO ESTADO NO CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO ATRAVÉS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ÉPOCAS DE CHEIAS

As inundações ocorrem quando as águas dos rios saem do leito normal de escoamento devido à falta de capacidade de transporte de um dos sistemas naturais e ocupa áreas onde a população utiliza para moradia, trabalho ou lazer, entre outros. Ou seja, quando o volume de água é intenso e o solo não tem capacidade de infiltrar, superando sua capacidade natural de escoamento. De acordo com Tucci (2005):

O excesso do volume que não consegue ser drenado ocupa a várzea inundando de acordo com a topografia das áreas próximas aos rios. Estes eventos ocorrem de forma aleatória em função dos processos climáticos locais e regionais. É denominado de inundação ribeirinha.

A ocupação de áreas com riscos de inundação provoca impactos sociais relevantes. Esta ocupação se dá principalmente pela falta de uma política pública de controle e prevenção, pois as áreas hoje desocupadas devido a inundações amanhã serão ocupadas novamente, já que as enchentes têm caráter temporário. Há a necessidade de uma política onde se busque resolver esta questão, pois somente a culpabilização das pessoas mais desfavorecidas que ali residem não resolve. Bem enfatiza Rolnik (2011):

...ninguém vai morar numa área de risco porque quer ou porque é burro. As pessoas vão morar numa área de risco porque não têm nenhuma opção para a renda que possuem. Estamos falando de trabalhadores cujo rendimento não possibilita a compra ou aluguel de uma moradia num local adequado.

Conhecer e aplicar a legislação ambiental também não é suficiente. Diante da morosidade de ações públicas para minimizar as consequências deixadas pelas enchentes é necessário que os governantes mudem suas estratégias, ou seja, ao invés de gastar o dinheiro público somente para remediar as consequências desses fatos, poderia ser investido também na prevenção de forma estratégica. Porém, o processo de remoção populacional definitivo, que envolve reassentamento em espaços distintos da sua origem, exhibe características singulares. Rebouças (2000, p. 14.) diz que “isso faz com que o deslocamento, apesar de ser movido por um objetivo planejado, traga consigo um elemento de imprevisibilidade quanto ao destino e a forma do novo universo de relações sociais[...]”.

Ou seja, aqueles moradores das zonas atingidas que são obrigados a abandonar a beira do rio também podem exercer a recusa do reassentamento em vilas ou lotes. Percebe-se a necessidade de uma política que os possibilite afastar-se de sua zona, somente em casos de risco de enchentes. Neste sentido, ainda Rebouças (2000, p. 28) destaca que: “essas comunidades, se

vêm diante de uma mudança brusca em seu modo de vida, desencadeada pela transferência definitiva da residência”.

Esta ideia vai de encontro ao que diz Marta Arretche (2001, p.9) quando sugere que ao analisarmos uma política pública possamos fazer avaliações “menos ingênuas”. Segundo a autora, para o avaliador “é fundamental ter em mente que a implementação modifica o desenho original das políticas, pois esta ocorre em um ambiente caracterizado por contínua mutação; mais do que isto, devem levar em conta que os implementadores é que fazem a política, e a fazem segundo suas próprias referências”.

Parte das dificuldades enfrentadas pela comunidade tradicional ribeirinha no município de Itaqui no acesso às políticas públicas oferecidas aos demais segmentos da sociedade decorre justamente da ausência e reconhecimento das suas diferenças e no visível despreparo histórico dos órgãos e agentes públicos ao lidar com elas. É gritante a necessidade de uma mudança significativa na postura do Estado que lhes permita viver sua cidadania de modo integral, sem precisar abrir mão de suas práticas culturais, sociais e econômicas já marcadas na história do município.

Márcio de Oliveira, em seu texto intitulado “O ESTADO EM DURKHEIM” traz a seguinte definição de Estado:

O Estado é, assim, um grupo especial encarregado de “representar essa autoridade”, o “órgão eminente”. Os indivíduos têm deveres em relação a ele e reciprocamente. Trata-se, portanto, de um agente dinâmico, que se define por sua função social e em uma relação com os membros da sociedade. (OLIVEIRA, 2010).

E é justamente essa presença e esse dinamismo que se espera quando se fala em implementação de políticas e programas direcionados a essa comunidade. Para que o setor público possa funcionar de forma eficiente é fundamental que existam planejamentos voltados às metas, estratégias e uso de recursos financeiros da Administração Pública como um todo. Sabe-se que as ações públicas estão diretamente ligadas a execução de recursos orçamentários e financeiros. Para garantir a efetividade dessa execução, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 165, instituiu três instrumentos integrados de planejamento: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O Plano Plurianual, como o próprio nome sugere, é um plano a ser traçado por todas as entidades da federação (Governo Federal, Estados e Municípios). Ele tem como objetivos principais orientar e gerir de maneira estratégica a ação do governo, além de promover a transparência do serviço público (uma vez que esses documentos orientarão as medidas e posturas governamentais adotadas).

A Lei Orçamentária Anual (LOA) estabelece os Orçamentos da União, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal. Na sua elaboração, cabe ao Congresso Nacional avaliar e ajustar a proposta do Poder Executivo, assim como faz com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Ao estudar o PPA do município conforme o recorte temporal desta pesquisa se percebe que em momento algum as comunidades ribeirinhas foram contempladas diretamente. Para que o município obtenha recursos para subsidiar as práticas de mitigação e respostas a momentos de enchentes, o município declara primeiramente situação de emergência. Mas para isso um existe um rito burocrático conforme manual do Ministério da Integração Nacional e da Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Aos Prefeitos Municipais cabe declarar a situação de emergência ou estado de calamidade pública, de acordo com os critérios estabelecidos pelo CONDEC e em função desses critérios estabelecidos como preponderantes e do nível de intensidade, é que os desastres são classificados em 4 níveis:

- Desastres de nível I, acidentes ou desastres de pequeno porte: não são causadores de situação anormal, caracterizada como situação de emergência ou estado de calamidade pública.

- Desastres de nível II, ou desastres de médio porte: não são causadores de situação anormal, caracterizada como situação de emergência ou estado de calamidade pública. Em alguns casos, os desastres de médio porte situam-se na faixa limítrofe (*borderline*) entre uma situação de fácil restabelecimento da normalidade e uma situação de emergência.

A caracterização de situação de emergência em desastre de nível II baseia-se em critérios agravantes, relacionados com: o nível de preparação e de eficiência da defesa civil local, o grau de vulnerabilidade do cenário do desastre e da comunidade local e o padrão evolutivo do desastre.

- Desastres de nível III, ou desastres de grande porte: são causadores de situação anormal, caracterizada como situação de emergência. Em alguns casos, desastres de grande porte situam-se na faixa limítrofe, entre uma situação de emergência e um estado de calamidade pública.

- Desastres de nível IV, ou desastres de muito grande porte: são causadores de situação anormal, caracterizada como estado de calamidade pública. Em casos excepcionais, altamente improváveis no cenário brasileiro, a intensidade do desastre pode justificar a decretação de estado de defesa, conforme previsto no artigo 136 da Constituição Federal.

A decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública não é e não deve ser feita com o objetivo único de recorrer aos cofres do Estado ou da União, para solicitar recursos financeiros. A decretação significa a garantia plena da ocorrência de uma

situação anormal, em um município, que determinou a necessidade de o Prefeito decretar situação de emergência ou estado de calamidade pública, para ter efeito na alteração dos processos de governo e da ordem jurídica, no território considerado, durante o menor prazo possível, para restabelecer a situação de normalidade e, quando for o caso, ainda aplicar a Lei Orgânica do Município. Antes da decretação de situação de anormalidade, o Prefeito Municipal deverá ainda comunicar a ocorrência do evento adverso ou desastre ao Órgão Estadual de Defesa Civil e à Secretaria de Defesa Civil, em Brasília-DF, através do formulário de Notificação Preliminar de Desastre – NOPRED (CASTRO, 2007). O decreto de declaração de situação de emergência ou de estado de calamidade pública deve ser encaminhado ao Órgão Estadual de Defesa Civil, obrigatoriamente acompanhado do Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN e de mapa ou croqui indicando áreas atingidas.

Ao Governador do Estado cabe então, homologar a situação de emergência ou estado de calamidade pública, se e quando necessário, de acordo com os critérios estabelecidos pelo CONDEC. E à Autoridade Administrativa do Governo Federal a quem estiver subordinado o Órgão Central do SINDEC cabe reconhecer, através de portaria, a situação de emergência, ou o estado de calamidade pública, observados os critérios estabelecidos pelo CONDEC, à vista do Decreto de Declaração do Prefeito Municipal, homologado este pelo Governador do Estado.

A portaria de reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública determinará seu tempo de duração e especificará a(s) área(s) a ser(em) abrangida(s) pela medida. E somente após este fluxo é possível obter os recursos financeiros provenientes do Governo Federal, que hoje é liberado e posteriormente comprovado através da plataforma S2ID do Sistema Integrado de informações de desastre, onde somente o Gestor Municipal e o Coordenador da Defesa Civil tem acesso.

## **5.1 As comunidades tradicionais ribeirinhas e a política de assistência social**

O conceito de Povos Tradicionais têm impactado ao longo do tempo as Políticas Públicas contemporâneas, essa conceituação se deu por meio de relevantes contribuições, tanto do mundo acadêmico como de movimentos sociais. Mas só após um amplo processo de debates, que contou com a participação do Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais instituído em 2005, gerou-se um produto final que foi publicizado por meio do Decreto 6040/2007 onde diz que:

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução

cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Decreto 6040/2007).

As comunidades tradicionais podem ainda ser pensadas como um coletivo de vivência instituído pós comunidades primitivas. É de extrema relevância a pluralização dos estudos dessas comunidades a partir da diferenciação de cada formação social que tenha algo em comum, como a comunidade indígena e urbana (BRANDÃO, LEAL, 2012). A definição de comunidades ribeirinhas como população tradicional também remete inclusive aos conceitos e elementos do campo dos direitos consuetudinários, que vislumbram a ideia de que a presença de um indivíduo ou comunidade em um determinado território por longo tempo pode gerar direitos àqueles que ali vivem e que o modo de vida é marcado por diferenças.

Conforme (SILVA *et al.*, 2013):

“O termo ribeirinho, não se refere ao simples fato de alguém morar às margens de um rio ou igarapé, mas se refere a uma população que possui um modo de vida peculiar, que a diferencia das demais populações do meio rural ou urbano, possuindo uma dinâmica marcada pela presença do rio, o qual não é apenas um elemento do cenário ou da paisagem, mas algo constitutivo do modo de ser e de viver.” (SILVA *et al.*, 2013, p. 09)

Quem vive nessas comunidades depende tanto da terra quanto da água para seu sustento, que é baseado na pesca, na caça, na criação de pequenos animais, na extração e comércio de lenhas, todas estas atividades dependem muito do ciclo da natureza, pois é este que dita quando pescar, plantar e colher, em momentos de cheias ou enchente, por exemplo, parte de suas atividades ficam prejudicadas. Essa ambiguidade pode ser vista como o “viver da água e fugir das águas”, pois a água ao mesmo tempo em que é sustento, também pode se tornar motivo de perdas, medo, riscos e vulnerabilidades.

Brandão e Leal (2012, p. 83) dizem, quase que de forma poética que:

“Trabalhar no que é seu”; “ser dono do seu tempo de trabalho”; “ser livre (mesmo em termos relativos) para decidir o destino de sua produção de bens da terra ou mesmo de artesanato. Enfim, “trabalhar sem patrão, mesmo que na lida do pobre” são qualificadores altamente valorizados de um modo de vida em que muitas vezes o preço de assumida “condição de pobre” é a experiência da autonomia, traduzida como um espécie sempre desejada de liberdade: “ser dono do seu” e, por este meio, “ser dono de sua vida”.

Historicamente a comunidade ribeirinha do município de Itaqui já residiam naquele local, pois o processo de formação territorial que deu origem ao município surgiu nas proximidades do Rio Uruguai, seja pela facilidade de acesso fluvial ou pelo comércio existente na época. Diferentemente da realidade dos ribeirinhos de outras partes do país, as comunidades

ribeirinhas de Itaqui, também mantêm proximidade territorial com o centro da cidade e com a principal área de comércio local.

Como política integradora da Seguridade Social, a Assistência Social possui um caráter de política de proteção social articulada a outras políticas, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. Atualmente, pode-se considerar que os desastres socioambientais, tanto no município de Itaqui como em outros lugares do país e do mundo se constituem como ameaças à vida social, especialmente às populações que vivenciam a exclusão socioespacial e a socioeconômica, que são, majoritariamente, as mais afetadas nesses contextos.

Por isso, o risco de desastres deve ser pensado e gestado por um conjunto de políticas públicas e instituições e não apenas pela Defesa Civil. A proteção social deve ultrapassar o entendimento mono, buscando uma visão transdisciplinar que possa incorporar a prevenção aos riscos em todos os aspectos da vida social. É neste contexto, que se busca dimensionar a importância da Política de Assistência Social no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de risco. Por atuar diretamente com as expressões da questão social, esta política desenvolve ações imprescindíveis, relacionadas aos desastres socioambientais (SANTOS, 2012, P. 36):

- a) preparação, ou pré-impacto, refere-se à atuação direta junto a indivíduos e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, que habitam áreas de risco, vivenciam situações de pobreza e exclusão socioeconômica e socioespacial, sendo este o público em potencial dos desastres;
- b) ruptura/emergência, ocorre durante o impacto, trata-se da responsabilização pelo acolhimento dos afetados, por sua inserção nos abrigos, da gestão do abrigo, do gerenciamento e da distribuição de benefícios, entre outras ações;
- c) recuperação, ou pós-impacto, relaciona-se à garantia dos meios de manutenção dos afetados nos abrigos ou do retorno às moradias que ainda estiverem em condições de habitabilidade, acompanha o encaminhamento às moradias populares, defende a participação da população no processo decisório sobre a reconstrução das cidades, orienta sobre o acesso aos benefícios contínuos, entre outras.

Essas são apenas algumas das inúmeras ações desenvolvidas pela Política de Assistência Social nos contextos de crise. No entanto, observa-se que essas ações se restringem ao momento de enchentes e inundações e ao pós-impacto. Muito pouco vem sendo realizado de forma proativa na gestão de risco, porque não há entendimento do papel desta política nesse contexto. Mesmo com a reformulação, aprovada em 2004, percebe-se que as ações desenvolvidas têm sido meramente assistenciais e paliativas, não havendo uma integração com a rede de atendimento do município. Em especial, nas situações de desastres, a política não dá conta de assumir com a responsabilidade que é designada.

Diante do exposto, é possível compreender a necessidade da elaboração de uma política pública estratégica e realista por parte do Estado que engloba remoção preventiva e assistência integral, vislumbrando uma área de reassentamento provisório, com rede de esgoto,

rede elétrica, limpa, segura e digna, preservada pelo poder público para os casos de enchentes previstas, onde a comunidade atingida pelas cheias se sinta acolhida e possa também receber o acompanhamento da Assistência Social e os atendimentos especializados necessários em decorrência da ocasião. Contudo, podemos observar que viver hoje as margens do Rio Uruguai é memória, história e resistência.

Para amenizar tais problemas é necessária a aplicação por parte do Estado, de medidas estruturais e não-estruturais. Bertoni e Tucci (2003, p. 63) reafirmam tal ideia quando colocam que: “O controle da inundação é obtido por um conjunto de medidas estruturais e não-estruturais, permitindo a população ribeirinha minimizarem suas perdas e manter uma convivência harmônica com o rio”. Medidas estruturais requerem mudanças de fato, principalmente nas estruturas físicas dos rios e de seus entornos. Essas medidas abrangem as obras de engenharia a serem realizadas para amenizar o problema. Já as medidas não-estruturais estão ligadas aos procedimentos burocráticos como leis de preservação, monitoramento, delimitação de áreas ocupáveis e políticas públicas de assistência aos atingidos, assim como remoção para locais seguros e dignos.

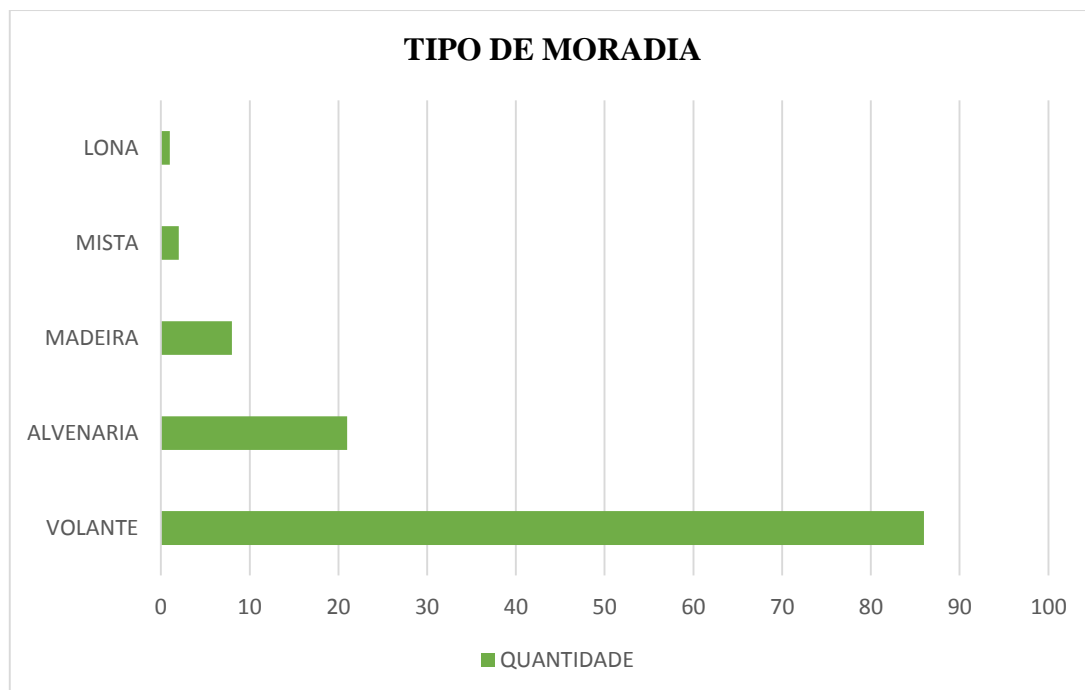
As medidas não-estruturais nesses casos defendem na sua concepção a melhor convivência da população com situações que envolvam fenômenos como as enchentes. Para que as medidas não-estruturais se tornem, de fato eficazes, a participação conjunta entre o poder público e a comunidade local é fundamental, de modo que garanta uma convivência mais harmoniosa sem tantas perdas e prejuízos. Essas medidas são mais céleres de serem implantadas, sendo este o foco do presente projeto.

Nesse sentido, a proposta desta pesquisa está voltada a necessidade de políticas públicas condizentes com realidade vivenciada pela comunidade tradicional ribeirinha de Itaqui, Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, através de uma análise da conjuntura da mesma. Um ponto que chama muito a atenção é o fato de a cidade ter se desenvolvido à margem esquerda do rio Uruguai, mesmo tendo que conviver com processos recorrentes de inundações, ano após ano. Faz-se necessário discutir as atuais condições de vida desta comunidade tradicional ribeirinha e levantar uma reflexão acerca das ações públicas voltadas a ela, como acesso à saúde, trabalho e moradia digna.

Segundo levantamento realizado no ano de 2017 a maioria dos ribeirinhos possuem casas de madeira no estilo volante, conforme gráfico a seguir.



Figura 4 – Tipos de moradias



Fonte: Elaborado pela autora.

Essas casas popularmente conhecidas como “volantes” (Figura 5 e 6), são residências de madeira construídas sobre postes e adaptadas para os momentos de cheias, de maneira que facilite sua locomoção.

Figura 5 - Volantes



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Figura 6 – Remoção dos ribeirinhos



Fonte: Agência RBS

Figura 7 – Casas de alvenaria



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Figura 8 - Tradicional formato de assentamento provisório em épocas de enchente



Fonte: Agência RBS e Arquivo pessoal da autora

Medidas que visem o planejamento estratégico também são de extrema importância, principalmente quanto à rápida assistência aos atingidos em épocas de cheias do Rio Uruguai, e de remoção dos mesmos para uma área onde não sejam alvo de desqualificação social, marginalização ou da discriminação por boa parte da sociedade, que por muitas vezes se mostra incomodada em ver frente a sua casa ou estabelecimento comercial, casas volantes sem rede de esgoto, sem espaço para acomodar as crianças que nelas residem, e que por muitas vezes se expõem dividindo lugar com os carros nas ruas e acostamentos.

## **6 A TECNOLOGIA SOCIAL COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO A SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE**

No atual cenário mundial, já marcado pela crise econômica de forças capitalistas e pela reestruturação do Estado, associado a isso temos a realidade brasileira marcada por uma desigualdade social explícita, que coloca o Brasil em evidência no cenário mundial, tanto pelas diferenças regionais internas quanto pelo formato atual de distribuição de renda caracterizado pela absurda acumulação de uma minoria em detrimento das necessidades da maioria.

Nesse processo de exclusão social é que vive parte da população que mostram, mesmo que sem intenção, o quanto ainda precisa-se evoluir socialmente. Ainda assim, no Brasil, pode-se observar ainda um contraponto que é o avanço científico e tecnológico que está em constante ascensão, mostrando sucesso na criação de novos bens e serviços. Pode-se afirmar com isso que há um contraste significativo entre desenvolvimento científico/tecnológico e desenvolvimento social. Esse processo faz com que a necessidade básica de uma camada significativa da população não seja atendida e tampouco seus impactos sociais e ambientais questionados, o que, muitas vezes, resultam no aumento da degradação do meio ambiente e da exclusão social originados no atual padrão de desenvolvimento científico e tecnológico do país que se sustenta no argumento de que a relação entre ciência, tecnologia e inclusão social acontece de maneira automática e simultânea.

Quando se pensa em tecnologia costuma-se realmente enumerar os benefícios da tecnologia, ressalta-se sua capacidade para se conectar, entreter-se e facilitar o dia a dia. Logo se pensa nos smartphones, notebooks e nas redes sociais ou nos eletrodomésticos inteligentes cada vez mais presentes nas vidas das pessoas, mas acaba-se esquecendo ou não dando a devida importância ao seu potencial de tornar o lugar onde se vive em um lugar mais sustentável, justo e igualitário a todos, coisa que nem sempre acontece. Porém, o “caminho que vai da realização de um descobrimento ou progresso científico em algum laboratório até que a sociedade se beneficie dele é longo, difícil e exige a atuação contínua do Estado” (ITS, 2005, p. 3).

A discussão sobre as relações entre ciência, tecnologia, inovação e sociedade são complexas, principalmente quando buscamos alternativas e políticas públicas que sejam capazes de promover melhorias significativas nas condições de vida de uma comunidade. Nesta perspectiva, as tecnologias sociais surgem no cenário brasileiro como um movimento de “baixo para cima”, instigando segmentos da população capazes de reunir criatividade e organização para gerar alternativas capazes de suprir as necessidades e/ou demandas sociais.

Ações que possam promover a sensibilização e empoderamento da comunidade para atuar de forma proativa nas ações de prevenção devem sim ganhar importância na construção

de sociedades mais sólidas e mais seguras. Assim, medidas que possam ser executadas pelas comunidades são iniciativas que podem contribuir de forma eficaz na gestão de riscos, como as denominadas Tecnologias Sociais (TS).

O termo TS surge no Brasil a partir da criação da Rede de Tecnologia Social e é utilizado para mencionar quaisquer produtos, técnicas e metodologias reaplicáveis e desenvolvidos com a participação da comunidade, tendo como objetivo buscar soluções práticas e eficazes de transformação social (Kapp e Cardoso, 2013). Não se pode com isso confundir essas práticas com políticas públicas, ainda que estejam com um crescente reconhecimento no que se refere à sua capacidade de promover um novo modelo de produção da ciência e do uso da tecnologia em prol do desenvolvimento social.

### **6.1 Aplicativo desenvolvido no curso de engenharia cartográfica e de agrimensura da Universidade Federal do Pampa – Campus Itaqui**

Como exemplo de uma tecnologia social se traz a iniciativa de alguns professores e alunos do curso de Engenharia de Agrimensura da Unipampa Campus Itaqui, que deu início ao desenvolvimento de um aplicativo para dispositivos móveis, visando auxiliar o usuário ou gestor público de um município na tomada de decisões, tornando-as mais céleres e assertivas.

Através de um sistema funcional, compatível com os sistemas operacionais Android e iOS, que fosse de fácil manuseio, a ferramenta notifica, mapeia e simula os locais com probabilidade de inundações, tudo em tempo real e utilizando de dados reais e obtidos diariamente. Tendo como base para seus dados o modelo digital de elevação desenvolvido por SILVA (et al, 2020).<sup>2</sup>

De acordo com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), através da promulgação da Lei N° 12.608, de 10 de abril de 2012, em seu art. 2° é dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre. Esta lei traz à tona os temas que dizem respeito ao desenvolvimento de sistemas de informação e monitoramento de desastres, sendo que parte dos deveres estão sob responsabilidade dos municípios, sendo que a eles compete também identificar e mapear áreas de risco, bem como fomentar ações de proteção e planejamento municipal juntamente com a defesa civil.

Conforme ESPINOSA et al, 2020:

---

<sup>2</sup> Que tem como intuito fazer a representação da área inundável do Rio Uruguai no perímetro urbano do município de Itaqui-RS.



Os municípios ficam à mercê das notificações da Defesa Civil e moradores antigos da cidade ou os que já passaram por alguma cheia do rio, não possuem o completo conhecimento dos locais onde serão atingidos, já que mudanças podem ocorrer nesses eventos de inundação devido a ação antropogênica na área em questão ou até mesmo por variações no leito do rio.

O aplicativo desenvolvido apresenta a simulação e o monitoramento como suas ações principais. Para a primeira foi possível a adequação e aplicação proposta do modelo gerado por SILVA (2020), onde o monitoramento das águas se vinculou com o *site* da Agência Nacional de Águas (ANA), que atualiza a cota d'água em dois horários diários, às 7:00 e às 17:00.

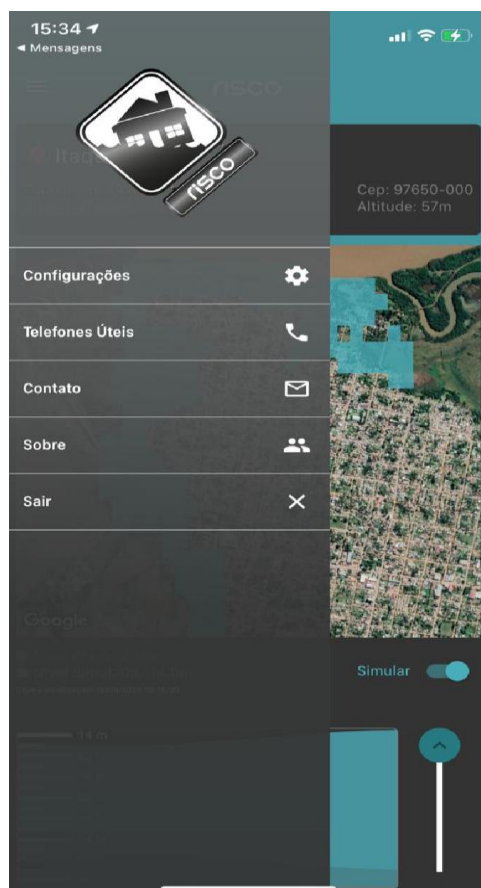
Conforme nas figuras 12 e 13, a interface inicial apresenta opções bem diretas de sua funcionalidade, a escolha do idioma escolhido para uso, podendo ser português ou inglês e a cidade a ser pesquisada. E ainda várias alternativas úteis aos usuários, como telefones úteis e emergenciais, como polícia militar, bombeiros, prefeitura, defesa civil, entre outros órgãos fundamentais para o momento. Até o momento como opções, o aplicativo oferece como opções a cidade de Itaquí, Itapiranga-SC e Pontal do Paraná-PR, estas últimas duas foram escolhidas por serem cidades onde residem alunos pertencentes ao grupo de idealizadores do aplicativo. Entretanto se objetiva oferecer as mesmas funcionalidades para os municípios de São Borja e Uruguaiana.

Figura 9 – Interface inicial do App



Fonte: ESPINOSA, Maurycio Oviedo, 2020.

Figura 10 – Interface de recursos do App



Fonte: ESPINOSA, Maurycio Oviedo, 2020.

Ao se comparar a área molhada da Figura 13 que apresenta a principal tela do aplicativo onde pode-se ver uma simulação em tempo real da cota de 14 metros do rio Uruguai, com os dados altimétricos vinculados ao *Datum* altimétrico brasileiro,<sup>3</sup> mostrado na Figura 14 (SILVA, 2020), pode-se verificar que a água realmente atinge as regiões mais baixas, mostrando uma correlação entre área inundada e o modelo altimétrico.

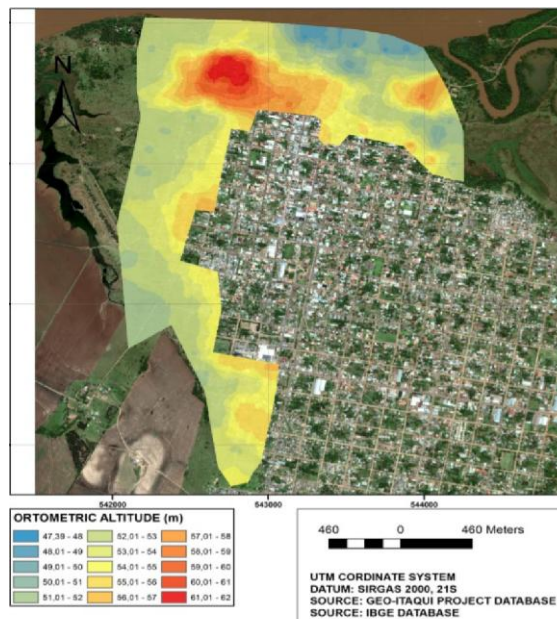
<sup>3</sup> Um **DATUM** caracteriza-se por uma superfície de referência posicionada em relação à Terra. Um **DATUM planimétrico** ou horizontal é formalmente estabelecido por cinco parâmetros: dois para definir o elipsóide de referência e três para definir o vetor de translação entre o centro da Terra física e o do elipsóide.

Figura 11– Interface de simulação do App



Fonte: ESPINOSA, Maurycio Oviedo, 2020.

Figura 12 - Datum altimétrico brasileiro



Fonte: Silva, 2020



Existe a opção para o usuário que desejar escrever algum *feedback* da ferramenta, que possibilitará a seus idealizadores o aprimorando constante da ferramenta, na opção “Sobre”, o aplicativo ainda mostra os responsáveis pelo desenvolvimento do mesmo. Este aplicativo também possui uma interface de fácil compreensão e manuseio para que seus usuários obtenham a cota de água e a área inundada no mapa em tempo real e aliado a sistemas de previsões meteorológicas a simulação pode auxiliar na tomada de decisões por parte da defesa civil e gestores, já que é possível verificar as primeiras áreas atingidas pelas águas.

Além das funcionalidades apresentadas, o aplicativo pode ser usado pelo poder público na promoção de políticas públicas, como no planejamento financeiro, na remoção da população das áreas de risco e nas de obras de infraestrutura para minimizar os problemas causados por inundações. Para o município de Itaqui-RS os sistemas já possuem dados que possibilitam simulação e obtenção em tempo real e o projeto é aplicável às demais cidades que sofrem com os mesmos problemas. Atualmente o aplicativo está inativo, por falta de investimento financeiro para seu desenvolvimento e finalização.

A expectativa do seus idealizadores é que com o retorno de algumas atividades presenciais, até então suspensas devido a pandemia Covid-19, surjam novas oportunidades de diálogo com o poder público municipal que possam viabilizar a continuidade deste projeto.

## 7 ANÁLISE E RESULTADOS

De forma breve, neste tópico serão apresentados os dados mais relevantes, alguns já expostos no decorrer da pesquisa. Aqui estão aqueles que mais se destacam positiva e negativamente, tanto em relação a existência de política pública voltada às comunidades ribeirinhas, quanto a ausência ou ineficácia da mesma. Neste ponto em que se trará a análise dos dados coletados, vale mencionar o pensamento de (SECCHI, 2016) quando diz que o trabalho de um analista de políticas públicas é de delimitar o problema público, gerar alternativas consistentes, projetar custos e benefícios, e dissolver (ou antecipar) conflitos de interesses: “tudo isso para evitar a repetição, imitação, preconceito ou autointeresse. Sair do achismo para evitar falhas de implementação (*implementation gaps*)”

Esta análise foi realizada com base numa interpretação descritiva das informações obtidas, buscando sempre o melhor entendimento de cada informação. Como etapas desta análise foram utilizadas a observação, a análise, a interpretação e a descrição dos resultados. Algumas reflexões acerca da política Pública de Assistência Social no município de Itaqui se fazem necessárias, para que no decorrer deste tópico se possa de fato compreender a realidade da comunidade ribeirinha local.

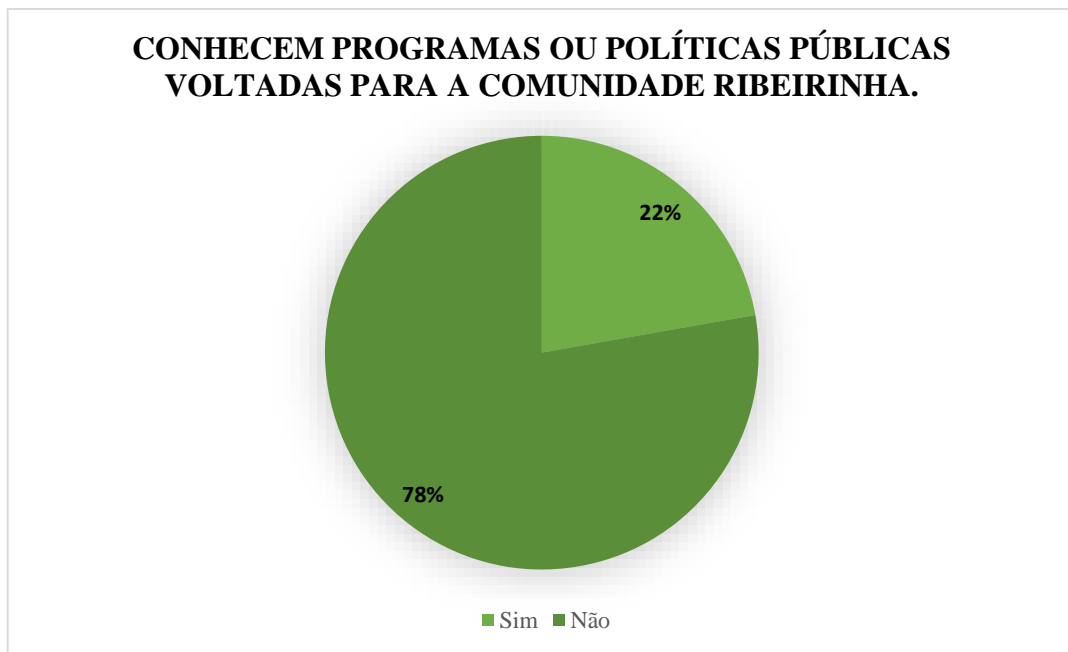
Ao ouvir os moradores da região ribeirinha foi possível verificar sua preocupação com relação a não transparecer descontentamento com nenhuma gestão quando se referiam a ausência de políticas ou ações sociais por parte da secretaria de assistência social. Foi possível perceber por parte dos entrevistados a gratidão existente por aqueles que os auxiliam em momentos de crises, ainda que não “enxerguem” como uma ação direta da gestão, mas sim de personalidades políticas e públicas. Foi comum ouvir frases tais como: “O vereador X sempre esteve ao nosso lado”. “O prefeito Y não tinham hora para nos receber”.

O descontentamento apareceu quando o assunto era a remoção e/ou desalojamento, onde os “vilões” passavam a ser as Assistentes Sociais, a Defesa Civil e o Exército. Conclusões como: “Os milicos (quando se referiam a ajuda do Exército) chegam e vão juntando tudo que é nosso”. “Eles (quando se referiam a alguém da assistência social ou Defesa Civil) só querem que a gente largue tudo e saia”.

Quando questionados do porquê da resistência a deixar suas casas, percebe-se uma falta de conscientização sobre os riscos e as consequências de ali permanecer. Não seria diferente já que essas famílias, conforme dito por eles, raramente foram convocadas a participar do processo de planejamento para esse tipo de situação e, ainda foram apontadas, em algumas situações, como parcialmente responsáveis pelas ocorrências.

Conforme relatos dos moradores, eles só são procurados quando o rio começa a subir. A maioria desconhece programas ou políticas públicas específicas destinadas à região ribeirinha do município, o que se pode elucidar melhor com o gráfico a seguir.

Figura 13 – Gráfico: conhecimento sobre políticas públicas voltadas aos ribeirinhos



Fonte: Elaborado pela autora.

Na aplicação dos questionários uma pergunta propositalmente foi a mesma para ribeirinhos e profissionais. *O que você acredita que poderia ser feito pelo poder público para minimizar e/ou solucionar os problemas ocasionados pelas enchentes?*

Figura 14 – Nuvem de palavras: respostas dos moradores ribeirinhos entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora.



## CONCLUSÃO

No município de Itaquí, assim como no Brasil, os desastres “naturais”, em parte oriundos de cheias e enchentes, são um problema recorrente que as políticas adotadas no âmbito do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) não têm conseguido reduzir. Há sempre uma ênfase nos discursos que relacionam os desastres ocasionados por fenômenos hidrometeorológicos (como inundações e enchentes desencadeadas por eventos de períodos longos de chuvas) a uma causa natural. E desta forma, são geralmente chamados de “desastres naturais”, retirando o holofote daquilo que realente é, consequência de uma formação social muitas vezes baseada em decisões políticas onde os desastres também são produtos de determinações sociais em que predomina a política do não fazer. Nesse sentido, acredita-se ser importante utilizar então, a denominação *desastres socionaturais* quando se pensar e falar dos desastres que aqui foram citados, já que estão relacionados à própria evolução e condição da sociedade e sua relação com a natureza e seus recursos. Porque esses debates, embora sejam mais tímidos do que deveriam, revelam assim as contradições as quais às vezes evita-se confrontar.

Muitas vezes se é, enquanto sociedade, oprimido pela contradição existente entre valor de uso e valor de troca, evidenciada pelo avanço da urbanização sobre as planícies dos rios e áreas de risco como uma consequência da reprodução ampliada do capital nas cidades, que trata a terra como mercadoria. Contradição que pode ser entre capital e natureza, deixando os limites do planeta extremamente vulneráveis à exploração intensiva de recursos e pela sua relação destrutiva, que causa mudanças climáticas e efeitos de intensificação recorrente dos perigos naturais. Ou a contradição entre a classe trabalhadora e o Estado, a estrutura política e jurídica se ergue pelos os interesses da classe dominante.

Em situações de calamidade confia-se a vida a um Estado que durante o ano todo se coloca como agente do capital, essa relação desencadeia nada mais do que o próprio cenário de desastre, como um constante ciclo de produção de desastre e de gestão da crise gerada pelo desastre. Quando se afirma que os desastres são naturais, evita-se um questionamento mais aprofundado sobre o processo social e histórico onde se desenrolam as dinâmicas socioespaciais de urbanização, priorizando a assistência pontual em emergências e calamidades, voltados apenas para as respostas e assistencialismo pós-desastre, prioritariamente conduzidos pelo Estado. Pois, se as causas dos desastres são naturais, não haveria como evitá-los. E a culpa será sempre das chuvas.

Aliando-se a essa problemática pode-se perceber também, no recorte temporal da pesquisa, a ausência de políticas públicas de infraestrutura, saneamento e principalmente

habitação, que por muitas vezes deixaram expostas e vulneráveis famílias inteiras. Mas há sempre aqueles que são ainda mais afetados e esses geralmente são os de menor poder econômico, já colocados em situação de fragilidade por reiteradas vezes por um sistema que já os oprime de diversas formas.

O fato de um município ter políticas públicas habitacionais integradas com diversos setores, faz com que elas possibilitem a gestão e solução de problemas multicausais de maneira mais eficiente, especialmente em uma sociedade marcada pela desigualdade social, como a nossa. São estas políticas públicas que oportunizarão à centenas de famílias terem uma vida mais digna, uma vez que, a moradia tem um papel fundamental na vida das pessoas, suas condições e a localização da casa possui um impacto direto na saúde, na qualidade de vida e no acesso a oportunidades de desenvolvimento social.

Percebe-se que, a forma como os momentos de crises vêm sendo interpretados no município ao longo do tempo também contribuem para o problema. Muitas das práticas dos meios técnico e operacional firmam seus pilares em discursos tradicionais, muitas vezes mecânicos, que tratam a gestão dessas crises, muitas vezes, a partir das características das habitações e a forma como estas foram sendo construídas e a localização em que se encontram. Quando a relevância está muito mais nas condições socioeconômicas que determinam cada tipo de residência, cada local “escolhido”. Obviamente as áreas ambientalmente mais seguras são também mais caras.

Ocorre que na maioria das vezes as ações da Defesa Civil, bem como da Assistência Social ficam restritas, engessadas à identificação dos pontos de risco e assentamento provisório de famílias empobrecidas, ocasionando, muitas vezes sem perceber, inúmeros outros processos de vulnerabilização, como a perda da coesão social e dos vínculos socioafetivos causados pela desterritorialização. Desta forma, neste debate que ainda necessita de maiores discussões, ressalta-se a importância de se ter no município de Itaquí um planejamento estratégico. Quanto às contribuições deste artigo, elas estão direcionadas para o meio acadêmico, mas também, e principalmente, para a comunidade ribeirinha que deseja questionar e compreender a gestão pública e seus planejamentos, cientes de que estes não podem deter-se apenas na resposta às enchentes, mas na prevenção, preparação e recuperação.

Por fim, recomenda-se ainda, para trabalhos futuros, uma discussão sobre a viabilidade da criação e impacto social de um comitê intermunicipal de políticas públicas para comunidades tradicionais da região fronteira, dada a atual necessidade, já mencionada neste trabalho, de fortalecer a política pública de assistência social existente e da proposição de novas políticas em prol dessas comunidades, auxiliando todas as esferas da administração pública dos

municípios de Itaqui, São Boja, Uruguaiana e Alvear, a fim de garantir a promoção e proteção dos direitos humanos, bem como oferecer as orientações normativas necessárias.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, LQ de; PASCOALINO, Aline. Gestão de risco, desenvolvimento e (meio) ambiente no Brasil—Um estudo de caso sobre os desastres naturais de Santa Catarina. **Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada**, v. 13, 2009.

ARRETCHE, M. T. da S. **Avaliação de políticas públicas é objeto de pesquisa**. <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/entrevistas/ppublicas/arretche.htm>

BACHARACHIB, P. e BARATAZ, M.S. **Two Faces of Power**. *American Science Review*, 56. 1962.

BERTONI, Juan Carlos; TUCCI, Carlos E.M. (org.). **Inundações urbanas na América do Sul**. Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003. Disponível em: <https://www.cepal.org/samtac/noticias/documentosdetrabajo/5/23335/inbr02803.pdf>  
Acesso em: 06 jan. 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; LEAL, Alessandra. **Comunidade tradicional: conviver, criar, resistir**. *Revista da Anpege*, v.8, n.9, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **Decreto** nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 07 de fevereiro de 2007.

BRASIL. Lei n.10.257-2001. **Estatuto da Cidade**. Brasília, DF, Senado, 2001.

BRITTON, N. R. 1986. **“Developing an understanding of disaster.”** *Journal of Sociology* 22: 254-271.

CASTRO, A.L.C. 2007. **Manual para decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública**. Brasília, Ministério da integração Nacional, Secretaria nacional de defesa civil. V.1. p. 17.

CESCO, Susana; CEOLIN, Lisianne Pinto Sabedra. Políticas públicas e inundações do rio Uruguai no município de São Borja: o olhar dos atingidos e a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 285-328, 2017.

COLVERO, R. B. **Itaqui nas fronteiras Ibero-americanas: 1801-1889**. São Borja: Faith, 2012.

DA SILVA, Edinael Pinheiro; FARIAS, Geovani Goncalves; ALVES, Odair José Aragão. **As políticas públicas e seus reflexos no modo de vida Ribeirinho na comunidade menino deus em Portel (PA)**. *Cerrados*, v. 14, n. 2, p. 161-183, 2016.

DE SOUZA MARTINS, Heloisa Helena T. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

DE CRISIS, **Buró de Prevención et al. La reducción de riesgos de desastres un desafío para el desarrollo**. Informe mundial. 2004.



DYE, T. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs: N.J.: Prentice Hall, 1984.  
[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**; tradução. Marina Apenzeller–Campinas, SP: Papyrus, 1993.

ELY, D. **Sobrevoo mostra intensidade da enchente histórica em Uruguaiana**. Zero Hora, Porto Alegre, 07 jul. 2014 [acesso em 13 de agosto de 2021]. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/07/Sobrevoo-mostra-intensidade-da-enchente-historica-em-Uruguaiana-4545494.html>

EIRD. **Estratégia Internacional para Redução de Desastres. Vivir con el Riesgo. Informe mundial sobre iniciativas para la reducción de desastres**. Volumen I. Nova York y Ginebra: Publicación Naciones Unidas, 2004.

ESPINOSA, Maurycio Oviedo et al. **Proposta de monitoramento de inundações em áreas urbanas na fronteira do rio grande do sul através de um aplicativo para dispositivos móveis**. In: COBRAC 2020. 2020.

FAVERO, E., Diesel, V. 2008. “**A seca enquanto um hazard e um desastre: uma revisão teórica.**” *Aletheia* 27: 198-209.

FURLAN, Donizete Vaz; PIRES, Simone Maria Palheta. **A problemática do acesso à justiça trabalhista em comunidades ribeirinhas: o caso do arquipélago do Bailique no Estado do Amapá**. *Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho*, v. 3, n. 1, p. 179-199, 2017.

GASS, Sidnei Luís Bohn et al. **Estruturação do banco de dados e caracterização básica do município de Itaqui, RS, Brasil, para fins de seu Zoneamento Ecológico-Econômico**. *Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (SBSR)*, v. 17, p. 4073-4081, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 47.

Guy Di Méo, Buléon Pascal, (dir.), **L'espace social. Leitura geográfica das sociedades**. Paris: Armand Colin, 2005, 304 p.

ITAQUI. **Lei Orgânica do Município**. Disponível em: [http://www.camaraitaqui.rs.gov.br/?action=legislacao\\_lori&lori=1](http://www.camaraitaqui.rs.gov.br/?action=legislacao_lori&lori=1) Acesso em: 15/02/2022

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL — ITS. **Declaração das ONGs: ciência e tecnologia com inclusão social. 2005**. Disponível em: <<http://www.itsbrasil.org.br>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

KAPP, S., Cardoso, A. L. 2013. “**Marco teórico da Rede Finep de moradia e tecnologia social - Rede Morar T.S.**” *Risco: Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo* 17: 94-120.

KOWARICK, L. **Viver em Risco: Sobre a Vulnerabilidade no Brasil Urbano. Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, 2009.

**LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Itaqui.** Disponível em: <https://www.itaqui.rs.gov.br/?action=contas&dId=52>. Acesso em: 21/02/2022.

**LOA - Lei Orçamentária Anual do Município de Itaqui.** Disponível em: <https://sapl.itaqui.rs.gov.br/norma/pesquisar?assuntos=4> . Acesso em: 21/02/2022.

MATTEDI, M. A. **As enchentes como tragédias anunciadas: impactos da problemática ambiental nas situações de emergência em Santa Catarina.** 284 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 1999.

MARIOSIA, Duarcides Ferreira; CAMILO, Maria Virgínia Righetti Fernandes. **Território, Trabalho e Saúde: Repercussões Socioambientais do Estilo de Vida em Duas Comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, Manaus, Amazonas.** Revista de Gestão em Sistemas de Saúde, v. 7, n. 2, p. 189-205, 2018.

MARCHEZINI, V. **Desafios de Gestão de Abrigos Temporários: uma análise sociológica de inseguranças e riscos no cotidiano de famílias abrigadas.** 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2010.

OLIVEIRA, Márcio de. **O Estado em Durkheim: elementos para um debate sobre sua sociologia política.** Rev. Sociol. Polit, p. 125-135, 2010.

PINTO, M. **A Identidade socioterritorial Missioneira na cidade histórica de São Borja RS: As hegemonias de poder sobre uma identidade tradicional enraizada entre antigas reduções Jesuítico-Guarani.** Tese de doutorado, UFRGS, Instituto de Geociências, Programa de Pós Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2015.

**PPA- Plano Plurianual do Município de Itaqui.** Disponível em: <https://www.itaqui.rs.gov.br/?action=contas&dId=51>. Acesso em: 21.02.2022.

REBOUÇAS, Lidia Marcelino. **O planejado e o vivido. O reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema.** São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

ROLNIK, Raquel, **Ninguém vai morar em área de risco porque quer ou porque é burro.** São Paulo, 2011. Disponível em <https://raquelrolnik.wordpress.com/2011/01/13/ninguem-vai-morar-em-area-de-risco-porque-quer-ou-porque-e-burro/>. Acesso em 10/03/2022.

SANTOS, Rúbia dos. **Gestão de desastres e política de assistência social.** Revista Katálysis. Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 32-40, jan./jun. 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** Cengage Learning, 2014.

SECCHI, Leonardo. **COQ3: um framework de análise de políticas públicas.** 2º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, GT 32, 2008. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-32-encontro/gt-27/gt32-5/2614-leonardosecchi-coq/file> . Acesso em 13 de agosto de 2021.

SPERB, Paula. **Pampa gaúcho sofreu desmatamento de quase 44% da vegetação nativa, aponta monitoramento do Inpe que utiliza satélite da Nasa.** FOLHAPRESS, 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br>. Acesso em: 24 de março de 2022.

SILVA, P. C. C.; DALAMA, L. A.; MORAES, M. A. Q.; GUEDES, D. C.; SOUZA, P. E.; GOMES, W. G.; ANDO, N. M. **Organização do Cuidado à Saúde em Populações Ribeirinhas: experiência de uma Unidade Básica de Saúde Fluvial.** 2º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão Em Saúde. Belo horizonte, 2013.

SILVA, Kamillo Karol Ribeiro. **“Não tem jeito, o jeito que tem é sair”** – as enchentes do rio Jaguaribe na cidade de Jaguaruana (CE) nos anos de 1960, 1974 e 1985. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n. 8, 167-181, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes. TEIXEIRA, Eduardo T. **Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto.** Revista Cidades, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, 2009, p. 29-66.

**Tipificação Nacional De Serviços Socioassistenciais.** Reimpressão 2014

TUCCI, Carlos E.M, **Gestão das inundações Urbanas.** Porto Alegre: UFGRS, 2005.

VALENCIO, N. et al. Implicações éticas e sociopolíticas das práticas de defesa civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 96-108, 2006.

VALENCIO, N. et al. Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. **São Carlos: RiMa Editora**, p. 31-52, 2009.

VALENCIO, N. Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, v. 19, p. 748-762, 2010.

VALENCIO, N. Da ‘área de risco’ ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. **SOCIOLOGIA DOS DESASTRES**, p. 34-47, 2009.

VELHO, G. **A utopia Urbana um estudo de antropologia social.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

UNISDR. 2009: **“UNISDR terminology on disaster risk reduction”**. Geneva: UNISDR.

**APÊNDICE 1****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Através deste termo gostaríamos de convidá-lo (a) a participar de nosso estudo denominado:

**ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA A ZONA RIBEIRINHA NO MUNICÍPIO DE ITAQUI-RS FRENTE À VULNERABILIDADE DOS ATINGIDOS PELAS CHEIAS DO RIO URUGUAI.**

O objetivo do mesmo é analisar a gestão de risco das enchentes do Rio Uruguai no município de Itaquí/RS, a partir das ações da Política de Assistência Social, situando o papel desenvolvido por essa política pública que, juntamente com a Defesa Civil, assume as responsabilidades de atendimento em momentos de emergência e pós-impacto, a fim de subsidiar a elaboração de plataformas de políticas públicas no âmbito municipal.

Assinando o presente termo, concordo em participar de forma voluntária deste estudo e que fui devidamente informado (a) de forma clara e detalhada sobre as questões relacionadas ao estudo e ao objetivo do mesmo.

Tenho ciência de que os dados serão coletados através de questionário semiestruturado, e que os mesmos serão destruídos em 5 anos. Tais dados obtidos através deste estudo poderão ser divulgados para publicação, entretanto, o anonimato de meus dados de identificação serão preservados. A minha desistência da pesquisa pode ocorrer em qualquer momento sem acarretar qualquer dano, prejuízo ou penalidade.

Eu \_\_\_\_\_, ao assinar este documento, declaro ter lido (ou escutado a leitura deste), ter entendido as informações citadas acima e concordado em participar da pesquisa acima descrita, de autoria da Mestranda Daniele Bonapace dos Santos Lencina, sob a orientação da Professora Dra. Jaqueline Carvalho Quadrado.

Confirmo o recebimento de uma das duas cópias do termo de consentimento, sendo a outra arquivada pelo pesquisador.

\_\_\_\_\_  
Informante

\_\_\_\_\_  
Daniele Bonapace dos Santos Lencina – Aluna/Pesquisadora

Telefone para contato: (55)996073076

\_\_\_\_\_  
Jaqueline Carvalho Quadrado – Professora Orientadora

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

## APÊNDICE 2

<b>QUESTIONÁRIO - PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL E CRAS DO MUNICÍPIO DE ITAQUI.</b>	
<p>Responda as questões abaixo de acordo com a escala:</p> <p>Discordo Totalmente <b>(1) (2) (3) (4) (5)</b> Concordo totalmente</p> <p>Quanto mais próximo de <b>1</b> for sua marcação, significa que você discorda da afirmação do item. Quanto mais próximo de <b>5</b> for sua marcação, significa que você concorda com a afirmação do item.</p>	
A magnitude das enchentes nos últimos anos superou a capacidade de assistência do poder público.	(1) (2) (3) (4) (5)
A Coordenadoria de Defesa Civil do município de Itaqui possui um mapeamento das áreas de risco.	(1) (2) (3) (4) (5)
Os governos federal, estadual e municipal priorizam a criação de programas que tenham como objetivo a diminuição e/ou extinção das áreas de enchentes no município de Itaqui.	(1) (2) (3) (4) (5)
A defesa civil possui um programa de reassentamento das famílias afetadas pela enchente.	(1) (2) (3) (4) (5)
As famílias vulneráveis a enchentes estão inseridas em cadastros municipal para serem beneficiadas com alguma política de assistência social.	(1) (2) (3) (4) (5)
As famílias são notificadas a respeito dos perigos advindos de residir em áreas de risco.	(1) (2) (3) (4) (5)

Responda:

O que você acredita que poderia ser feito pelo poder público para minimizar e/ou solucionar os problemas ocasionados pelas enchentes?

---

---

---

Sexo ( ) Feminino ( ) Masculino
Escolaridade ( ) Não alfabetizado ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio ( ) Ensino Superior ( ) Pós-Graduação
Tempo de trabalho no setor. ( ) até 02 anos ( ) de 02 a 05 anos ( ) de 06 a 10 anos ( ) mais de 11 anos

### APÊNDICE 3

<b>QUESTIONÁRIO – MORADORES DA REGIÃO RIBEIRINHA DO MUNICÍPIO DE ITAQUI</b>	
<p>Responda as questões abaixo de acordo com a escala:</p> <p>Discordo Totalmente <b>(1) (2) (3) (4) (5)</b> Concordo totalmente</p> <p>Quanto mais próximo de <b>1</b> for sua marcação, significa que você discorda da afirmação do item. Quanto mais próximo de <b>5</b> for sua marcação, significa que você concorda com a afirmação do item.</p>	
Tenho conhecimento que a Defesa Civil do município de Itaqui realiza o acompanhamento das famílias que residem em área de risco de enchentes.	(1) (2) (3) (4) (5)
A minha família já foi notificada pelo poder público a respeito dos perigos advindos de residir em áreas de risco.	(1) (2) (3) (4) (5)
As enchentes geram prejuízos de ordem financeira (perdas de bens materiais) à minha família.	(1) (2) (3) (4) (5)
Conheço programas na área da assistência social voltadas para a zona ribeirinha do município.	(1) (2) (3) (4) (5)
Eu ou minha família já fomos convidados para reuniões com o objetivo de tratar de questões relacionadas às enchentes.	(1) (2) (3) (4) (5)
A minha família está inserida em algum cadastro do Governo Federal e Estadual para ser beneficiado com moradia em áreas que não têm risco de enchentes.	(1) (2) (3) (4) (5)

Responda:

O que você acredita que poderia ser feito pelo poder público para minimizar e/ou solucionar os problemas ocasionados pelas enchentes?

---

---

---

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino
Escolaridade: ( ) Não alfabetizado ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio ( ) Ensino Superior ( ) Pós-Graduação
Renda média mensal da família: R\$ _____
Quantidade de membros na família: _____
Nome da região em que mora ou morava quando foi atingido pela última enchente: _____



### APÊNDICE 4

**QUESTIONÁRIO - PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA/SÃO BORJA.**

1) Existe um plano municipal de contingência/ gestão de risco?

---



---

2) De onde vem os recursos para o enfrentamento a momentos de enchente e pós cheias?

---



---

3) Quais os setores/secretarias que trabalham no enfrentamento a momentos de crises?

---



---

4) Qual a principal característica dos ribeirinhos do seu município?

---



---

5) A magnitude das enchentes nos últimos anos superou a capacidade de assistência do poder público?

---



---

6) A Coordenadoria de Defesa Civil do município de Uruguaiana possui um mapeamento das áreas de risco?

---



---

7) O município possui um programa de reassentamento das famílias afetadas pela enchente?

---



---

8) As famílias vulneráveis a enchentes estão inseridas em cadastros municipal para serem beneficiadas com alguma política de assistência social?

---



---

9) As famílias são notificadas a respeito dos perigos advindos de residir em áreas de risco?

---



---

10) O que você acredita que poderia ser feito pelo poder público para minimizar e/ou solucionar os problemas ocasionados pelas enchentes?

---



---

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Escolaridade: ( ) Não alfabetizado ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio

Ensino Superior  Pós-Graduação

Nome: \_\_\_\_\_

Local de trabalho: \_\_\_\_\_

Tempo de trabalho no setor:

até 02 anos  de 02 a 05 anos  de 06 a 10 anos  mais de 11 anos

## APÊNDICE 5

<b>CUESTIONARIO - ALVEAR / ARGENTINA</b>
<p>1) ¿Existe un plan municipal de contingencia / gestión de riesgo?</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/>
<p>2) ¿De dónde vienen los recursos para la confrontación/enfrentamiento de los momentos de las llenas/inundaciones y después de las mismas ?</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/>
<p>3) ¿Cuáles los setores / secretarías que trabajan en el enfrentamiento en momentos de crisis ?</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/>
<p>4) ¿Cuál es la principal característica de los “orillados” - ribeirinhos- de su municipio?</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/>
<p>5) ¿La magnitud de las inundaciones en los últimos años, superó la capacidad de asistencia del poder público ?</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/>
<p>6) ¿La coordinación de la Defensa Civil de la intendência Alvear tiene una cartografía de las áreas de riesgo?</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/>
<p>7) ¿El condado / municipio tiene un programa de reafirmación de las familias afectadas por la inundación?</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/>
<p>8) ¿Las familias vulnerables a la inundación están incluidas en registros municipales para ser beneficiadas con alguna política de asistencia social?</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/>
<p>9) ¿Las familias son notificadas a respecto de los peligros ceñidos de residir en locales peligrosos ?</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/>
<p>10) ¿Usted cree que podría ser hecho por los poderes públicos minimizar y/o solucionar los problemas ocasionados por las inundaciones ?</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/>

Genero <input type="checkbox"/> femenino <input type="checkbox"/> masculino
Educación: <input type="checkbox"/> Analfabeto <input type="checkbox"/> Escuela primaria <input type="checkbox"/> Escuela secundaria <input type="checkbox"/> Educación superior <input type="checkbox"/> Graduado
Nombre: _____
Lugar de trabajo: _____
Tiempo de trabajo en el sector: <input type="checkbox"/> hasta 02 años <input type="checkbox"/> de 02 a 05 años <input type="checkbox"/> de 06 a 10 años <input type="checkbox"/> más de 11 años

## APÊNDICE 6

### REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA PESQUISA COM PROFISSIONAIS DO MUNICÍPIO DE ITAQUI

Reunião com prefeito municipal de Itaqui Leonardo Betin para apresentação do projeto de pesquisa e solicitação de acesso a dados e documentos.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Reunião com profissionais da Secretaria adjunta do Trabalho, Habitação e Assistência Social do município de Itaqui para a entrevista e pesquisa em documentos internos.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.



Fonte: Arquivo pessoal da autora

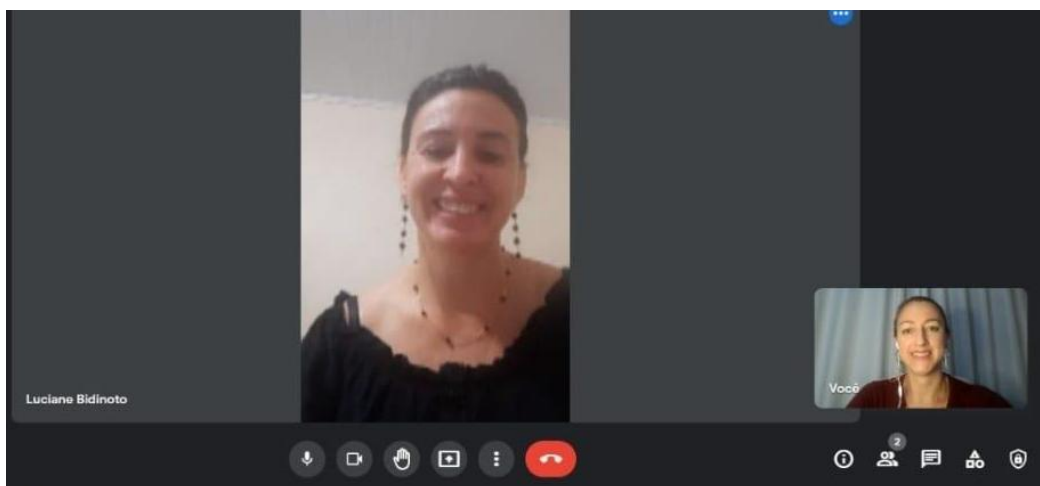
Visita a Defesa Civil do município, para tratar sobre o atual plano de contingência e sobre as plataformas utilizadas para monitoramento das águas e deliberações em épocas de enchentes no município.



Fonte: Arquivo pessoal da autora

**APÊNDICE 7****REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA PESQUISA COM PROFISSIONAIS DOS  
MUNICÍPIOS DE SÃO BORJA, URUGUAIANA E ALVEAR**

Reunião on-line com a secretária da Assistência Social do Município de São Borja.



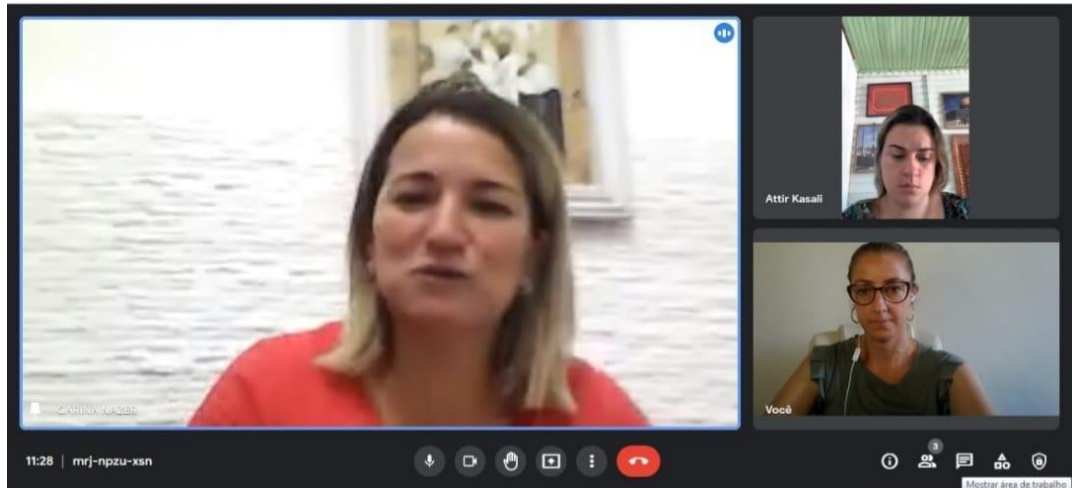
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Reunião on-line com o Chefe da Defesa Civil do Município de Uruguaiana.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

## Reunião on-line com a Vice Intendente de Alvear - Argentina



Fonte: Arquivo pessoal da autora.



**APÊNDICE 8**  
**REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA PESQUISA COM MORADORES E**  
**LÍDERES COMUNITÁRIOS DA REGIÃO RIBEIRINHA DO MUNICÍPIO DE**  
**ITAQUI**

Presidente da colônia de pescadores.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Representante do bairro Ponte Seca, uma dos bairros mais atingidos pelas cheias.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.



# PLANO DE AÇÃO E ENFRENTAMENTO

para situações de enchentes e inundações  
no município de ITAQUI-RS

Elaborado por:

**Daniele Bonapace  
dos Santos Lencina**

Mestranda em Políticas Públicas

Orientação:

**Profa. Dra. Jaqueline  
Carvalho Quadrado**

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>77</b>
<b>1.1 Formulação do problema .....</b>	<b>77</b>
<b>1.2 Objetivo geral .....</b>	<b>78</b>
<b>1.3 Objetivos específicos .....</b>	<b>78</b>
<b>1.4 Justificativa .....</b>	<b>78</b>
<b>2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAQUI E SUA RELAÇÃO COM RIO URUGUAI.....</b>	<b>80</b>
<b>2.1 Causas das enchentes .....</b>	<b>81</b>
<b>2.2 Consequências ambientais das enchentes.....</b>	<b>82</b>
<b>3 SISTEMATIZAÇÃO DO PLANO.....</b>	<b>84</b>
<b>4 DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>85</b>
<b>5 EXECUÇÃO.....</b>	<b>86</b>
<b>5.1 Definição de equipes, atribuições e responsabilidades.....</b>	<b>86</b>
<b>5.2 Conselho municipal de defesa civil.....</b>	<b>90</b>
<b>5.3 Controle de voluntários.....</b>	<b>91</b>
<b>5.4 Controle de moradias e pessoas atingidas.....</b>	<b>91</b>
<b>5.5 Controle de abrigos temporários e distribuição das famílias.....</b>	<b>92</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>93</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>117</b>

“Viver hoje às margens de um Rio é história, memória e resistência.”

*Jaqueline Carvalho Quadrado*

## **1 INTRODUÇÃO**

Ao analisar-se a história das enchentes no Município de Itaqui ao longo dos anos é possível verificar a importância e a necessidade de se ter um planejamento para a execução de programas, serviços e ações preventivas, seja no âmbito de organização como no âmbito de gestão no combate às enchentes ocasionadas pelas fortes chuvas que levam à situação de calamidade pública. Os impactos causados pelos desastres como enchentes e inundações são sentidos tanto no meio econômico e ambiental como no social, pois além de destruir as plantações, impossibilitar a caça e a pesca da população ribeirinha, invade casas ocasionando inúmeros prejuízos materiais e de saúde pública.

Desta forma, acredita-se ser de fundamental importância este planejamento por parte da administração pública, no que tange a execução de programas de enfrentamento às enchentes tendo em vista a importância do planejamento para qualquer gestão, atendendo sempre o interesse público assim como as necessidades sociais, buscando sempre o bem-estar coletivo.

Para que isso se concretize é necessário que a estrutura da administração pública esteja em sintonia, para que de forma planejada e sistemática possa atender as necessidades de seus municípios. A administração municipal é o instrumento que o Estado dispõe para ter um acesso mais eficaz às demandas e anseios sociais. E por isso, fazem-se tão necessários o planejamento estratégico e a execução de políticas públicas, viabilizando a remoção e reassentamento das famílias afetadas pelas cheias do Rio Uruguai, propondo e discutindo ações estratégicas que possam garantir a integridade e a dignidade das comunidades ribeirinhas.

### **1.1 Formulação do problema**

Para se identificar o problema deve-se questionar a seguinte forma: as estratégias estabelecidas pelas administrações públicas nas últimas cheias foram efetivas e obtiveram êxito no enfrentamento às enchentes no município? A partir dessa problemática, pode-se definir as estratégias que são adotadas no plano em situações de crises ocasionadas pelas cheias no município de Itaqui. Minimizando assim os riscos e prejuízos em tempos de enchentes, assegurando uma melhor qualidade de vida para a população tradicional ribeirinha e demais moradores das encostas do Rio Uruguai.

## **1.2 Objetivo geral**

Subsidiar a gestão pública municipal na tomada de decisões em momentos de crise, bem como, na execução de programas e projetos, possibilitando a redução dos transtornos decorrentes das cheias do Rio Uruguai.

## **1.3 Objetivos específicos**

- a) Identificar e mapear as áreas de maior risco de enchentes e inundações;
- b) Analisar os principais impactos que as enchentes ocasionam para as famílias desabrigadas no município de Itaqui;
- c) Definir as estratégias possíveis de enfrentamento às enchentes no município que auxiliem a Gestão Pública na redução dos riscos e prejuízos ocasionados pelas enchentes no município;
- d) Estabelecer diretrizes de trabalho baseadas no planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo;
- e) Disponibilizar um glossário básico que possa subsidiar os usuários do plano no seu entendimento, facilitando a comunicação entre equipes nas articulações necessárias para o seu cumprimento.

## **1.4 Justificativa**

Tendo em vista que a administração pública tem como objetivo trabalhar a favor do interesse público e coletivo assim como zelar pelos direitos e interesses dos cidadãos, é interessante e primordial que a gestão tenha ao seu alcance um conjunto de agentes, serviços e órgãos que possam dar suporte de forma efetiva na gestão de serviços que contemplem todos os indivíduos, independente do momento em que o município estiver enfrentando. No caso das comunidades tradicionais ribeirinhas faz-se necessário um planejamento efetivo para redução dos riscos e prejuízos deixados pelas enchentes.

A definição do risco é o resultado da correlação da variação do perigo com os diferentes graus de vulnerabilidade. Desta forma, a administração pública que não possua um modelo de gestão e planejamento estratégico atualizado para a definição de programas e planos de ações para a definição, análise e diagnóstico do seu cenário pouco poderá fazer para interpretar e amenizar as situações de risco, da mesma forma terá dificuldades para minimizar as consequências advindas das enchentes. Já a administração que tiver um Plano de

enfrentamento para tais situações poderá realizar uma boa interpretação da situação, elaborando medidas assertivas para as particularidades de cada momento.

As possibilidades que poderão surgir com o uso deste produto afetarão de forma positiva e significativa a comunidade ribeirinha da cidade de Itaquí, pois ele evidencia a necessidade de um olhar diferenciado por parte de gestores, para que busquem políticas públicas eficientes e eficazes bem como objetivem encontrar e implantar soluções de enfrentamento às enchentes, oferecendo à comunidade como um todo, uma vida mais digna.

## 2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAQUI E SUA RELAÇÃO COM O RIO URUGUAI

Itaqui possui uma área de 3.404,606 Km<sup>2</sup> e, atualmente, conforme censo realizado pelo IBGE em 2010, uma população estimada em cerca de 38.166 habitantes, sendo que destes, 33.301 pertencem a área urbana. O primeiro indício de vida civilizada nestas terras foi no ano de 1657, quando os Padres Jesuítas da cidade argentina de La Cruz atravessaram o Rio Uruguai para fundarem uma estância para criação de gado. Já no início do século XIX foi incorporado às terras portuguesas e em 1802 foram concedidas as primeiras sesmarias. Mais tarde, essa localidade passou a ser chamada de Rincão da Cruz, essa denominação pode ser considerada como marco inicial para o povoamento, formação e desenvolvimento de Itaqui (PINTO, 2015; COLVERO, 2012).

Esse povoamento foi se desenvolvendo ao mesmo tempo em que a atividade pecuária se expandiu, sendo até os dias atuais uma das marcas da economia da região, assim como a orizicultura.

Figura 1 – Localização do Município De Itaqui



Fonte: GASS, Sidnei Luís Bohn et al., 2015.

A região de Itaqui foi constituída por espaços temporais relacionados ao Bioma Pampa, o Rio Uruguai e às antigas reduções jesuítico-indígenas. Lentamente foram sendo criadas nesses espaços diversas relações, culturais, econômicas e sociais que trouxeram importantes contribuições ao longo dos anos para a formação das diversidades nas formas de vida e práticas sociais fronteiriças, realidades essas constituídas a partir de vários momentos históricos na região. (PINTO, 2015)





## 2.2 Consequências ambientais das enchentes

-Contaminação biológica da água para consumo humano e alimentos -Contaminação química da água para consumo humano e solos.	Contaminação de água, solo e alimentos
-Comprometimento da rede e fontes alternativas de abastecimento de água, dos serviços de coleta e tratamento de esgoto, bem como dos serviços de coleta e disposição do lixo.	Comprometimento dos serviços de saneamento ambiental
-Alteração nos ciclos dos vetores, hospedeiros e reservatórios de doenças e nas formas de exposições ambientais dos humanos.	Alteração nos ciclos ecológicos e exposições humanas

A enchente de maior expressão no município foi no ano de 1983, evento que atingiu a maior cota fluviométrica em um período de 30 anos, e foi quando o Rio Uruguai chegou à marca de 14,52m acima do seu leito normal, chegando até a Praça Marechal Deodoro da Fonseca. Porém, a cheia ocorrida em 2014 também foi considerada de grande proporção pelas Defesas Civil de São Borja e de Itaqui, apesar do nível do rio ficar 1,32 metros abaixo do recorde de 1983 (ELY, 2014). Estimou-se que o número de pessoas que tiveram que deixar as suas casas durante a enchente de 2014 foi de 6.000 no município de Itaqui.

Figura 3 – Registros da enchente de 1983



Fonte: Clic RBS

Silva (2014), em uma pesquisa sobre enchentes nas décadas de 1960, 1970 e 1980 faz refletir sobre os atingidos quando diz que:

Os sujeitos desta pesquisa, afirmam que o momento mais difícil é o de sair de casa. É o tempo da resistência. É comum ouvir dos narradores o desejo de permanecer em suas casas e suas estratégias de permanência, até chegar o tempo do sofrimento, quando o risco de perder a vida alerta que já não é mais possível resistir.

Todos os eventos dessa natureza ocorridos no município foram tratados historicamente como fenômenos isolados, tanto pelos gestores quanto pela população ribeirinha atingida, entendendo assim que não há uma correlação de fato entre eles, a não ser fatores climáticos e meteorológicos. Percebe-se ainda que no município de Itaquí sempre houve um número expressivo de habitações às margens do rio.

É possível perceber que a forma de ver e interpretar as cheias do Rio Uruguai mudou muito, na mesma proporção que a relação socioeconômica com o rio também foi mudando. A migração de pescadores que dependiam economicamente do rio para outras fontes de renda e o fim de sua função de passagem de mercadorias são algumas das modificações socioeconômicas registradas no município. E assim, conseqüentemente, os registros também mudaram e as cheias do rio que antes mostravam imagens e dados associados ao transporte de pessoas e mercadorias, passaram a mostrar o caos causado e a desgraça para inúmeras pessoas que ainda não vislumbram outra possibilidade a não ser habitar a zona ribeirinha.

### 3 SISTEMATIZAÇÃO DO PLANO

Para que seja possível elaborar este plano de forma que possibilite agilidade e compreensão nos momentos de cheias do Rio Uruguai, foi fundamental adotar uma metodologia simples e objetiva, com uma linguagem sintética e direta, mas contendo todas as informações necessárias ao gerenciamento da situação. Essas características serão determinantes para o êxito do plano garantindo a dignidade daqueles que dele dependem.

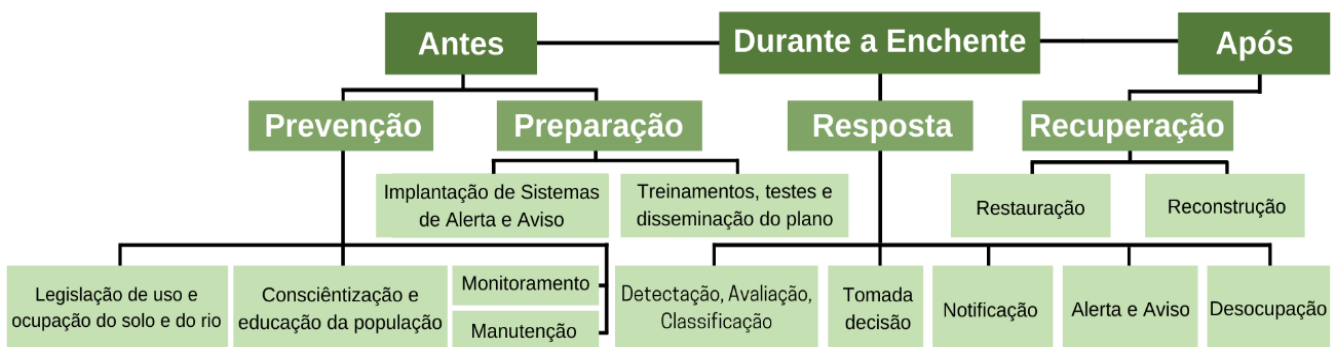
Baseado nos dados levantados na pesquisa que subsidiou e deu suporte a dissertação da autora foi possível definir as principais etapas para a elaboração do plano de ação específico para momentos de riscos de enchentes e inundações no município de Itaqui.

É fundamental que este plano permaneça à mão dos gestores, para que estes possam subsidiar-se de seu conteúdo e estrutura para a tomada de decisões em caso de risco iminente. Da mesma forma, é importante que o plano lhes ofereça instrumentos que permeiam as demais áreas das políticas públicas e da sociedade.

Para que sua aplicação seja possível, o plano deve contemplar os programas e ações municipais com índices mensuráveis, que permitam uma análise qualitativa e quantitativa dos progressos bem como do alcance das medidas de minimização de riscos de enchentes e inundações, possibilitando a resiliência da comunidade.

#### 4 DESENVOLVIMENTO

- O presente plano de ação traça linhas gerais sobre as iniciativas de resposta à ocorrência de enchentes; desta forma, cada instituição / órgão setorial, dentro de sua esfera de atribuição, fica convocado a elaborar seu planejamento e sua operacionalização diante do evento sempre com base neste documento.
- Para que este plano se torne eficaz é de extrema importância que as atribuições de cada órgão e setor sejam revisadas pelo Conselho Municipal de Defesa Civil sempre que necessário e com base no fluxo a seguir:



Fonte: Elaborado pela autora.

- Cada tabela constante nesse plano deve ser impressa e utilizada pela Coordenadoria Municipal da Defesa Civil do Município e pelo Conselho Municipal de Defesa Civil como ferramenta de controle e registro de dados, subsidiando a tomada de decisões e a construção futura do relatório final pós-enchente.

ETAPAS DE MITIGAÇÃO PARA MOMENTO DE IMINÊNCIA	
1º	Definição dos cenários e níveis de riscos;
2º	Definição de responsabilidades/Coordenação e equipes;
3º	Monitoramento e manutenção;
4º	Avaliação de ocorrências;
5º	Mapeamento de áreas com possibilidade de inundações;
6º	Levantamento de locais com potencial para abrigar atingidos ou servir como base de apoio;
7º	Definição de recursos necessários e suas fontes;
8º	Definição dos sistemas de comunicação.

Fonte: Elaborado pela autora.

## 5 EXECUÇÃO

### 5.1 Definição de equipes, atribuições e responsabilidades

ÓRGÃO/ INSTITUIÇÃO	ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES
<p align="center"><b>SECRETARIA DA FAZENDA</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Viabilizar o suporte financeiro para as ações de resposta;</li> <li>- Destinar, dentro do orçamento de cada órgão municipal, os recursos orçamentários para as ações de resposta, assistência e revitalização dos cenários afetados;</li> <li>- Autorizar aquisição de materiais necessários;</li> <li>- Receber e prestar contas de eventuais doações em espécie.</li> </ul>
<p align="center"><b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar servidores durante o período de anormalidade;</li> <li>- Disponibilizar viaturas e outros materiais necessários ao atendimento da população atingida;</li> <li>- Providenciar alimentação para o pessoal operacional envolvido;</li> <li>- Fortalecer a articulação do Sistema Municipal de Defesa Civil.</li> </ul>
<p align="center"><b>SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Efetuar a triagem socioeconômico e cadastramentos das famílias vulneráveis afetadas pelo desastre;</li> <li>- Gerenciar os abrigos temporários;</li> <li>- Coordenar campanhas de arrecadação e de distribuição de alimentos, roupas e outros;</li> <li>- Promover ações de fortalecimento da cidadania.</li> </ul>
<p align="center"><b>COORDENADORIA MUNICIPAL DEFESA CIVIL COMDEC</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instalar o Posto de Comando que responderá pela Coordenação Geral das atividades que funcionará como uma central de comunicação para a população em geral;</li> <li>- Coordenação das Atividades e articulação do Sistema Municipal de Defesa Civil;</li> <li>- Suporte operacional e de gestão, de maneira complementar, às ações de resposta;</li> <li>- Reconhecimento e notificação de situação anormal (Situação de Emergência e/ou Estado de Calamidade Pública).</li> </ul>
<p align="center"><b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar recursos humanos e materiais para as ações de respostas na sua esfera de atribuição;</li> <li>- Promover ações básicas de Saúde pública nos abrigos;</li> <li>- Montar ambulatório de saúde nos abrigos;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Efetuar consultas médicas nos abrigos;</li> <li>- Agir preventivamente no controle de epidemias;</li> <li>- Proceder a vacinação do pessoal envolvido nas ações de resposta;</li> <li>- Proceder a assistência hospitalar e pré-hospitalar;</li> <li>- Articular, se houver necessidade, com os outros órgãos de saúde na esfera estadual e federal;</li> <li>- Fazer levantamento dos impactos do desastre na saúde global da população do município de Itaqui;</li> <li>- Promover assistência e auxílio à população atingida pelos impactos da enchente;</li> <li>- Providenciar a aquisição e distribuição de Kits de higiene e limpeza.</li> </ul>
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dispor a estrutura das edificações da rede municipal de ensino para que, emergencialmente, servem de abrigos temporários;</li> <li>- Disponibilizar servidores durante o período de anormalidade;</li> <li>- Disponibilizar viaturas e outros materiais necessários ao atendimento da população atingida;</li> <li>- Manter o controle e promover as orientações necessárias aos responsáveis pelas crianças e adolescentes que em decorrência da enchente possam estar sem acesso à escola.</li> </ul>
<b>SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar servidores durante o período de anormalidade;</li> <li>- Promover atividades de cultura, lazer e entretenimento nos abrigos temporários.</li> </ul>
<b>SECRETARIA DE MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar servidores durante o período de anormalidade;</li> <li>- Disponibilizar viaturas e outros materiais necessários ao atendimento da população atingida;</li> <li>- Promover campanhas de educação ambiental nos abrigos;</li> <li>- Realizar monitoramento do nível do Rio Uruguai juntamente com a Coordenadoria da Defesa Civil;</li> <li>- Emitir alarme e/ou alerta sempre que necessário;</li> <li>- Realizar o acompanhamento de todos os dados do sistema de informações disponíveis sobre previsões referentes a vazamentos e/ou acidentes ocorridos com materiais que possam causar danos às pessoas e ao meio ambiente, determinando as ações pertinentes à</li> </ul>

	<p>regularização, bem como identificar possíveis áreas de risco associadas à ocorrência de eventos como deslizamentos etc;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover o acolhimento e controle dos animais (pequeno, médio e grande porte) das famílias atingidas que forem conduzidas aos abrigos provisórios ou que estejam desalojadas e sem espaço para abrigá-los.</li> </ul>
<p align="center"><b>SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRANSPORTE</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar servidores durante o período de anormalidade;</li> <li>- Manter um esquema de plantão 24 horas, durante o período de anormalidade, organizando uma equipe de funcionários e voluntários, para auxiliar na retirada e no transporte das famílias atingidas para os abrigos e/ou casas de amigos e familiares;</li> <li>- Disponibilizar viaturas e outros materiais necessários ao atendimento da população atingida;</li> <li>- Execução de medidas estruturais de revitalização dos cenários afetados;</li> <li>- Construção dos boxes provisórios nos abrigos temporários, visando oferecer privacidade às famílias.</li> </ul>
<p align="center"><b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar servidores, durante o período de anormalidade, para o auxílio na retirada das famílias atingidas;</li> <li>- Disponibilizar viaturas e outros materiais necessários ao atendimento da população atingida;</li> <li>- Auxiliar na limpeza e conservação dos abrigos;</li> <li>- Fornecer combustível para viaturas e equipamentos;</li> <li>- Providenciar banheiros químicos para os abrigos.</li> </ul>
<p align="center"><b>SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar a manutenção da trafegabilidade das estradas rurais, de modo a permitir o trânsito de pessoas (acesso aos serviços urbanos), bem como a chegada das ações de apoio aos afetados pelas enchentes na zona rural do município;</li> <li>- Articular e colaborar nas ações de resposta aos afetados residentes na zona rural do município de Itaqui;</li> <li>- Monitorar as áreas rurais que eventualmente tenham moradores ribeirinhos.</li> </ul>



<p align="center"><b>SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Buscar apoio com recursos materiais de ajuda humanitária;</li> <li>- Buscar apoio técnico-operacional quando esse se fizer necessário;</li> <li>- Articular junto aos órgãos Estaduais e Federais, visando manter a segurança e preservar a Lei e a Ordem nos abrigos;</li> <li>- Articular medidas voltadas ao momento de enchente com os seguintes órgãos: GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL; 1º R C Mec; CORSAN; RGE; BRIGADA MILITAR; CORPO DE BOMBEIROS; UNIPAMPA; ACII; CDL/SPC; LIONS CLUB; ROTARY CLUB; ROTARACT; RECEITA FEDERAL; INSPETORIA VETERINÁRIA.</li> </ul>
<p align="center"><b>ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover Campanha informativa;</li> <li>- Divulgar as ações do poder público municipal, voltadas para a minimização dos danos e prejuízos;</li> <li>- Divulgar amplamente os alertar de riscos apontados pela Defesa Civil e Secretaria do Meio Ambiente.</li> </ul>
<p align="center"><b>ASSESSORIA DE MOBILIDADE URBANA E DITRAN</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interditar as áreas com risco de sinistros;</li> <li>- Atuar com equipe de controle de tráfego dentro dos abrigos, evitando o fluxo excessivo de veículos coibindo a entrada de outros alheios à missão.</li> </ul>
<p align="center"><b>ASSESSORIA DA PROCURADORIA</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar servidores durante o período de anormalidade;</li> <li>- Disponibilizar materiais necessários ao atendimento da população atingida;</li> <li>- Proceder com assistência e orientação jurídica, quando houver necessidade.</li> </ul>

<b>NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fazer simulações e identificações dos prováveis locais de inundações;</li> <li>- Providenciar e viabilizar a comunicação interna nos abrigos provisórios, bem como entre equipes.</li> </ul>
---	---

Fonte: Elaborado pela autora.

## 5.2 Conselho municipal de defesa civil

<b>FUNÇÃO</b>	<b>NOME</b>	<b>CONTATO</b>
<b>PRESIDENTE</b>		
<b>VICE-PRESIDENTE</b>		
<b>1º SECRETÁRIO</b>		
<b>2º SECRETÁRIO</b>		
<b>COMANDANTE OU REPRESENTANTE DO 1º RC MEC</b>		
<b>COMANDANTE OU REPRESENTANTE DA BM</b>		
<b>COORDENADOR DO COMDEC</b>		

Fonte: Elaborado pela autora.

### 5.3 Controle de voluntários

\*Para casos que não sejam funcionários ou servidores municipais.

<b>CADASTRO DE VOLUNTÁRIOS:</b>	
NOME	
TELEFONE	
IDADE	
CPF	
POSSUI CNH	( ) SIM ( ) NÃO
TIPO SANGUÍNEO	
ENDEREÇO	
ÁREA DE ATUAÇÃO	

Fonte: Elaborado pela autora.

### 5.4 Controle de moradias e pessoas atingidas

<b>DATA</b>	<b>COTA DO RIO</b>	<b>MORADIAS ATINGIDAS</b>	<b>POPULAÇÃO ATINGIDA</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

### 5.5 Controle de abrigos temporários e distribuição de famílias

Nº do Abrigo:	Abrigo Temporário:	Contato:	Famílias	Pessoas	Gestantes	PNE	Crianças	Adolescentes	Adultos	Idosos	Pessoas (Feminino)	Pessoas (Masculino)	LGBTQIA+
01													
02													
03													
04													
05													
06													
<b>TOTAL:</b>													

Fonte: Elaborado pela autora.



**ANEXO 2**  
**TELEFONES ÚTEIS**

<b>BRIGADA MILITAR</b>	<b>190 / (55) 34331610</b>
<b>CORPO DE BOMBEIROS</b>	<b>193 / (55) 34334385</b>
<b>POLÍCIA CIVIL</b>	<b>197 / (55) 34331474</b>
<b>SAMU</b>	<b>192</b>
<b>HOSPITAL SÃO PATRÍCIO</b>	(55)34332101
<b>POSTO DE SAÚDE</b>	(55) 34321141
<b>1ºRC MEC</b>	(55) 34331766 / 2303
<b>CORSAN</b>	(55) 34331946
<b>RGE</b>	0800 970 09 00
<b>PREFEITURA MUNICIPAL</b>	(55) 3433-2730
<b>CÂMARA DE VEREADORES</b>	(55) 34331706
<b>CDL/SPC</b>	(55) 34332727
<b>ACII</b>	(55) 34331716
<b>COLÔNIA DE PESCADORES</b>	(55) 999031036
<b>FÓRUM</b>	(55) 34337030
<b>RODOVIÁRIA</b>	(55) 34331406
<b>DITRAN</b>	(55) 34321182
<b>SINDICATO RURAL</b>	(55) 996382907
<b>UNIPAMPA</b>	(55 )34321850 / (55) 99070663

## ANEXO 3

## GLOSSÁRIO

**-A-**

**ABASTECIMENTO** - Atividade logística relacionada com o fornecimento de recursos materiais necessários a uma determinada operação. Compreende ações como estimativa de necessidades, padronização de itens de suprimento, aquisição, recepção e verificação do material adquirido, estocagem, distribuição e controle de níveis de estoque e do consumo dos diferentes itens de suprimento.

**ABRIGADO** - Situação de uma pessoa afetada por dano ou ameaça de dano em sua habitação e que, após realizada a triagem socioeconômica e definida a necessidade, é encaminhada a um abrigo.

**ABRIGO** - Local ou instalação que proporciona hospedagem a pessoas necessitadas. Em linguagem militar, local que proporciona proteção contra o fogo (tiros e bombas) e contra as vistas (observação) do inimigo.

**ABRIGO TEMPORÁRIO** - Abrigo organizado numa instalação fixa e adaptada para esta finalidade, por um período determinado.

**ACAMPADO** - Pessoa abrigada em acampamento.

**ACAMPAMENTO** - Abrigos temporários constituídos de barracas.

**ABRIGO TEMPORÁRIO** - Abrigo organizado numa instalação fixa e adaptada para esta finalidade, por um período determinado.

**AÇÃO COMUNITÁRIA** - Conjunto de procedimentos sistematizados, efetuados por agentes sociais (população) de determinada localidade, com o apoio de agentes externos ou técnicos (técnicos, docentes, estudantes), na busca do bem comum.

**ACESSO** - Caminho a ser percorrido pelos usuários de um pavimento para atingir porta à prova de fogo e de fumaça da caixa de escada enclausurada.

**ACIDENTE** - Evento definido ou sequência de eventos fortuitos e não planejados, que dão origem a uma consequência específica e indesejada, em termos de danos humanos, materiais ou ambientais.

**ACIDENTE DE RELEVO** - Denominação usada para qualquer forma de relevo que ofereça contrastes com outras que lhe estão próximas. Quando os desnivelamentos são fortes e constantes, costuma-se denominar a paisagem assim descrita de Região Acidentada, Relevo Acidentado ou Terreno Acidentado.

**ACIDENTE GEOGRÁFICO** (V. acidente do relevo) **ACIDENTE GEOLÓGICO** - Acidente relacionado com a ocorrência de um fenômeno geológico (terremoto, erupção vulcânica, escorregamento de solo ou outro), que pode ser causa de danos ou prejuízos, caracterizando um desastre.

**ACLIVE** - Disposto em subida, íngreme, ladeira (considerada de baixo para cima).

**AÇUDAGEM** - Acumulação de água num reservatório, mediante a construção de barragens, com a finalidade de represar cursos d'água.

**AÇUDE** - Pequeno reservatório de água, natural ou artificial. Obra de terra para conter as águas de um rio, num determinado trecho, ou para evitar as inundações decorrentes de ondas de cheia ou de maré.

**AEROPORTO** - Aeródromo público, dotado de instalações e facilidades para apoio de operações de aeronaves e embarque e desembarque de pessoas e/ou cargas.

**AFERIÇÃO DE UMA CORRENTE** - Operação de medição da velocidade do escoamento de água, num canal ou conduto, e da área de secção transversal do escoamento, para determinar a vazão. Os métodos de aferição são os seguintes: aferição por diluição (química, solução radioativa, eletroquímica), aferição pelo método da nuvem e aferição por flutuantes.

**AFETADO** - Qualquer pessoa que tenha sido atingida ou prejudicada por desastre (deslocado, desabrigado, ferido etc.).

**AFOGAMENTO** - Acidente causado pela submersão em meio líquido, com encharcamento dos alvéolos pulmonares e asfixia.

**AGENTE NOCIVO** - Todo agente que altera o ambiente e que representa um risco significativo para a saúde do indivíduo ou da população ou que pode repercutir negativamente, mesmo que de forma indireta, sobre o próprio homem ou sobre o seu patrimônio natural, cultural ou econômico.

**AGENTE TÓXICO** - Qualquer substância capaz de produzir efeito nocivo a um organismo vivo, desde danos funcionais até sua morte. Qualquer substância que seja potencialmente tóxica.

**AGUACEIRO** - Precipitação intensa de chuva, geralmente durante um período curto. Também chamado temporal, que se caracteriza pelo inesperado de seu início e fim e, principalmente, por grandes e rápidas variações de intensidade.

**ÁGUA DOCE** - Água, nem salgada, nem amarga, cuja composição química a torna apropriada para o consumo (pelo fraco teor em matéria sólida dissolvida).

**ÁGUA MINERAL** - Diz-se das águas que emanam de fontes, portando, em solução, sais minerais e gases (CO<sub>2</sub>).

**ÁGUA POLUÍDA** - Água imprópria para o consumo e para abrigar formas de vida mais exigentes. (V. poluição).

**ÁGUA POTÁVEL** - Água própria para se beber.

**ÁGUA SALOBRA** - Água suavemente salinizada, com teor de sais maior que da água doce e menor que da água do mar.

**AJUDA ALIMENTAR** - Assistência prestada por organizações governamentais e privadas ou por agências internacionais, para garantir a alimentação de grupos populacionais, em circunstâncias de desastre.

**AJUDA INTERNACIONAL** - Ajuda proveniente de organismos internacionais ou de outros países. É ideal que a ajuda seja oportuna, solicitada corretamente e definida em função das reais necessidades do país afetado.



**ALAGADIÇO** - Terreno sujeito a inundações por parte de rios ou de marés. Conforme a sua posição em relação ao mar ou aos rios, os terrenos alagadiços são encharcados apenas periodicamente e, durante certo período, podem transformar-se em área seca.

**ALAGAMENTO** - Água acumulada no leito das ruas e no perímetro urbano por fortes precipitações pluviométricas, em cidades com sistemas de drenagem deficientes.

**ALARME** - Sinal, dispositivo ou sistema que tem por finalidade avisar sobre um perigo ou risco iminente. Nessas circunstâncias, o dispositivo operacional passa da situação de prontidão “em condições de emprego imediato” (ECDEI) para a de início ordenado das operações de socorro.

**ALBERGADO** - Pessoa hospedada em albergue.

**ALBERGUE** - Abrigo. Instalação construída com a finalidade específica de proporcionar hospedagem a pessoas desabrigadas. Também considerado centro de convalescentes.

**ALERTA** - Dispositivo de vigilância. Situação em que o perigo ou risco é previsível a curto prazo. Nessas circunstâncias, o dispositivo operacional evolui da situação de sobreaviso para a de prontidão (ECDEI), em condições de emprego imediato.

**ALGORITMO** - 1. Disposição particular que se dá a uma série de cálculos numéricos. 2. Método de cálculo utilizado para um conjunto de problemas semelhantes, em que se definem regras formais para a obtenção de resultados. 3. Regras matemáticas simples e repetitivas para resolver problemas.

**ALIMENTAÇÃO BÁSICA** - Alimentação usual num país ou comunidade, responsável pelo mais importante aporte diário de calorias. Por já estar adaptada à população, deve ser distribuída, quando for o caso, em situações de desastre. No Brasil, a alimentação básica é constituída por: arroz, feijão, carne, milho, tubérculos, farinha de mandioca ou de milho, frutas e verduras.

**ALTERAÇÃO AMBIENTAL** - Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas ou de fenômenos naturais.

**ALUVIÃO** - Nome aplicado a um grupo de rochas constituídas de material inconsolidado ou parcialmente consolidado (cascalho, areia, argila) e de origem pluvial.

**AMBIENTE** - Entorno. Inclui a água, o ar, o solo e sua inter-relação, bem como a inter-relação desses elementos com qualquer organismo vivo.

**AMBIENTE OCUPACIONAL** - Corresponde aos locais ou recintos abertos ou fechados onde se desenvolvem atividades laborativas específicas e próprias desses locais.

**AMBULATÓRIO** - Local ou instalação onde se presta assistência a pacientes, em regime de não internação. Pode funcionar como um compartimento do hospital ou como uma instituição independente.

**AMEAÇA** - Risco imediato de desastre. Prenúncio ou indício de um evento desastroso. Evento adverso provocador de desastre, quando ainda potencial. Estimativa da ocorrência e magnitude de um evento adverso, expressa em termos de probabilidade estatística de concretização do evento (ou acidente) e da provável magnitude de sua manifestação.

**AMPLITUDE TÉRMICA** - Diferença entre a média ou as extremas das temperaturas mais altas (máximas) e a média ou as extremas das temperaturas mais baixas (mínimas).

**ANÁLISE AMBIENTAL** - Processo ou método utilizado para detectar, mediante análise, um composto químico ou tipos de compostos que se encontram em uma amostra ambiental. Quando a substância se encontra presente em concentrações inferiores a uma parte por um milhão, denomina-se análise de resíduos.

**ANÁLISE DE RISCOS** - Identificação e avaliação tanto dos tipos de ameaça como dos elementos em risco, dentro de um determinado sistema ou região geográfica definida.

**ANÁLISE DE SITUAÇÃO** - Análise feita por um comandante de socorro, frente a situações de emergência, de forma que o habilite a determinar as ações a serem postas em prática, a fim de cumprir sua missão.

**ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCOS** - Método de estudos de riscos executado durante a fase de concepção ou de desenvolvimento de um sistema, com a finalidade de prever riscos que poderão ocorrer na sua fase operacional. Também define o estudo preliminar de riscos potenciais em uma determinada região geográfica.

**ÁREA CRÍTICA** - Área onde estão ocorrendo eventos desastrosos ou onde há certeza ou grande probabilidade de sua reincidência. Essas áreas devem ser isoladas em razão das ameaças que representam a vida ou a saúde das pessoas.

**ÁREA DE BUSCA E SALVAMENTO** - Área específica dentro da qual um centro coordenador de salvamento coordena a busca e salvamento.

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DE FERIDOS** - Área ou local para onde os feridos são transportados em padiolas ou chegam por seus próprios meios e onde se iniciam os procedimentos de revisão e triagem.

**ÁREA DE CUIDADOS IMEDIATOS** - Área ou local onde o socorrista atua prestando os primeiros socorros às vítimas de um desastre, sempre que possível, no próprio local onde se encontra o paciente ou onde o ferido lhe for entregue pela equipe de salvamento.

**ÁREA DE EXPOSIÇÃO** - Área circular em torno de um risco provável, onde podem ocorrer danos. Pode se expandir com a evolução do processo, em função das variáveis intensidade e tempo de duração do fenômeno.

**ÁREA DEGRADADA** - Área cujo ambiente sofreu processo de degradação. (V. degradação ambiental e degradação do solo).

**ÁREA DE POUSO** - Qualquer superfície terrestre ou aquática, preparada ou escolhida para decolagem ou pouso de aeronaves.

**ÁREA DE REFÚGIO** - Parte do pavimento separada do restante por porta corta-fogo e por paredes capazes de resistir ao fogo, por duas horas.

**ÁREA DE RISCO** - Área onde existe a possibilidade de ocorrência de eventos adversos.

**ÁREA DE SEGURANÇA** - Área próxima ao foco do desastre, além da área de exposição, e onde não há probabilidade de ocorrência de novos danos às pessoas ou a seus bens. Área para onde os afetados pelo desastre são evacuados em primeira instância. Deve ser demarcada em local que não interfira nas operações de combate direto ao sinistro.

**ÁREA DE TRIAGEM** - Local no terreno ou instalação fixa ou móvel, onde é realizada a triagem dos pacientes e onde se define a prioridade de atendimentos. É o mais importante elo da cadeia de evacuação e provê o apoio ao conjunto de uma área afetada por desastre. Em pequenos desastres, as atividades de triagem são realizadas no próprio ponto de recolhimento e embarque.

**- B -**

**BACIA DE CONTENÇÃO** - Região limitada por uma depressão do terreno ou por diques, destinada a conter os produtos provenientes de eventuais vazamentos de tanques e suas tubulações.

**BAIXA** - 1. Internamento em hospital ou enfermaria. 2. Ato ou efeito de desligar uma praça do serviço ativo. 3. Designação genérica das perdas ocorridas por ferimento, acidente ou doença. 4. Região da atmosfera onde a pressão é baixa em relação à região circunvizinha no mesmo nível. É representada numa carta sinótica por um sistema de isóbaras, num nível especificado ou de contorno numa pressão especificada, que envolve valores relativamente baixos de pressão ou de nível.

**BALDEAÇÃO** - Ato de transferir carga de um veículo (trem, avião, embarcação etc.) para outro. Proceder à limpeza com baldes d'água.

**BALSA SALVA-VIDAS** - Embarcação especial, inflável, empregada em salvamento e sobrevivência de naufragos.

**BARCO INFLÁVEL** - Barco de borracha, náilon ou material similar, normalmente com mais de duas câmaras de ar independentes e válvulas para carga e descarga com ar comprimido. Pode ser equipado com motor de popa.

**BARRAGEM** - 1. Barreira dotada de uma série de comportas ou outros mecanismos de controle, construída transversalmente a um rio, para controlar o nível das águas de montante, regular o escoamento ou derivar suas águas para canais. 2. Estrutura que evita a intrusão de água salgada num rio sujeito à influência de marés. 3. Barreira construída transversalmente a um vale, para represar a água ou criar um reservatório. Pequenas barragens: barreiras construídas nos cursos de rios temporários ou nascentes, visando ao represamento d'água e ao seu aproveitamento na irrigação, consumo animal e humano.

**BARRAGEM DE RETENÇÃO** - Barragem destinada a deter somente os sedimentos transportados pelas águas, permitindo a passagem do líquido.

**BARRAGEM SUBTERRÂNEA** - Tipo de barragem de parede enterrada que se destina a barrar as águas subfluviais de um curso de água, visando a sua acumulação e posterior captação. 2. Barragem construída em sentido transversal ao eixo longitudinal dos vales, através dos horizontes sedimentares, até encontrar a rocha-matriz impermeável. Tem por finalidade: aumentar a capacidade de retenção do manto poroso; elevar o nível do lençol freático saturado a montante; reduzir o escoamento subalveolar.

**BARREIRO** - 1. Fosso cavado em terreno argiloso para conservar água, por algum tempo (Bras. PE e AL). 2. Lugar donde se extrai barro para construção de casas de taipa ou fabricação de tijolos ou telhas (Bras. NE). 3. Eflorescência salino-salitrosa procurada pelo gado e animais silvestres, que lambem a terra para absorver o sal.

**BASE** - 1. Local de onde são desencadeadas ou apoiadas operações. 2. Organização dotada de instalações materiais apropriadas, convenientemente localizadas e guarnecidas, que se destina a apoiar as equipes em operação.

**BASE LOGÍSTICA** - Área de concentração de meios logísticos necessários ao apoio de conjunto a uma operação.

**BIOSFERA** - Meio ambiente global, compreendendo os ecossistemas do planeta, incluindo a hidrosfera, o solo, a atmosfera e parte inferior da ionosfera e, por extensão, a totalidade da matéria viva do globo.

**BLOCO DE DESMORONAMENTO** - Fragmentos de rochas que, uma vez desagregados a rocha primitiva, perdem o equilíbrio e descem a encosta, rolando ou escorregando, devido à ação da gravidade.

**BOMBEIRO** - Profissional especializado no combate a incêndios ou outros sinistros e em atividades de busca e salvamento. Integrante dos corpos de bombeiros.

**BUSCA** - 1. Procura minuciosa, investigação cuidadosa, revista, exame. 2. Conjunto de operações que tem por objetivo encontrar pessoas, aeronaves e outros elementos desaparecidos, em circunstâncias de acidentes ou de desastres.

**BUSCA E SALVAMENTO** - 1. Emprego de aeronaves, embarcações de superfície, submarinos e outro qualquer equipamento especial, para a busca e salvamento no mar/rio e na terra. 2. Conjunto de operações com a finalidade de encontrar, preservar vidas e colocar seres humanos e animais a salvo e em local seguro e adequado.

**-C-**

**CABECEIRA** - Parte superior de um rio, próxima a sua nascente.

**CALAMIDADE** - Desgraça pública, flagelo, catástrofe, grande desgraça ou infortúnio.

**CALAMIDADE PÚBLICA** (V. estado de calamidade pública).

**CAPACIDADE DE ESCOAMENTO** - Estimativa expressa em volume ou peso da carga que pode ser transportada, por dia, de um para outro local, pelas vias de transporte disponíveis.

**CAPACIDADE DE INFILTRAÇÃO** - Quantidade máxima de água de chuva ou de irrigação que um solo ou rocha pode absorver em uma unidade de tempo, em condições previamente estabelecidas.

**CAPACIDADE HOSPITALAR DE EMERGÊNCIA** - Número de leitos que poderão efetivamente ser colocados em funcionamento num hospital, em situações anormais ou de grandes desastres, com o total aproveitamento das áreas utilizáveis.

**CAPTAÇÃO DE ÁGUA** - Sistema de captação e armazenamento de água de chuva, em que a área de captação pode ser o telhado das casas ou o próprio solo, e o armazenamento é feito em cisternas.

**CARÊNCIA NUTRICIONAL** - Deficiência nutricional de elementos indispensáveis à nutrição de pessoas, grupos populacionais, nos alimentos disponíveis. Define também o estado das pessoas submetidas a dietas carentes.

**CARROÇA** - Veículo geralmente de duas rodas, puxado por cavalo.

**CATÁSTROFE** - Grande desgraça, acontecimento funesto e lastimoso. Desastre de grandes proporções, envolvendo alto número de vítimas e/ou danos severos.

**CATEGORIA DE RISCO** - Estabelecimento de uma hierarquização da potencialidade de dano dos acidentes críticos em que se basearão as ações prioritárias de controle (Risk ranking).

**CAUSA DE ACIDENTE OU DE DESASTRE** - 1. Razão pela qual o desvio pode ocorrer. Pode ser material ou decorrente de erro humano, falha de equipamento, interrupções externas etc. 2. Origem de caráter humano, material ou natural, relacionada com o evento catastrófico e pela materialização de um risco, resultando em danos.

**CENTRO DE SAÚDE** - Unidade de saúde destinada a prestar assistência sanitária a uma determinada comunidade, pelo menos nas quatro especialidades médicas básicas: Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Clínica Pediátrica e Clínica Gineco-Obstétrica. Deve ser permanente e, sempre que possível, dirigido por médico generalista.

**CHECK-LIST** - Método simples e empírico, geralmente utilizado para checar uma lista ou relação de procedimentos padronizados, conferindo a presença ou ausência de um determinado recurso ou sinal correspondente a uma operação (em um painel). O mesmo que relação de checagem.

**CHEIA** - 1. Enchente de um rio causada por chuvas fortes ou fusão das neves. 2. Elevação temporária e móvel do nível das águas de um rio ou lago. 3. Inundação.

**CHEIA ANUAL**- 1. Descarga máxima instantânea observada num ano hidrológico. 2. Cheia que foi igualada ou excedida, em média, uma vez por ano.

**CHEIA MÁXIMA POSSÍVEL** - 1. Máxima cheia a ser esperada, no caso de completa coincidência de todos os fatores capazes de produzir a maior precipitação e o escoamento máximo. 2. Vazão que pode ser esperada da mais adversa combinação de condições meteorológicas e hidrológicas consideradas bastante características da região geográfica envolvida, à exclusão de combinações extremamente raras.

**CHEIA MÁXIMA PROVÁVEL** - Descarga máxima de cheia admitida no projeto de uma estrutura hidráulica ou de regularização, levando em conta fatores econômicos e hidrológicos. (V. cheia máxima possível).

**CHEIA REPENTINA** - Cheia de pequena duração, com uma descarga de ponta relativamente alta. Enxurrada.

**CHEIA SÍSMICA** - Cheia em região costeira, causada por vagas sísmicas subsequentes a um maremoto ou a uma erupção vulcânica.

**CICLO CLIMÁTICO** - Ritmos verdadeiros ou supostos nas longas séries de observações de elementos climáticos.

**CLIMA** - Conjunto de condições meteorológicas (temperatura, pressão e ventos, umidade e chuvas) características do estado médio da atmosfera, em um longo período de tempo (aconselhável 30 anos), para uma área ou local definido.

**CLIMATOLOGIA**- Estuda a evolução dos processos físicos que ocorrem na atmosfera.

**COMUNICADO** - Despacho breve contendo informações concretas, relativas a uma ocorrência (desastre) ou operação.

**COMUNICAÇÃO** - Manutenção de uma rede de informações para continuamente manter a população atualizada sobre a evolução do quadro de risco é fundamental para que as ações previstas sejam realizadas em tempo.

**COMUNIDADE** - Qualquer grupo social cujos membros habitam uma região determinada, têm um mesmo governo e estão irmanados por uma mesma herança cultural e histórica.

**CORPO DE BOMBEIROS** - Instituição cuja finalidade principal é a prestação de serviços na prevenção e combate a incêndios e a outros sinistros, bem como nas ações de busca e salvamento de pessoas, animais e bens materiais. Sua estruturação está assentada na hierarquia e disciplina e, por isso, no Brasil, são organizações militares.

**CTG** - Sigla de Centro de Tradições Gaúchas.

#### **-D-**

**DADO CLIMATOLÓGICO** - Dado pertinente ao estudo do clima, inclusive relações estatísticas, valores médios, valores normais, frequências, variações e distribuição dos elementos meteorológicos.

**DADO HIDROLÓGICO** - Dado sobre precipitações, níveis e vazão dos rios, transporte de sedimentos, vazão e armazenamento de água subterrânea, evapotranspiração, armazenamento em vales, níveis máximos de cheias e descargas e qualidade da água, bem como outros dados meteorológicos correlatos, como a temperatura.

**DECLARAÇÃO (...DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU DE ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA)** - Documento oficial baixado por autoridade administrativa competente, observando os critérios e procedimentos estabelecidos pelo CONDEC, para decretar, registrar e divulgar publicamente um ato legal, relativo a uma situação anormal provocada por desastre, desde que se caracterizem condições que o justifiquem. O Decreto de declaração de situação de emergência ou de estado de calamidade pública é da competência dos prefeitos municipais e do Governador.

**DECLIVE** - 1. Pendor ou inclinação de terreno, considerado este de cima para baixo; descida, declividade, declívio. 2. Inclinado, formando ladeira (no sentido da descida).

**DEFESA CIVIL** - Conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social. Finalidade e Objetivos. Finalidade: o direito natural à vida e à incolumidade foi formalmente reconhecido pela Constituição da República Federativa do Brasil. Compete à Defesa Civil a garantia desse direito, em circunstâncias de desastre. Objetivo Geral: reduzir os desastres, através da diminuição de sua ocorrência e da sua intensidade.

**DEFESA NACIONAL** - Conjunto de medidas que visam a evitar, impedir ou eliminar os antagonismos e pressões de origem interna ou externa sobre a Nação e a garantir a segurança nacional.

**DEFESA TERRITORIAL** - Conjunto de ações realizadas em situação de guerra, no espaço geográfico, terrestre, marítimo e aéreo sob jurisdição nacional, não incluído no teatro de operações, visando à Defesa Interna e à salvaguarda dos recursos nacionais de toda ordem, contra todas as formas de agressão dos inimigos interno e externo, de caráter militar ou não.

**DEGRADAÇÃO** - Desintegração e desgaste da superfície terrestre por processos naturais de intemperismo e erosão. (V. denudação).

**DEGRADAÇÃO AMBIENTAL** - Alteração adversa das características do meio ambiente.

**DEMANDA**- Perturbação ou mudança no processo, fora dos parâmetros normais de um projeto, que requer uma resposta do sistema de segurança.

**DENGUE (CID-061)** - Doença aguda caracterizada por febre (5 a 7 dias), dor de cabeça intensa, dores retro orbitárias, dores musculares e nas articulações e várias erupções cutâneas, normalmente com 3 ou 6 dias de febre. Produzida por um vírus (arbovirose por Flavovírus) transmitido ao homem pela picada de mosquitos do gênero *Aedes aegypti*.

**DESABRIGADO** - Desalojado ou pessoa cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo provido pelo Sistema.

**DESALOJADO** - Pessoa que foi obrigada a abandonar temporária ou definitivamente sua habitação, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria grave, decorrentes do desastre, e que, não necessariamente, carece de abrigo provido pelo Sistema.

**DESAPARECIDO** - Pessoa que não foi localizada ou de destino desconhecido, em circunstância de desastre.

**DESASTRE** - Resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais. Os desastres são quantificados, em função dos danos e prejuízos, em termos de intensidade, enquanto que os eventos adversos são quantificados em termos de magnitude. A intensidade de um desastre depende da interação entre a magnitude do evento adverso e o grau de vulnerabilidade do sistema receptor afetado. Normalmente o fator preponderante para a intensificação de um desastre é o grau de vulnerabilidade do sistema receptor.

**DESBORDO** - Ato ou efeito de desbordar, encher em demasia, transbordar, extravasar, quando o rio sai de seu leito.

**DESFLORESTAMENTO** - Ação do homem que resulta na destruição das florestas, com graves prejuízos para o meio ambiente. Normalmente o homem, após derrubar a mata, recorre à queimada para, em seguida, plantar sua lavoura ou pastagens para o gado.

**DESIDRATAÇÃO** - Depleção do organismo, com graves repercussões para o metabolismo celular, em consequência do incremento das perdas líquidas (diarreias, vômitos, febre e transpiração intensificada), por ingresso insuficiente (desnutrição, sede), por doenças metabólicas ou pela combinação desses fatores. Pode causar danos irreversíveis e morte a crianças ou a pessoas debilitadas. As desidratações podem ser: moderadas, quando a perda de líquidos é de até 10%; médias, quando acima do nível de 10% até um limite máximo de 15%; e severas, quando acima do nível de 15%.

**DESLIZAMENTO** - Fenômeno provocado pelo escorregamento de materiais sólidos, como solos, rochas, vegetação e/ou material de construção ao longo de terrenos inclinados, denominados encostas, pendentes ou escarpas. Caracteriza-se por movimentos gravitacionais de massa que ocorrem de forma rápida, cuja superfície de ruptura é nitidamente definida por limites laterais e profundos, bem caracterizados. Em função da existência de planos de fraqueza nos horizontes movimentados, que condicionam a formação das superfícies de ruptura, a geometria desses movimentos é definida, assumindo a forma de cunha, planar ou circular.

**DESLOCADO** - Pessoa que, por motivo de desastre, perseguição política ou religiosa ou por outra causa, é obrigado a migrar da região que habita para outra que lhe seja mais propícia. O retirante da seca é um deslocado.

**DESMATAMENTO** - 1. Processo de supressão total ou parcial da vegetação de pequeno, médio ou grande porte, em uma determinada área. 2. O termo é reservado para o desflorestamento parcial e sem o comprometimento total da área florestada. Não devem ser desmatadas as linhas de cumeadas, as encostas íngremes e pouco consistentes.

**DIQUE** - Estrutura artificial, geralmente de terra, constituída ao longo de um rio, acima do nível natural do terreno, com o objetivo de proteger as terras adjacentes contra a inundação por águas de cheia.

**DOENÇA INFECCIOSA** - Doença do homem ou de animais resultante de uma infecção. (V. Infecção).

**DOENÇA PARASITÁRIA** - Doença manifestada no ser humano ou em animais, produzida por infestação de parasitas de origem animal (protozoários, vermes ou artrópodes). As mais frequentes no Brasil são: Malária, Tripanossomíase (D. Chagas), Leishmaniose, Amebíase, Esquistossomíase, outras verminoses, Escabiose (sarna), Pediculose (piolho).

**DOENÇA TRANSMISSÍVEL** - Doença causada por agente infeccioso ou suas toxinas, através da transmissão do agente ou de seus produtos de pessoa infectada ou de um “reservatório” para um hospedeiro suscetível, direta ou indiretamente, mediante outro hospedeiro, vetor ou através de meios inanimados.

**DRAGA** - Máquina flutuante para escavar materiais abaixo do nível da água.

**DRAGAGEM** - Limpeza ou desobstrução com draga, do leito dos cursos d’água, dos rios ou mar.

**DRENAGEM** - 1. Remoção de água de um recinto ou do solo. 2. Remoção de água, superficial ou subterrânea, de uma área determinada, por bombeamento ou por gravidade.

**DRENO** - Conduto ou pequeno canal pelo qual a água é removida do solo ou de um aquífero, por gravidade, a fim de controlar o nível d’água.

**-E-**

**ECOSSISTEMA** - 1. Sistema aberto integrado pelos organismos vivos (inclusive o homem) e os elementos não vivos de um setor ambiental definido no tempo e no espaço, cujas propriedades globais de funcionamento e auto regulação derivam da interação entre seus componentes, tanto os pertencentes aos sistemas naturais como aqueles modificados ou organizados pelo próprio homem. 2. Complexo constituído pelo biótopo e pela biocenose.

**EDIFICAÇÃO** - Construção destinada a abrigar qualquer atividade humana, materiais ou equipamentos. Pode ser residencial, industrial, mercantil, comercial, hospitalar, para fins e lazer e esporte e outros.

**EDUCAÇÃO SANITÁRIA (Educação para a Saúde)** - Metodologia que tem por objetivo permitir que as pessoas, integrantes de uma comunidade, aprendam a interagir de forma participativa com o sistema de saúde e se conscientizem do papel que cada um deve desempenhar, individual e coletivamente, na promoção, manutenção e restauração da saúde. A educação deve desenvolver nas pessoas um sentido de responsabilidade, como indivíduo,



membro de uma família e de uma comunidade, para com a saúde, tanto individual como coletivamente.

EL NIÑO - Fenômeno climático com intensas repercussões meteorológicas e agrícolas de longa duração e de ocorrência global. Tem relação com o estabelecimento de um gradiente térmico, por aquecimento de águas superficiais das porções sul dos Oceanos Índico e Pacífico. Pode se repetir a cada 2 a 7 anos e se desenvolve numa sequência de eventos com aproximadamente 18 meses de duração. O fenômeno se inicia no Índico e progride até a costa oeste da América do Sul. Como consequência, ocorrem secas no Nordeste e incremento das precipitações nas regiões Sul e Sudeste do Brasil e alterações climáticas na Amazônia, Indonésia, Austrália e Melanésia, caracterizadas por chuvas de monção, vendavais e secas.

EMERGÊNCIA - 1. Situação crítica; acontecimento perigoso ou fortuito; incidente. 2. Caso de urgência.

ENCHENTE - Elevação do nível de água de um rio, acima de sua vazão normal. Termo normalmente utilizado como sinônimo de inundação. (V. inundação).

ENCOSTA - Declive nos flancos de um morro, colina ou serra. O mesmo que vertente.

ENTREVERO – Aglomeração de pessoas. Muitas pessoas no mesmo lugar.

ENTULHO - Monte de fragmentos que resultam de uma demolição ou desmoronamento.

ENXURRADA - Volume de água que escoar na superfície do terreno, com grande velocidade, resultante de fortes chuvas.

EPICENTRO - 1. Ponto da superfície terrestre mais próximo ao centro de um abalo sísmico; projeção na superfície terrestre do hipocentro de um sismo. 2. Ponto central de um acidente ou desastre. 3. Local onde os danos são mais intensos.

EQUIPAMENTO - Conjunto de instrumentos e acessórios de que um profissional necessita para exercer suas atividades.

EQUIPAMENTO BÁSICO DE MERGULHO - Constituído por máscara, respirador e nadadeiras.

EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - Equipamento que protege o corpo contra o contato com produtos perigosos tóxicos conhecidos ou suspeitos.

EQUIPAMENTO DE SAÚDE - Instrumentos e acessórios utilizados pelo profissional de saúde, no desempenho de suas atividades, exceto fármacos, material de penso e outros insumos.

EQUIPE - Grupo celular de pessoal especializado, com organização, equipamento necessário ao desempenho de suas atividades, com comando definido e normas de atuação.

EQUIPE AVANÇADA DE SAÚDE - Equipe que se desloca pelo meio de transporte mais rápido, até o local do desastre, faz “estudo de situação”, comanda, em primeira instância, a atuação dos meios locais e os reforços, até que seja substituída ou incorporada pela equipe de comando. O mesmo que equipe precursora de saúde.

EQUIPE DE BUSCA E SALVAMENTO - Equipe especializada em operações que tenham por finalidade colocar vidas humanas ou animais em lugar seguro e a salvo.

**EQUIPE DE RESGATE** - Grupo de saúde que atua em conjunto com as equipes de salvamento. Normalmente, possui treinamento especializado e equipamento básico de suporte vital.

**EQUIPE DE SAÚDE** - Grupo celular de pessoal de saúde, equipado, organizado, com normas de procedimentos e chefia.

**EROSÃO** - Desagregação e remoção do solo ou de rochas, pela ação da água, vento, gelo e/ou organismos (plantas e animais).

**ESCAPE** - Ação de salvamento de riscos de sinistro ou pânico, com perigo de vida, através de saídas convencionais ou de meios complementares de salvamento. Ação de afastamento das zonas de risco, de forma planejada e por vias de transporte seguras.

**ESCAVADEIRA** - Máquina de escavação utilizada na remoção de entulhos, em caso de soterramento.

**ESCOMBRO** - Entulho, destroço, ruína.

**ESGOTO** - 1. Cano ou orifício destinado a dar vazão a qualquer líquido. 2. Escoadouro onde vão ter as águas servidas e dejetos das casas. 3. Sistema subterrâneo de canalização destinado a receber as águas pluviais e os detritos de um aglomerado populacional e industrial e levá-los para um lugar afastado. O esgoto sanitário deve ser independente e não se comunicar com o esgoto pluvial.

**ESF (Estratégia de Saúde da Família)** - É o pilar central em que se alicerça a expansão, consolidação e qualificação da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), cujos princípios são: promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde. É uma estratégia prioritária na reorganização da atenção básica em saúde

**ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA** - Reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade e à vida de seus integrantes.

**ESTIAGEM** - Período prolongado de baixa pluviosidade ou sua ausência, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.

**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL** - Estudo de caráter prévio, referindo-se à intenção de implantação e operação de um projeto específico, a ser desenvolvido num determinado meio. Tem caráter interdisciplinar e deve contemplar o meio ambiente nos seus segmentos básicos (meio físico, meio biológico e meio socioeconômico). Deve abranger o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, a análise ou a avaliação dos prováveis impactos decorrentes dos projetos e as medidas de minimização e monitorização associadas aos impactos previstos. Possui um papel de instrumento de planejamento e subsídio fundamental às decisões políticas sobre o projeto.

**EVACUAÇÃO** - 1. Ato médico que consiste no transporte de pacientes (feridos) do local de um sinistro até uma instalação médica que tenha condição de assisti-lo, dentro dos prazos biológicos e evitando a deterioração de suas condições de viabilidade, durante o transporte. 2. Procedimento de deslocamento e relocação de pessoas e de bens, desde um local onde ocorreu ou haja risco de ocorrer um sinistro, até uma área segura e isenta de risco.

**EVENTO** - Acontecimento. Em análise de risco, ocorrência externa ou interna ao sistema, envolvendo fenômeno da natureza, ato humano ou desempenho do equipamento, que causa

distúrbio ao sistema. Estatística. Ocorrência aleatória de um acontecimento, que pode ser definido a priori, num determinado conjunto.

FAUNA - Conjunto de todas as espécies animais de uma área ou de um determinado período geológico.

FEBRE AMARELA - Virose transmitida por artrópodes bastante grave Quadro semelhante ao da dengue (febre e muita dor), pode evoluir para hemorragia. Há duas espécies, em função da distribuição: urbana, normalmente transmitida pelo *Aedes aegypti*, e silvestre, por mosquito silvestre (*Haemagógus* na Amazônia). A vacina proporciona proteção por 10 anos.

FISSURA - Rachadura externa, quebra ou fratura no solo ou em rochas. Descontinuidade no maciço rochoso.

FORÇA AÉREA - 1. Componente militar do poder aéreo. 2. Grande Comando da Aeronáutica, destinado ao emprego em operação de guerra, existindo desde os tempos de paz e constituído de uma Unidade de Comando — o Comando da Força Aérea — e de Unidades Aéreas Subordinadas, estas integrando meios aéreos de idêntica missão.

FORÇA ARMADA - Expressão que designa uma das organizações singulares que compõem as Forças Militares de uma nação.

FORÇA FLUVIAL - Grupamento de navios de combate de pequeno porte, podendo incluir navios auxiliares, destinados a realizar operações de guerra em rios, lagos ou lagoas.

FLAGELADO - Pessoa vitimada por evento adverso, que, mesmo após cessada a calamidade, não apresenta condições de retorno à normalidade sem apoio e auxílio da comunidade ou de órgãos governamentais.

FLORA - Conjunto das espécies de plantas de uma região ou de um período geológico.

FLUXO DE BASE - Fluxo que os rios mantêm durante os períodos interchuvos, proveniente das descargas dos aquíferos.

FRATURA - 1. Ruptura ou solução de continuidade de um osso ou cartilagem. 2. Superfície que se obtém pela ruptura de um mineral ou rocha, numa direção diferente da/de clivagem.

FRONTEIRA - Limite, marco ou linha divisória entre duas regiões, dois estados, países etc.

## **-G-**

GEADA - 1. Depósito de gelo de aspecto cristalino, geralmente com forma de escamas, agulhas, plumas ou leque, produzido de maneira análoga ao orvalho, mas à temperatura inferior a 0° C. 2. Orvalho congelado.

GEODÉSIA - Ciência geográfica e matemática que se ocupa do estudo da forma e da grandeza da Terra ou de parte de sua superfície. Topografia. Arte de apresentar no papel a configuração de uma porção do terreno com todos os acidentes e construções situadas na sua superfície.

GRANIZO - 1. Precipitação sólida de grânulos de gelo, transparentes ou translúcidos, de forma esférica ou irregular, raramente cônica, de diâmetro igual ou superior a 5mm. 2. Precipitação de pequenas pedras de gelo, com diâmetro de 5 a 50mm, e, às vezes maiores, caindo isoladamente ou em massas irregulares.

**GUARDA-FOGO** - Grade de ferro ou placa metálica que se coloca diante da chaminé para prevenir incêndio; parede entre dois prédios contíguos para evitar que o incêndio, que se manifesta em um, possa atingir o outro; parede corta-fogo.

**-H-**

**HELIPORTO** - Heliporto público, dotado de instalações e facilidades para apoio de operações de helicópteros e de embarque e desembarque de pessoas e/ou cargas, tais como pátio de estacionamento, estação de passageiros, locais de abastecimento, equipamento de manutenção etc.

**HERBICIDA** - Composto químico utilizado para destruir pragas vegetais em culturas. Normalmente seus insumos são considerados perigosos para a saúde humana e para o ambiente.

**HIDRANTE** - Ponto de tomada de água, provido de registro e de ponto de mangote ou mangueira. Dispositivo existente na rede hidráulica, que permite a tomada de água para alimentar equipamentos de extinção de incêndio.

**HIDRÁULICA** - Ramo da hidromecânica que trata das aplicações dos conceitos físicos da hidromecânica às atividades humanas.

**-I-**

**INCÊNDIO** - Sinistro por fogo. Combustão viva. Fogo que escapa ao controle do homem. Grande prejuízo causado pelo fogo.

**INCIDÊNCIA** - Número de casos novos (doença ou outros eventos) que ocorrem em uma comunidade, num determinado período.

**INCOLUMIDADE** - Qualidade ou estado de incólume daquele que está livre do perigo, são e salvo; ileso, intacto.

**INDICADOR DE RISCO** - Elemento que indica, de forma clara e simplificada, a existência de um risco de desastre. Um mapa de risco é um indicador gráfico.

**INDICADORES SOCIAIS** - Diferentes índices utilizados para definir o nível de desenvolvimento socioeconômico de uma determinada sociedade. Dentre esses, são importantes os índices de mortalidade infantil, de expectativa de vida, de analfabetismo, habitações com água potável, habitações com esgoto sanitário e outros.

**ÍNDICE** - Razão entre determinados valores. Designa um valor comparativo, estabelecido por composição de fatos ou de medidas relacionadas.

**ÍNDICE DE CHEIA** - Soma das profundidades de submersão, observada em certo número de estações chaves de um rio. Esse índice dá uma representação física da extensão da inundação de cada ano.

**INFLAMÁVEL** - Que é suscetível de queimar-se; combustível que reage facilmente com o oxigênio e, na presença do calor, produz rapidamente o fogo.

**INTEMPÉRIE** - Rigor nas variações das condições atmosféricas, tais como: temperatura, regime dos ventos, chuva, umidade. Mau tempo.

**INTERCORRÊNCIA** - Ocorrência de um segundo incidente na vigência de um desastre. Ocorrência de outras doenças ou incidentes concomitantemente com uma enfermidade básica e sem relação etiológica com a mesma. O mesmo que complicação.

**INUNDAÇÃO** - Transbordamento de água da calha normal de rios, mares, lagos e açudes, ou acumulação de água por drenagem deficiente, em áreas não habitualmente submersas. Em função da magnitude, as inundações são classificadas como: excepcionais, de grande magnitude, normais ou regulares e de pequena magnitude. Em função do padrão evolutivo, são classificadas como: enchentes ou inundações graduais, enxurradas ou inundações bruscas, alagamentos e inundações litorâneas. Na maioria das vezes, o incremento dos caudais de superfície é provocado por precipitações pluviométricas intensas e concentradas, pela intensificação do regime de chuvas sazonais, por saturação do lençol freático ou por degelo. As inundações podem ter outras causas como: assoreamento do leito dos rios; compactação e impermeabilização do solo; erupções vulcânicas em áreas de nevados; invasão de terrenos deprimidos por maremotos, ondas intensificadas e macarés; precipitações intensas com marés elevadas; rompimento de barragens; drenagem deficiente de áreas a montante de aterros; estrangulamento de rios provocado por desmoronamento.

**ISOLAMENTO** - 1. Conjunto de operações destinadas a impedir a propagação de um sinistro (normalmente incêndio) para outras áreas. 2. Segurança de pessoas ou animais infectados, durante o período de transmissibilidade da doença, em local e condições que evitem a transmissão do agente infeccioso aos suscetíveis. 3. Instalação hospitalar destinada ao isolamento de pacientes.

**ITEM CONTROLADO** - Qualquer artigo sob cuja distribuição a indivíduo ou unidades depende de autorização da autoridade competente que exerce estreita fiscalização sobre o mesmo, em virtude de sua escassez, alto custo ou por sua natureza altamente técnica ou perigosa.

**ITEM CRÍTICO** - Artigo que está sendo considerado como suprimento restrito, ou para o qual há expectativa de que venha a ser.

**-J-**

**JUNCO** - Termo genérico pelo qual são designadas diversas plantas monocotiledôneas, de porte médio, caules cilíndricos,ocos, que crescem em lugares úmidos.

**-K-**

**Km** - Sigla para abreviar a palavra quilômetro.

**-L-**

**LANCHA** - Embarcação pequena (20 a 50 t de deslocamento), rápida, motorizada, especialmente concebida para trabalhos de patrulhamento em águas interiores ou costeiras, dotada de castelo de proa reforçado, de convés corrido, e usada, também, em trabalhos de salvamento.

**LEISHMANIOSE CUTÂNEA** - 1. Doença infecciosa produzida por protozoários do gênero leishmânia, caracterizada pela presença de lesões ulcerativas da pele e de mucosas, podendo apresentar-se sob a forma de lesões delimitadas ou difusas. 2. Doença rural presente nas Américas e transmitida ao homem por insetos do gênero phlebotomus, a partir de roedores, canídeos silvestres, marsupiais, cães domésticos e outros animais.

LEITO - 1. Parte inferior da seção transversal de um canal. 2. Armação de madeira, ferro, vime etc., que sustenta o enxergão e o colchão. 3. A própria cama.

LEPTOSPIROSE - Doença infecciosa produzida por bactérias da espécie *Leptospira interrogans*, com mais de 170 variedades sorológicas, dentre as quais, no Brasil, as mais importantes são as variedades de icterohemorrhagiae. Apresenta manifestações multiformes, incluindo febre, dor de cabeça, intenso mal-estar, dores musculares, vômitos e conjuntivite, ocasionalmente meningite e erupção cutânea, insuficiência renal, às vezes, anemia por destruição de glóbulos vermelhos na corrente sanguínea (hemólise), com coloração amarelada da pele e mucosas (icterícia) e pequenas hemorragias. A letalidade baixa aumenta com a idade e pode atingir 20% nos casos de icterícia e insuficiência renal. Os hospedeiros mais comuns, não exclusivos, são os roedores, principalmente ratos, que eliminam o agente infectante através da urina. A leptospirose é um problema potencial, após as enchentes, principalmente em cidades onde o controle de roedores é deficiente.

LESÃO - Mudança característica em um órgão, provocada por um agente biológico, físico ou químico.

LEVANTAMENTO/MAPEAMENTO - Medição da superfície do solo; traçado e medição de estruturas e preparação de mapas, perfis, cortes transversais e alinhamentos.

LODO - Substância acumulada por sedimentação de sólidos (lama, argila mole etc.), contidos no fundo de rios, lagos, represas, depósitos de água etc.; esgotos frescos ou digeridos nas câmaras de acumulação e digestão das fossas sépticas.

LOGÍSTICA - Atividade relacionada com o planejamento e execução de ações referentes à administração de recursos materiais e à prestação de serviços. Compreende, juntamente com as atividades de administração de pessoal, as de governo e as de segurança da área conflagrada, o grande conjunto das “atividades administrativas”.

LONA - Tecido forte de linho grosso com que se fazem barracas, cobertura de viaturas, tanques portáteis, baldes e peças de equipamentos.

#### **-M-**

MAPA DE RISCO - Mapa topográfico, de escala variável, no qual se grava sinalização sobre riscos específicos, definindo níveis de probabilidade de ocorrência e de intensidade de danos previstos.

MAPA DE VULNERABILIDADE - Mapa onde se analisam as populações, os ecossistemas e o mobiliamento do território, vulneráveis a um dado risco.

MINUANO – Vento frio que vem do sudoeste.

MONITORAMENTO – O acompanhamento constante dos índices pluviométrico e de réguas de nível, nos casos de aumento progressivo do risco são determinantes para a antecipação ao desastre.

MURO DE ARRIMO - Parede forte construída de alvenaria ou de concreto, com o objetivo de proteger, apoiar ou escorar áreas que apresentam riscos de deslizamento, desmoronamento e erosão, tais como encostas, vertentes, barrancos etc.

**-N-**

**NÁUFRAGO** - Vítima de um naufrágio ou afundamento de embarcação.

**NÉVOA** - 1. Gotículas de líquidos em suspensão, geradas pela condensação de vapores ou pela micro dispersão de líquidos. 2. Suspensão no ar de gotas microscópicas de água ou gotículas higroscópicas úmidas que reduzem a visibilidade na superfície. A névoa aumenta o risco de acidentes automobilísticos.

**NEVOEIRO** - Consequência da condensação ou sublimação do vapor de água à superfície. Segundo o grau de restrição à visibilidade, podem ser classificados em: 1. Forte - restringe a visibilidade a menos de 100m; 2. Moderado - limita a visibilidade entre 100 e 150m; 3. Leve - limita a visibilidade a menos de 1000m.

**NÍVEL DE ALARME** - Nível de água no qual começam os danos ou as inconveniências locais ou próximas de um dado pluviógrafo. Pode ser acima ou abaixo do nível de transbordamento ou armazenamento de cheias.

**NÍVEL DE COMPLEXIDADE** - Em administração de saúde, limite utilizado para hierarquizar os estabelecimentos de um sistema de saúde, segundo a disponibilidade de recursos diversificados e a frequência das atividades desenvolvidas.

**NÍVEL DE RISCO ACEITÁVEL** - Quantidade de risco que uma sociedade determinou como tolerável e razoável, após considerar todas as consequências associadas a outros níveis alternativos. É um juízo que exige um elevado grau de responsabilidade política e deve levar em consideração as consequências socioeconômicas de cada uma das linhas de ação alternativas, em termos de equação de custo/benefício. Como as medidas iniciais são as que produzem melhores resultados, a equação tende a aumentar, à medida que cresce o nível de qualidade de vida e, conseqüentemente, de exigência das sociedades mais evoluídas.

**-O-**

**OBRA DE ESTABILIZAÇÃO DE ENCOSTAS** - Obra de engenharia, executada para garantir ou melhorar a estabilidade de encostas ou taludes naturais ou artificiais, objetivando evitar a ocorrência de processos de movimentos de massa (escorregamentos, queda de blocos) e de erosão.

**-P-**

**PAGO** - Lugar em que se nasceu ou foi criado.

**PAMPA** - Planície extensa sem vegetação arbórea, porém rica de pastagens, especialmente no Rio Grande do Sul e Argentina. O termo tem origem indígena e significa "região plana".

**PANDEMIA** - Epidemia generalizada de amplas proporções, atingindo grande número de pessoas, em vasta área geográfica.

**PERMEABILIDADE** - Capacidade de um solo, sedimento ou rocha porosa de permitir a passagem, transferência ou cedência da água. Mede-se pela quantidade de água que passa por uma seção unitária, durante a unidade de tempo, sob um gradiente hidráulico de 100%.

**pH** — (POTENCIAL HIDROGÊNIO) - Símbolo da concentração de íons de hidrogênio em uma solução. Uma solução neutra tem um pH de 7; uma solução ácida tem um pH menor que 7; uma alcalina, um pH mais alto que 7.

PIPA - Auto tanque. Tanque cilíndrico menor que o tonel e maior que o barril.

PLANO ALTERNATIVO - Plano traçado para substituir determinado plano de operação, no caso de mudança de situação, que o torne inexecutável ou desaconselhável.

PLANO BÁSICO - Plano geral, destinado a resolver um problema administrativo de grande envergadura e que serve de base à elaboração de outros planos de detalhes.

PLANO COMPLEMENTAR - Plano operacional para a realização de operações parciais ou de serviços especiais que concorrem para a execução de determinado plano de operação.

POÇO - 1. Furo vertical no solo para extrair água. 2. Pequena massa de água calma e relativamente profunda. 3. Lago natural ou artificial para acumulação, regularização e controle de água.

POLUIÇÃO - Modificação indesejável das características físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente. Presença de poluentes físicos, químicos ou biológicos nocivos ao ambiente.

POLUIÇÃO DA ÁGUA 1. Adição de poluente à água. 2. Introdução na água de qualquer substância indesejável, como microrganismos, produtos químicos, resíduos de esgotos, que a tornam imprópria ao uso pretendido.

POSTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - Unidade de saúde destinada a prestar assistência ambulatorial.

POSTO DE BOMBEIRO - Aquartelamento de um ou mais trens de socorro, do Corpo de Bombeiros.

POSTO DE COLETA (P COL) - Instalação destinada a receber e iniciar o processamento da evacuação de material ou pessoal (mesmo mortos), em determinado escalão.

POSTO DE COMANDO (PC) - Estação ou local onde atua o comandante ou chefe de uma operação.

POSTO DE DISTRIBUIÇÃO DE SUPRIMENTOS (P DISTR) - Instalação logística destinada ao recebimento, repartição e distribuição do suprimento para o consumo dos elementos a apoiar.

POSTO DE SUPRIMENTO (P SUP) - Instalação logística destinada à armazenagem de suprimento em pequena quantidade, para fornecê-lo aos elementos a apoiar.

POSTO DE TRIAGEM (P TRIG) - 1. Unidade ou instalação móvel, responsável pelo apoio de saúde a uma área onde ocorreu um grande desastre, onde se fazem revisões das condutas anteriores, se define o diagnóstico básico e o prognóstico imediato e se classificam os pacientes, em função da prioridade de atendimento. 2. Instalação logística, de nível divisionário ou brigada independente, que executa a operação de triagem antes de a baixa ser evacuada para as instalações do escalão superior.

POTENCIAL NACIONAL - Conjunto de meios de toda ordem (políticos, econômicos, psicossociais e militares) em estado latente, de que dispõe a Nação, capazes de serem transformados em poder.

PREVENÇÃO DE DESASTRE - Conjunto de ações destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres naturais ou humanos, através da avaliação e redução das ameaças e/ou vulnerabilidades, minimizando os prejuízos socioeconômicos e os danos humanos, materiais e ambientais. Implica a formulação e implantação de políticas e de programas, com a finalidade



de prevenir ou minimizar os efeitos de desastres. A prevenção compreende: a Avaliação e a Redução de Riscos de Desastres, através de medidas estruturais e não-estruturais. Baseia-se em análises de riscos e de vulnerabilidades e inclui também legislação e regulamentação, zoneamento urbano, código de obras, obras públicas e planos diretores municipais.

**-Q-**

**QUERÊNCIA**- Um lugar onde se vive.

**-R-**

**RECONSTRUÇÃO** - Conjunto de ações desenvolvidas após as operações de resposta ao desastre e destinadas a recuperar a infraestrutura e a restabelecer, em sua plenitude, os serviços públicos, a economia da área, o moral social e o bem-estar da população. A reconstrução confunde-se com prevenção, na medida em que procura: reconstruir os ecossistemas; reduzir as vulnerabilidades; racionalizar o uso do solo e do espaço geográfico; relocar populações em áreas de menor risco; modernizar as instalações e reforçar as estruturas.

**RESERVATÓRIO** - 1. Represa. 2. Massa de água formada por retenção; por exemplo, a montante de uma barragem. Pequena massa de água calma relativamente profunda. Lago natural ou artificial, para acumulação, regularização e controle de água. 3. Qualquer pessoa, animal, vegetal ou matéria inanimada, onde um agente infeccioso sobrevive, se reproduz e pode ser transmitido a um hospedeiro suscetível.

**RESERVATÓRIO DE CONTROLE DE CHEIAS** - 1. Reservatório que reduz as pontas de cheia de um curso d'água, mediante uma acumulação temporária. 2. Reservatório utilizado para acumulação temporária das águas de cheia liberadas logo que as condições do canal a jusante o permitam.

**RESPOSTA AOS DESASTRES** - Conjunto de ações desenvolvidas imediatamente após a ocorrência de desastre e caracterizadas por atividades de socorro e de assistência às populações vitimadas e de reabilitação do cenário do desastre, objetivando o restabelecimento das condições de normalidade.

**RIBEIRINHO** - População que possui um modo de vida peculiar, que a diferencia das demais populações do meio rural ou urbano, possuindo uma dinâmica marcada pela presença do rio, o qual não é apenas um elemento do cenário ou da paisagem, mas algo constitutivo do modo de ser e de viver.

**RIO INTERMITENTE** - Tipo de rio que possui regime hidrológico intermitente, caráter torrencial e permanece seco a maior parte do ano. Seu deflúvio é irregular e ocorre durante a estação chuvosa. Rio temporário.

**RISCO** - 1. Medida de dano potencial ou prejuízo econômico expressa em termos de probabilidade estatística de ocorrência e de intensidade ou grandeza das consequências previsíveis. 2. Probabilidade de ocorrência de um acidente ou evento adverso, relacionado com a intensidade dos danos ou perdas, resultantes dos mesmos. 3. Probabilidade de danos potenciais dentro de um período especificado de tempo e/ou de ciclos operacionais. 4. Fatores estabelecidos, mediante estudos sistematizados, que envolvem uma probabilidade significativa de ocorrência de um acidente ou desastre. 5. Relação existente entre a probabilidade de que uma ameaça de evento adverso ou acidente determinado se concretize e o grau de vulnerabilidade do sistema receptor a seus efeitos.

**RISCO AMBIENTAL** - Possibilidade de dano, enfermidade ou morte resultante da exposição de seres humanos, animais ou vegetais a agentes ou condições ambientais potencialmente perigosas.

**ROCHA** - Agregado natural de um ou mais minerais, incluindo vidro vulcânico e caracteristicamente consolidado. Os três grandes grupos de rocha são: as sedimentares, as ígneas ou magmáticas e as metamórficas.

**ROUPA ALUMINIZADA** - Traje de amianto ou material similar, pintado com tinta aluminizada e dotado de capuz com visor de vidro especial. Protege o bombeiro contra o calor irradiante e, eventualmente, do contato direto com o fogo.

**ROUPA ISOTÉRMICA** - Equipamento para prevenir acidente com o mergulhador, por resfriamento excessivo do corpo, conservando o calor. Tem outras finalidades, como retardar a exaustão e proteger contra batidas, queimaduras, peixes predadores etc.

#### **-S-**

**SALVAMENTO** - 1. Assistência imediata prestada a pessoas feridas em circunstâncias de desastre. 2. Conjunto de operações com a finalidade de colocar vidas humanas e animais a salvo e em lugar seguro.

**SECA** - 1. Ausência prolongada, deficiência acentuada ou fraca distribuição de precipitação. 2. Período de tempo seco, suficientemente prolongado, para que a falta de precipitação provoque grave desequilíbrio hidrológico. 3. Do ponto de vista meteorológico, a seca é uma estiagem prolongada, caracterizada por provocar uma redução sustentada das reservas hídricas existentes. 4. Numa visão socioeconômica, a seca depende muito mais das vulnerabilidades dos grupos sociais afetados que das condições climáticas.

**SINALEIRA** – Sinal de trânsito. O mesmo que semáforo.

**SISTEMA DE ALERTA** - Conjunto de equipamentos ou recursos tecnológicos para informar a população sobre a ocorrência iminente de eventos adversos.

**SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL (SINDEC)** - Organizado por decreto, tem por competência planejar e promover a defesa permanente contra desastres, naturais ou provocados pelo homem, e atuar em situações de emergência e em estados de calamidade pública, integrando, no território nacional, ações de órgãos e entidades públicas e privadas, em interação com a comunidade, objetivando prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas e recuperar áreas deterioradas por eventos adversos.

**SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA** - Reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando danos (superáveis) à comunidade afetada.

**SOTERRAMENTO** - 1. Ocorrência atendida por equipe de busca e salvamento, em que se procura retirar pessoas sufocadas e bens sob a terra. 2. Ato ou efeito de cobrir ou ser coberto com terra.

#### **-T-**

**TAIPA** - Elevação de terra que serve para auxiliar na contenção de água para o plantio.

**TAPERA** – Casa abandonada.

**TAXA** - Medida da frequência de um fenômeno. Frequência com a qual ocorre um evento numa população definida.

**TIPIFICAÇÃO DE UM DESASTRE** - Caracterização do perfil de um desastre, baseada em peculiaridades mais importantes, em termos de causa e efeito, área atingida e magnitude de danos, para fins de estudos e de preparação das equipes de defesa civil.

**TOPOGRAFIA** - Arte de representar determinada área da superfície do globo terrestre com todos os pormenores naturais (paisagem física) e artificiais (paisagem cultural), que ali se encontram.

**TORNADO** - Redemoinho de vento formado na baixa atmosfera, que desce das nuvens até o solo em forma de tuba, com grande velocidade de rotação e forte sucção, destruindo tudo o que encontrar em sua trajetória.

**TORRENTE** - 1. Rio sujeito a cheias repentinas. 2. Curso de água de declividade supercrítica, escoando geralmente com grande velocidade e turbulência.

**TRIAGEM SÓCIOECONÔMICA** - Método de estudo e classificação de pessoas desalojadas por desastres, buscando definir prioridade e melhor forma de apoiá-las.

**-U-**

**UMIDADE RELATIVA** - Relação (expressa em porcentagem) entre a quantidade de vapor d'água existente no ar e a máxima quantidade que o ar pode conter, sob as mesmas condições de temperatura e pressão. Valores abaixo de 40% favorecem a ocorrência de incêndios.

**URGÊNCIA** - Atendimento rápido a uma ocorrência. Situação que exige providências inadiáveis. Diz-se da situação de um paciente que exige cuidados imediatos, podendo não estar em situação de risco iminente de morte.

**-V-**

**VARREDURA** - Método de busca, inclusive subaquática, realizado por vários homens que se deslocam lado a lado, cada um responsável pela inspeção minuciosa do setor de sua responsabilidade.

**VÁRZEA** - Terrenos baixos e mais ou menos planos que se encontram junto às margens de rios. Constituem o leito maior dos rios. As regiões denominadas de várzea estão sujeitas a inundação.

**VOLANTE** - Casa volante construída de madeira que pode ser transportada por tratores ou caminhão.

**VOLUNTÁRIO** - Pessoa que, sem vínculo institucional, colabora espontaneamente, executando tarefas específicas em situações de emergência. Deve ser selecionada em função de sua capacidade física e mental e de conhecimentos específicos. Em seguida, deve ser treinada, adestrada e habilitada por autoridade competente.

**VULNERABILIDADE** - 1. Condição intrínseca ao corpo ou sistema receptor que, em interação com a magnitude do evento ou acidente, caracteriza os efeitos adversos, medidos em termos de intensidade dos danos prováveis. 2. Relação existente entre a magnitude da ameaça, caso ela se concretize, e a intensidade do dano consequente. 3. Probabilidade de uma determinada comunidade ou área geográfica ser afetada por uma ameaça ou risco potencial de desastre,

estabelecida a partir de estudos técnicos. 4. Corresponde ao nível de insegurança intrínseca de um cenário de desastre a um evento adverso determinado. Vulnerabilidade é o inverso da segurança.

**-X-**

Xucro - Pessoa bruta que não gosta de sair; animal não domado, bravo e arisco; pessoa mal educada, bagual, sem respeito.

**-Z-**

ZONEAMENTO - Atividade relacionada com a divisão, em zonas específicas, de uma área geográfica considerada. O zoneamento pode ser urbano, periurbano ou mesmo abarcar grandes áreas geográficas, servindo de base para os planos diretores de desenvolvimento urbano, municipais ou regionais. É realizado em função de profundos estudos geográficos, ecológicos, demográficos, econômicos e sociológicos, devendo considerar, de forma prioritária, as análises de risco e de vulnerabilidade da região a ser zoneada.

ZORRILHO – Animal de forte odor, geralmente encontrado no Sul. Gambá.

## REFERÊNCIAS

BALBI, Diego Antônio Fonseca. **Metodologias para a elaboração de planos de ações emergenciais para inundações induzidas por barragens: estudo de caso: Barragem de Peti-MG.** 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Universidade Federal de Santa Maria. **Dicionário Compartilhado de língua de Fronteira.** Disponível em: <http://coral.ufsm.br/diciofronteira/?page=home>. Acesso em 05 de julho de 2022.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. **Glossário de defesa civil estudos de riscos e medicina de desastres.** rev. Brasília (DF): Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, 1998.

FREITAS, Carlos Machado de; XIMENES, Elisa Francioli. **Enchentes e saúde pública: uma questão na literatura científica recente das causas, consequências e respostas para prevenção e mitigação.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, p. 1601-1616, 2012.

INFORMAL, **Dicionário de Português gratuito para internet.** Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br>. Acesso em 05 de julho de 2022.

ITAQUI. **Plano de Contingência da Defesa Civil de Itaquí.** Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) Itaquí, 2021.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro Da Língua Portuguesa.** São Paulo: Melhoramentos, 2018. 2020.